



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**PAULO RODRIGO SOARES LOPES**

**POLÍTICAS CULTURAIS NO CEARÁ:  
AS AÇÕES DE INTERIORIZAÇÃO DA SECULT | 2003 - 2006.**

**FORTALEZA**

**2018**

PAULO RODRIGO SOARES LOPES

POLÍTICAS CULTURAIS NO CEARÁ:  
AS AÇÕES DE INTERIORIZAÇÃO DA SECULT | 2003 - 2006.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.  
Linha de pesquisa: Cultura, Política e Conflitos Sociais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Danyelle Nilin Gonçalves

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- L855p    Lopes, Paulo Rodrigo Soares.  
          Políticas Culturais no Ceará : as ações de interiorização da SECULT (2003 - 2006) / Paulo Rodrigo Soares Lopes. – 2018.  
          150 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2018.  
          Orientação: Profa. Dra. Danyelle Nilin Gonçalves .
1. Política Cultural. 2. SECULT. 3. Cearensidade. 4. Cultura em Movimento:  
          SECULT Itinerante. I. Título.

CDD 301

---

PAULO RODRIGO SOARES LOPES

POLÍTICAS CULTURAIS NO CEARÁ:  
AS AÇÕES DE INTERIORIZAÇÃO DA SECULT | 2003 - 2006.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.  
Linha de pesquisa: Cultura, Política e Conflitos Sociais.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Danyelle Nilin Gonçalves (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

FORTALEZA

2018

## RESUMO

Esta pesquisa objetiva compreender as ações de interiorização e descentralização promovidas pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, entre 2003 e 2006. Para tanto, é tomado como objeto de análise o Programa “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante” que percorreu o estado do Ceará, durante um ano, com a finalidade de espalhar as políticas e ações do órgão. A execução do referido programa exigiu a interface direta da SECULT com as Prefeituras e Câmaras dos municípios. Foi, portanto, considerando esta dinâmica que se colocaram as preocupações centrais deste trabalho que, além de buscar compreender as variáveis de ordem interna à gestão estadual de cultura, no que tange a implantação de uma nova imagem-marca, também buscou compreender quais dinâmicas o programa “SECULT Itinerante” impôs às relações do órgão com o campo político e o campo cultural. Para a reconstrução das forças que atuaram nesse contexto lançou-se mão de: (1) levantamento bibliográfico sobre os temas pertinentes; (2) catalogação e análise de falas de agentes do campo da gestão de cultura e do campo político; (3) levantamento e análise de matérias de jornais, a fim de estruturar as dinâmicas que pautaram a relação da SECULT com o campo cultural cearense; e (4) realização de entrevistas com figuras que fizeram parte da gestão da época. Como resultado do empreendimento analítico, o texto, aqui apresentado, argumenta que a “interiorização” se consolidou como a marca da gestão da SECULT, no período de 2003-2006. Destacam-se dois aspectos que contribuíram para tal: a) a mudança na simbólica da representatividade política passando da moeda modernizadora para a cearensidade; e b) a nomeação de Cláudia Leitão. Uma suposta identidade cearense, simbólica mobilizada ainda no período eleitoral de 2002, orientou as práticas da secretaria, tomando forma na perspectiva antropológica dada à cultura pela SECULT. Tal perspectiva de gestão estadual ganhou fôlego no contexto da gestão federal do período, em que o MinC promovia a dimensão da diversidade cultural brasileira.

**Palavras-chave:** Política Cultural; SECULT; Cearensidade; “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”.

## ABSTRACT

This research aims to understand the actions for the purpose of interiorizing and decentralizing promoted by the Culture Department from Ceará, between 2003 and 2006. For this purpose, it is taken as the subject of analyses the “Culture in Movement: SECULT Itinerant” programme which has crossed the state of Ceará, during a year, to spread its policies and actions. The program execution demanded a face-to-face among SECULT and town halls and city councils. It was considering this dynamic that it was proposed the central concerns of this paper which, besides the search to understand the motives from intern of cultural management of state, on what concerns the implementation of a new image-brand, this research also understand which dynamics the program “Culture in Movement: SECULT Itinerant” imputed new relations among SECULT and politics and cultural field. To reconstruct the forces in was necessary: (1) bibliographic survey about the themes interesting to that paper; (2) the categorization and analysis of interviews given by the agents from the cultural management and from political field in brochures; (3) survey and analysis of newspapers, aiming to structure the relationship between SECULT and culture field; and (4) the execution of interviews with individuals how have taken part of the management at the time. As result, the text, here presented, says that the “interiorization” it was the brand of SECULT, in the period between 2003-2006. Two aspects were highlighted: a) the changing of symbolic from modernization to cearensidade; and b) Claudia Leitão's nomination. The cearensidade oriented the SECULT practices. That perspective got strength in the context of federal management, where MinC promoted a dimension called Brazilian cultural diversity.

**Keywords:** Cultural Policy; SECULT; Cearensidade; "Culture in Movement: SECULT Itinerant".

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Centro Cultural Bom Jardim .....	66
Figura 2 – Circo e Ônibus do Projeto “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante” .....	127
Figura 3 – Macrorregiões Visitadas e Eventos Estruturantes Realizados .....	132

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da concentração de competências federativas da União.....	107
--	-----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise SWOT da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará .....	71
Tabela 2 – Tabela com total de municípios e total de municípios com Conselho Municipal de Cultura .....	113
Tabela 3 – Total de municípios e total de municípios com Conselho Municipal de Cultura.....	113
Tabela 4 – Municípios, total e com estrutura na área de cultura, por caracterização do órgão gestor, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação .....	114
Tabela 5 – Municípios, total e com existência do Fundo Municipal de Cultura, por característica do Fundo – Região Nordeste.....	118
Tabela 6 – Produtos resultantes do mapeamento e cadastramento de bens culturais .....	119
Tabela 7 – Municípios que realizaram seus Planos Municipais de Cultura a partir das oficinas.....	123
Tabela 8 – Municípios, total e com Plano Municipal ou Intermunicipal de Cultura, por fase e forma de elaboração do plano, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – Região Nordeste.....	124
Tabela 9 – Três municípios com maior número de Plano Municipal ou Intermunicipal de Cultura .....	125
Tabela 10 – Tabela com os municípios beneficiados, a quantidade de cursos e beneficiados .....	126

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACL	Academia Cearense de Letras
APRECE	Associação de Prefeitos do Estado do Ceará
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CCBJ	Centro Cultural Bom Jardim
CDMAC	Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura
CIC	Centro industrial do Ceará
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIEC	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
FINOR	Fundo Industrial do Nordeste
IDM	Instituto Dragão do Mar
Iphan	Instituto Nacional do Patrimônio Artístico e Nacional.
MinC	Ministério da Cultura
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PMC	Plano Municipal de Cultura
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNC	Plano Nacional de Cultura
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado do Ceará
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado do Ceará
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Coordenação
UDN	União Democrática Nacional
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará

SEBRAE Serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas  
SMC Sistema Municipal de Cultura  
SUDENE Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO .....	13
2.	CURTO-CIRCUITOS & CONTINUIDADES DO MUDANCISMO .....	24
2.1.	A Nova Classe Empresarial no Poder: a Era das Mudanças .....	25
2.2.	De candidato a governador: Lúcio Alcântara, representante do Mudancismo?....	36
2.3.	Lúcio Alcântara: entre a medicina, a arte & a política.....	42
3.	GESTÃO PÚBLICA DE CULTURA NO CEARÁ: AS MARCAS DE GOVERNO PELA SECULT .....	50
3.1.	SECULT e a Modernização da Cultura .....	51
3.2.	O ano de 2003 e os novos percursos da SECULT.....	58
3.3.	Novos paradigmas nas políticas culturais no Ceará: a incursão de uma nova marca de gestão .....	63
3.3.1.	<i>Seminário Cultura XXI e os rumos institucionais da SECULT</i> .....	67
3.3.2.	<i>Diagnósticos e Planejamento Estratégico da SECULT</i> .....	69
4.	CEARENSIDADE & DIVERSIDADE: UM EMBLEMA DA GESTÃO DE LÚCIO ALCÂNTARA .....	78
4.1.	O Ceará Moderno da Campanha de 2002: entre a tradição e a modernidade.....	80
4.2.	SECULT e a simbólica da cearensidade na diversidade.....	84
4.3.	SECULT em 1970: as “Jornadas Culturais” e o “Ceararentismo”.....	91
5.	OS CAMINHOS QUE LEVAM À DESCENTRALIZAÇÃO: INTERFACES DA SECULT COM OS CAMPOS POLÍTICO E CULTURAL.....	96
5.1.	Política de descentralização & o caso do “Programa Cultura em Movimento”.....	97
5.1.1.	<i>EIXO 1 - Relações Institucionais: interfaces com o campo cultural e político</i> .....	104
5.1.2.	<i>EIXO 2 - Mapeamento e Cadastramento Cultural</i> .....	118
5.1.3.	<i>EIXO 3 – Capacitação</i> .....	121
5.1.4.	<i>EIXO 4 - Promoção e Difusão Cultural</i> .....	126
5.1.5.	<i>Eventos Estruturantes</i> .....	129
5.2.	Políticas Culturais no Ceará e os caminhos pós-Gestão Lúcia Alcântara: alguns esboços .....	133
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
	REFERÊNCIAS .....	144

## 1. INTRODUÇÃO

Na seara das políticas públicas, a cultura é reclamada em sua dimensão transversal, o que nos possibilita observar uma gama de entrecruzamentos da cultura com a economia, a política, o turismo, as comunicações, a tecnologia, a ecologia, a administração, etc. No âmbito acadêmico, o enlace do campo cultural com outras áreas lança bases para a condição de pesquisas multidisciplinares, sendo as práticas culturais objeto de preocupações da Sociologia, Antropologia, História, Comunicação e afins. Ainda no norte dos estudos desenvolvidos na área cultural, vale ressaltar que a pluralidade espraia suas redes em combinações de pesquisas diversificadas, como: “Cultura e Identidade”, “Cultura e Desenvolvimento”, “Cultura e Cidadania”, “Cultura e Política”, entre outros cruzamentos temáticos<sup>1</sup>.

Esta pesquisa se insere no rol de estudos preocupados com experiências forjadas no âmago das práticas de elaboração e implementação das políticas públicas de cultura no Brasil, tomando como objeto as políticas culturais de descentralização e interiorização da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT), na gestão que foi de 2003 a 2006, com ênfase no Programa “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”.

Para tanto, faz-se necessário sistematizar uma definição para política cultural, a qual pode ser compreendida como

[...] o planejamento de metas estratégicas para a intervenção na cultura, tendo como parâmetro o campo das possibilidades de ações a partir do qual se especificam objetivos e se coloca em ação determinada organização de poderes. A intervenção dos poderes públicos na cultura não se limita ao aspecto administrativo, mas envolve conflito de idéias e disputas institucionais nas relações de poder na produção e circulação de bens e significados simbólicos (BARBALHO, 2007, s.n.)

Nessa perspectiva, faz-se fundamental apresentar que o objeto se situa em uma zona de interseção entre relações políticas e culturais de duas naturezas: 1) a relação entre Ministério da Cultura (MinC) e SECULT no desenvolvimento de uma política cultural com base em um pacto federalista; e 2) as rupturas e continuidades das políticas culturais com a mudança de gestores à frente da SECULT.

A primeira natureza indicia a busca pela institucionalidade da política cultural, por meio de ações desenvolvidas pelo MinC em interface com a SECULT. O pacto federalista,

---

<sup>1</sup> Albino Canelas Rubim (2007) apresenta um debate propositivo sobre as políticas culturais em suas mais diversas dimensões e desafios. O autor empreende um exercício teórico de compor em traços gerais as características fundantes da cultura, como campo multidisciplinar, transversal e singular, ao passo que propõe como as dinâmicas sociais acumulam nuances à cultura e sua interface com os agentes e instituições interessados em fomentar políticas culturais. RUBIM, A.C.C. Políticas Culturais: entre o possível & o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele (Org.). **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007, 139-160p. (Coleção CULT)

proposto nas gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira, buscou esboçar uma perspectiva republicana, abrindo espaços de discussão e participação tanto dos entes federados, como da sociedade. O constructo desse pacto foi permeado por ações, tais como as Conferências Nacionais, o Plano Nacional de Cultura (PNC) e o Sistema Nacional de Cultura (SNC) (BARBALHO; BARROS; CALABRE, 2013).

O federalismo cultural assume um papel relevante no que contempla o conjunto de tentativas de institucionalização da política cultural no Brasil. Vê-se, a partir do seu empreendimento, o esforço na criação de órgãos culturais em instâncias estaduais e municipais, realizando, nesse sentido, uma rede de relações entre órgãos públicos com ações concatenadas e evitando, sobretudo, o sobreamento de suas ações. Esse exercício toma relevos singulares no caso cultural, uma vez que cria a possibilidade de um uso racional dos investimentos públicos na área, fator fundamental para a gestão de cultura que tem como um dos grandes gargalos o baixo orçamento da pasta.

Diante deste panorama, levantou-se a **primeira hipótese** que guiou o desenvolvimento desta pesquisa: a busca pela implementação de um Sistema Nacional de Cultura influenciou diretamente na realização de uma política de espraiamento das ações culturais da SECULT por todo o estado. A justificativa para tal reflexão se fez baseada na realidade de forte centralização exercida pela União na formulação das políticas públicas<sup>2</sup> (CUNHA FLHO & RIBEIRO, 2013). Exemplo disso, é a reprodução dos formatos de políticas públicas de cultura municipais e estaduais a partir do modelo federal vigente. No caso do Ceará, na seara da gestão pública de cultura, podemos destacar a Lei Jereissati alinhada às políticas de renúncia fiscal (Lei Rouanet, Lei do Audiovisual).

Já a segunda natureza é constituída pelas continuidades e as inflexões que se sucederam no desenvolvimento das políticas culturais elaboradas pela SECULT, no período de redemocratização. O período estudado configura-se peculiar pelas forças políticas que ocupavam a gestão estadual e a gestão federal. Em 2003, houve o início da gestão de Lúcio Alcântara (PSDB), no executivo estadual, assim como a gestão de Luís Inácio Lula da Silva (PT), na instância federal. Enquanto Lúcio representava uma continuidade do ciclo político em curso desde 1987, Lula demarcava uma mudança das forças políticas a comandar o executivo federal.

---

<sup>2</sup> Aqui destaco que essa assimetria se dá em vários aspectos, mas é importante ressaltar o caráter orçamentário. Principalmente, quando levamos em consideração a dificuldade de garantir um orçamento adequado para a gestão de cultura. Esse fenômeno, como veremos mais à frente, é recorrente mesmo em momentos em que a cultura é utilizada pela gestão pública como ferramenta fundamental para políticas de inclusão e desenvolvimento.

O termo ciclo político, aqui empreendido, toma como aporte a definição dada por Carvalho que corresponde a uma “temporalidade política identificada por uma marca política simbólica forte, seja pessoal, do governante, ou coletiva, de um partido ou um grupo político [...]” (2013, p.45 - 46).

O grupo político, com o qual Lúcio Alcântara alinhou-se e venceu o pleito eleitoral, consolidou-se a partir de uma retórica pautada nas mudanças. Essa busca pela renovação tomou contornos evidentes na própria representação política, uma vez que os egressos no mundo político (o empresariado) faziam parte de um grupo com participação pouco evidente no jogo. Outro aspecto importante é que o próprio contexto histórico, fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, caracterizou-se por uma vontade de revitalização da política, lugar de excelência para o destaque de discursos que demarcavam o “novo” (BARREIRA, 2002).

Concomitante ao contexto de redemocratização, houve a expansão do padrão midiático publicitário no campo político. No caso do Ceará, a campanha de Tasso Jereissati assume relevo, pois, como salienta Carvalho,

O ingresso dos empresários nas disputas eleitorais acelera a profissionalização na produção de campanhas políticas no Ceará: sofisticou-se o uso do marketing político; são introduzidos sistematicamente técnicas de pesquisas que orientam os processos de planejamento e condição das campanhas sintonizadas com as peculiaridades do mercado eleitoral<sup>3</sup>. (1999, p. 14-15)

Na seara cultural, os Governos das Mudanças trouxeram uma atenção pouco vista antes na história do Ceará. Nesse período, uma série de ações de destaque se deram na elaboração das políticas de cultura, sob o jargão da modernização. Como exemplo, podemos citar: a grande reforma do Theatro José de Alencar (TJA) em 1990, sob a gestão de Violeta Arraes; a criação da Lei 12.464 em 1995, conhecida como Lei Jereissati, e a construção do Instituto Dragão do Mar de Arte e Indústria do Audiovisual em 1996, sob a gestão de Paulo Linhares (BARBALHO, 2005).

Considerando esse contexto, levantou-se uma **segunda hipótese** que norteou esta pesquisa: a despeito das rasuras que emergiam com o enfraquecimento do ciclo mudancista

---

<sup>3</sup> A tese de Rejane Carvalho acerca da expansão de um padrão midiático publicitário na década de 1980, com enfoque no caso do Ceará, seja na campanha à prefeitura municipal de Fortaleza de Maria Luiza Fontenele, seja no caso da campanha de Tasso Jereissati ao Governo do Estado do Ceará, impôs aos estudos de Comunicação Política repensar as teorizações acerca do abismo que se colocava na relação entre “centro” e “periferia”, pois, como salienta a autora, as campanhas do Ceará, um estado identificado como pobre e “atrasado”, expressaram situações angulares no que contempla a efetivação do padrão midiático publicitário na política. Para uma visão detalhada deste processo, ler: CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. **Transição democrática e padrão midiático publicitário**. – Campinas, SP: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999.

(CARVALHO, 2004), a moeda de modernização, que prevaleceu nas gestões da SECULT nos Governos de Tasso e de Ciro, permaneceu em curso nas políticas realizadas pela secretaria.

As duas hipóteses elencadas foram formuladas com vistas a compreender as práticas de interiorização da SECULT. Cabe destacar que estas práticas foram marcadas pela interseção que a gestão pública de cultura estadual estabeleceu com os segmentos artísticos e com o campo político dos municípios. Considerando o referido cenário, elaborou-se as perguntas que orientaram o desenvolvimento do trabalho: Como se estruturou o Programa “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”? A partir do programa, como se deu a relação da pasta estadual com o campo artístico e com o campo político? Qual foi o papel da cearensidade no desenvolvimento das ações da pasta?

A interface entre Estado, mercado, campo político e campo cultural é fundamental para pensarmos as dinâmicas que atravessam a elaboração e implementação de políticas culturais. Nesse sentido, faz-se angular pensar, na dinâmica brasileira, a gênese e a história do campo cultural e compreender o Estado como fomentador das práticas artísticas. Principalmente, como aponta Sergio Miceli (1984), das práticas que “não encontram colocação segura no mercado para os bens que produzem”, logo, o “Estado revela-se proporcional às dificuldades de mercado, ou melhor, à impossibilidade de autofinanciamento para uma dada atividade de produção intelectual ou artística” (p. 99).

A interseção da SECULT com o “campo político cearense” apresenta-se como pilar desta pesquisa, visto que a elaboração e a implementação de uma política com presença nas diversas regiões do estado do Ceará demandou uma interlocução direta da secretaria com as prefeituras e câmaras dos municípios cearenses, a fim de garantir a criação de órgãos como secretarias municipais de cultura e fóruns regionais, canais importantes para a implementação das ações culturais de acordo com os preceitos estabelecidos pelo pacto federalista.

À época em que Cláudia Leitão foi nomeada secretária de cultura do estado do Ceará, na instância federal viu-se a nomeação do artista baiano Gilberto Gil à condição de ministro. Na avaliação de Lia Calabre (2007), é a partir desse momento que se pode afirmar a existência de uma “construção real de um Ministério da Cultura. Desde a criação em 1985, o órgão passou por uma série de crises e processos de descontinuidade” (p. 98). Em seu discurso de posse, o ministro afirmou que o MinC deveria assumir uma postura ativa em nível nacional, levando suas ações ao cotidiano dos brasileiros. A cultura deveria ser pautada não apenas nas concepções “acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta ‘classe artística e intelectual’”, mas sim “como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos

de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos”<sup>4</sup>.

O contexto de aumento institucional do MinC acabou por fomentar o debate acadêmico sobre as políticas culturais no Brasil. Albino Canelas Rubim, nesse sentido, lançou bases teóricas acerca dos desafios a serem enfrentados por Gil à frente do MinC. Tais entraves foram o que o autor chamou de “três tristes tradições das políticas culturais no Brasil”.

As três tradições podem ser compreendidas por: ausências, autoritarismos e instabilidades. As ausências podem ser identificadas em dois momentos: o primeiro, como completa inexistência de uma política pública voltada para a cultura; e, o segundo, revestido de um aspecto neoliberal, momento no qual o Estado abdica do poder de decisão sobre o fomento cultural e passa para o mercado a responsabilidade como instância reguladora<sup>5</sup>. Já nos autoritarismos, o Estado eclipsa a ausência de uma política pública para a cultura e desenvolve de forma sistemática uma política para o setor, tendo como perfil sua utilização para fortalecimento do regime autoritário<sup>6</sup>. A última das tristes tradições se refere às instabilidades, que consiste em uma conjugação das duas primeiras, demonstrando a fragilidade e, frequente, descontinuidade institucional (RUBIM, 2010; 2013)<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> DISCURSO do Ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo. Brasília, 02 de janeiro de 2003. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset\\_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo-35324/10883](http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo-35324/10883)>, acesso em 02 Jul 2017.

<sup>5</sup> Esta experiência se faz clara no contexto histórico brasileiro na década de 90, com o presidente Fernando Collor e uma série de medidas que desmantelam as instituições públicas responsáveis pela política cultural vigente no país.

<sup>6</sup> Essa triste tradição corresponde ao contexto de ditadura-militar (1964 – 1985), assim como o Estado Novo na Era Vargas (1937 – 1945).

<sup>7</sup> O ciclo petista desenvolveu, no rol de suas ações culturais, políticas que expandiram a capilaridade de ação do Ministério da Cultura. Neste percurso, é possível identificar inflexões e descontinuidades nas práticas forjadas no bojo do Ministério, sobretudo na mudança do Governo Lula para o Governo Dilma, com a mudança ministerial de Juca Ferreira para Ana de Hollanda. Todavia, compromissos estruturais como o estabelecimento das metas do Plano Nacional de Cultura ganharam continuidade nas gestões tanto de Hollanda, quanto de sua sucessora, Marta Suplicy. Vale ressaltar que mesmo com esses esforços as três tristes tradições sinalizadas por Rubim ainda vigoram como entraves na elaboração e implementação de uma política cultural de Estado. Hoje, com a mudança de forças no poder à frente do executivo federal e a ascensão de Michel Temer (PMDB), a partir do *impeachment* sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff (PT), o contexto de aguda crise político-econômica impôs ao campo da gestão pública de cultura uma série de curtos-circuitos, o mais significativo deles foi a dissolução do Ministério através do Diário Oficial da União (DOU), do dia 12 de maio de 2016, que realizou uma redução ministerial de 32 para 24. No contexto de “enxugamento da máquina pública”, o MinC foi dissolvido e acoplado ao Ministério da Educação. O que provocou uma série de movimentações por parte do campo cultural exigindo o restabelecimento institucional da pasta da cultura. Diante de várias ações concatenadas por partes de artistas, intelectuais e sociedade civil, o governo Temer recuou e recriou o Ministério. Para uma análise da gestão do MinC no Governo Temer, ler: LOPES, Paulo Rodrigo Soares; LOPES, Monalisa Soares; OLIVEIRA, Erich Soares de. A recriação do MinC: os desafios das políticas culturais no Governo Temer. In: XII ENECULT - ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA. Salvador/Ba, **Anais**, 2017. Disponível em: <[http://www.enecult.ufba.br/modulos/consulta&relatorio/rel\\_download.asp?nome=87480.pdf](http://www.enecult.ufba.br/modulos/consulta&relatorio/rel_download.asp?nome=87480.pdf)>. Acesso em: 09 Fev 2018.

Os desafios de superar as ausências, as instabilidades e os autoritarismos (RUBIM, 2010) foram enfrentados tendo como resolução a condução de uma política cultural pautada “na sua dimensão antropológica, vista como dimensão simbólica da existência social brasileira” (BOTELHO, 2008, p. 117), ou seja, com ênfase na diversidade cultural<sup>8</sup> do País.

Um aspecto criticado pelo ministro foi a ausência do Estado na elaboração de políticas culturais. Nesse sentido, Gil combateu a predominância das políticas de renúncia fiscal na década de 1990. Essa crítica remete ao aspecto neoliberal que permeou o MinC, sob a liderança de Francisco Weffort<sup>9</sup>. Neste momento, o tom discursivo das políticas culturais foi dado por uma cartilha intitulada “Cultura é um bom negócio”, a qual estimulou o investimento do mercado em projetos culturais, através das políticas de renúncia fiscal. Segundo as reflexões de Gil, esse mecanismo de política para cultura instalava uma sofisticada e perversa ausência do Estado na área cultural, sendo preciso ir além dos interesses do mercado e suprir as “grandes e fundamentais carências” sofridas pela política cultural no Brasil<sup>10</sup>.

Na avaliação de Cristiane Garcia Olivieri (2004), o que justificou, nos anos 1990, a hegemonia da política de isenção fiscal como forma de investimento na cultura foi “a inexistência de uma política cultural estruturada e clara, e [a] decorrente ausência de definição de objetivos e de planejamento para a sua consecução” (p. 21). Ciente destes entraves, Rubim (2008) elucida a necessidade da criação de outros formatos de políticas culturais, uma vez que as políticas de incentivo fiscal “agridem a democracia, ao introduzir uma enorme distorção no poder de decisão do Estado e do mercado no uso das verbas públicas” (p. 199).

A criação dos editais pelo MinC e o estímulo de que os estados e municípios criassem modalidades próprias marcou as gestões ministeriais de Gil e Juca. A política de editais foi criada com o intuito de reconfigurar e distribuir os recursos, promovendo a descentralização do patrocínio. Nessa perspectiva, é preciso ressaltar que a política de editais são instrumentos eficientes no equacionamento das distorções e desequilíbrios promovidos pelas políticas de incentivo fiscal, mas “não pode se transformar em solução generalizada” (SALGADO; PEDRA; CALDAS, 2010, p. 103).

Outro formato de política cultural que pode ser evidenciado é o Vale-Cultura. Aprovada em 2012, a Lei Ordinária 12.761/12 consiste em um benefício de R\$ 50,00 mensais ao trabalhador, o qual recebe até cinco salários mínimos, para fins de compras e/ou gastos com

---

<sup>8</sup> A diversidade cultural nas políticas culturais articula a ideia de cultura e cidadania, ou seja, na possibilidade efetiva de se ouvir diferentes vozes (BOTELHO, 2008; MENDONÇA, 2015)

<sup>9</sup> Weffort foi ministro da cultura durante as duas gestões de cultura do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

<sup>10</sup> DISCURSO do ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo. Brasília, 15 de janeiro de 2003.

produtos/serviços culturais<sup>11</sup>. Um dos grandes destaques da criação de uma política cultural nos moldes do Vale-Cultura é o fato da ação ser orientada com vistas a fomentar o consumo de bens culturais. Esta dimensão, entre outras características, busca equacionar a predominância de políticas culturais, quase sempre, voltadas para criação e produção artístico-cultural. Longe de querer estabelecer uma oposição entre o polo de produção e de consumo, o que se coloca aqui é que a criação de uma modalidade de política cultural como o Vale-Cultura acaba por expandir o espectro de elaborações das políticas culturais, o que sinaliza a complexidade que constitui o campo da cultura.

Para tecer uma análise sobre a implementação das políticas culturais de interiorização, levando em consideração o cruzamento entre os mais diversos agentes, faz-se fundamental compreender, à luz da teoria de Pierre Bourdieu (2007), o campo como um espaço de relações objetivas entre atores com posições adquiridas em lutas anteriores. O acordo tácito acerca das normas estabelecidas no campo compõe a noção de *habitus* que, por sua vez, consiste em um sistema de disposições duráveis e que operam como princípios geradores de práticas.

O que está em jogo na disputa concorrencial é o monopólio da autoridade, a qual é traduzida como a disputa entre o novo, agente/instituição que força o direito de entrada no campo e do qual é esperado um conhecimento prévio dos princípios e regras do jogo, e o detentor do monopólio que, por sua vez, fala e age de forma legítima e tenta excluir a concorrência pela autoridade.

Bourdieu (2007) refere-se ao campo artístico como um “mundo à parte”, dotado de relativa autonomia por ser regido por regras próprias, mas também com certa dependência em relação ao campo político e econômico. No trânsito entre dependência e autonomia, o autor explica que o campo artístico cede espaço para dois modos de produção. Em uma face, uma produção cultural destinada ao mercado, ou seja, dependente de uma demanda e submetida à lógica econômica, na qual é privilegiada a difusão dos bens culturais. Nesse sentido, vale ressaltar que o “campo da indústria cultural<sup>12</sup>” é organizado com vistas a atender uma demanda para os não-produtores de bens culturais. Em outra face, tem-se uma produção cultural que se

---

<sup>11</sup> Para uma reflexão mais detalhada do Vale Cultura, ler: BARBALHO, Alexandre. O Vale-Cultura e o mundo do trabalho cultural. In: BARBALHO, Alexandre, ALVES, Elder P. M.; VIEIRA, Mariela (Org.). **Os trabalhadores da cultura no Brasil: criação, práticas e reconhecimento**. Salvador: EDUFBA, 2017, p. 201-222.

<sup>12</sup> O termo Indústria Cultural tem berço nas ideias de Adorno e Horkheimer. Para os autores, a indústria cultural é um fenômeno característico do capitalismo e que mantém o tecido social coeso, através da homogeneização do consumo e alienação do indivíduo. Nesse âmbito, os meios de comunicação de massa (cinema, rádio, TV, impressos) funcionam, através da racionalidade técnica, como um sistema perverso que a tudo quer dar “um ar de semelhança” (ADORNO & HORKHEIMER. 1985, p.57).

opõe à primeira, assumindo um caráter “anti-econômico”, e que se destina a produção de obras “puras” de produtores de bens culturais para produtores de bens culturais, o “campo de produção erudita”. Este, por sua vez, assume o caráter autônomo tendendo a criar suas próprias regras de funcionamento e instâncias de consagração.

Nessa perspectiva, é necessário pensar o campo dentro de sua existência histórica. Isso nos possibilita entender as regularidades que caracterizam as suas dinâmicas próprias e suas interseções com outros campos sociais. Visto isso, pode-se compreender a ideia de que os atravessamentos contínuos entre o campo cultural e outros espaços societários possuem um caráter fortemente dinâmico, tais movimentos acabam por destacar a dimensão simbólica da cultura que impacta nas práticas, valores e modos de vida dos agentes.

Considerando que a relação campo cultural e Estado também se situa no âmago dessa pesquisa, tomo como fundamental os estudos de Bourdieu a respeito do Estado. Em sua obra “Sobre o Estado” (2014), a qual consiste numa série de cursos ministrados pelo autor no *Collège de France* entre 1989 e 1992, o sociólogo francês se pergunta, sob vários aspectos, o que é e qual o papel do Estado na sociedade moderna.

Para ele, o Estado é uma denominação dada aos “princípios ocultos, invisíveis [...] da ordem social, e ao mesmo tempo da dominação tanto física como simbólica assim como da violência física e simbólica” (BOURDIEU, 2014, p. 34). Ele funciona como uma “ficção coletiva” que é de ordem pública, não apenas em suas dimensões físicas, mas também nas suas formas simbólicas. Em outras palavras, o Estado exerce efeitos reais sobre os indivíduos, ao mesmo tempo que é responsável pela “produção e a canonização de classificações sociais”. Portanto, diante da dominação inerente ao Estado, é importante ressaltar o caráter de luta de interesses dos agentes pelo monopólio do mesmo.

Essa disputa dos agentes por lugares no Estado justifica-se, uma vez que, como afirma Bourdieu, o Estado reforça um ponto de vista sobre o mundo social entre outros tantos pontos de vista. O que deve ser levado em consideração, nesse contexto, é que o Estado ao reforçar um ponto de vista dota-o de caráter “oficial” e “universal” – logo, quem fala pelo Estado está dotado de autoridade.

O Estado é derivado do acúmulo de capitais (econômico, cultural, simbólico, etc.), o que permite a emergência de um metacapital. Como visto, é dentro do Estado que se desenvolvem lutas que têm como objetivo a obtenção de poder sobre outros campos. Esse contexto, nos possibilita entender a emergência das elites culturais nos cargos estatais, realidade

que perpassa o que é cultura para o Estado, a relação do Estado com o campo cultural e o escopo da própria política cultural.

A teoria de Bourdieu contribui, portanto, para pensarmos a lógica de funcionamento do campo cultural, as assimetrias de poder e as disputas em torno da dominação. A posição de dominação é também a posição de quem nomeia, como já visto. Tais reflexões acabam por suscitar nessa pesquisa problemáticas relevantes e que pedem uma análise detida. No caso cearense, há de se realizar um estudo cuidadoso da composição e da estruturação do campo cultural. Visto um forte adensamento do campo artístico na capital Fortaleza, preferiu-se utilizar o termo “segmentos artísticos/culturais” para os contingentes de artistas que habitavam os municípios interioranos visitados pelas ações da SECULT.

Recuperados os pressupostos teóricos da pesquisa, apresento a seguir o *corpus* de análise:

(1) Documentação e avaliação de discursos oficiais dos gestores públicos do executivo estadual e do executivo federal, por meio dos quais busca-se apresentar as estratégias discursivas oficiais lançadas pelos agentes políticos;

(2) Catalogação de matérias de jornais e de *blogs*, a fim de apresentar uma descrição espaço-tempo das ações da SECULT e do posicionamento e das reivindicações do campo cultural diante das tomadas de decisão da secretaria. Destaco que esta etapa foi realizada no primeiro semestre do ano de 2016, através do banco de dados *on-line* que o Jornal O Povo e o Jornal Diário do Nordeste mantinham na Internet. Infelizmente, no ano de 2017, o Jornal O Povo descontinuou este serviço, retirando da base de dados todas as matérias da época. A saída para tal limitação seria o acesso ao acervo físico do próprio jornal, ao entrar em contato com a instituição descobri que o serviço também havia sido descontinuado e não estava mais disponível para pesquisas do público externo. Além desse processo, outra saída foi buscar na Biblioteca Pública Menezes Pimentel. No entanto, ao entrar em contato, fui informado que o acervo do Jornal O Povo que lá existe vai do período de 1928 a 1979, não cobrindo, portanto, o período analisado;

(3) Leitura de material de campanha, brochuras de programas, de projetos, de relatórios de gestão e de ações governamentais da SECULT, com ênfase na política de descentralização. A este propósito, destaco o interesse da gestão da época em formalizar suas ações através de documentos como os circunscritos na Coleção Nossa Cultura, Série Documenta, que teve como um de seus objetivos desempenhar o papel de canal de informação sobre os rumos das ações realizadas pelo órgão. Além disso, a formalização editorial dessas

informações acabou por constituir um acervo caro à memória da gestão pública estadual e importante para a coleta de informações por pesquisas como esta. Com tiragens pequenas e sem reedições, os livros tornaram-se raros. Todavia, é importante destacar a presença de exemplares para consulta cativa na própria Secretaria de Cultura do Estado do Ceará; e

(4) A realização de entrevistas semiestruturadas com personagens que fizeram parte da gestão aqui analisada, com vistas a explorar ou aprofundar informações levantadas nos percursos metodológicos anteriores.

Esta dissertação é dividida em seis partes:

A primeira parte consiste nesta **“Introdução”** que objetiva apresentar o objeto de análise, as perguntas de partida, as hipóteses e o referencial teórico-metodológico.

A segunda parte equivale ao primeiro capítulo, intitulado **“Curto-circuito & Continuidades do Mudancismo”**. O capítulo 1 apresenta uma linha histórica que vai desde a emergência do bloco mudancista, ainda sob a alçada do Centro Industrial do Ceará (CIC), passando pela ascensão do grupo ao executivo estadual, até chegar aos atravessamentos políticos que compuseram a campanha e vitória de Lúcio Alcântara ao governo do estado do Ceará. Nele, ainda se coloca os primeiros passos da gestão de Alcântara e os conflitos com as lideranças mudancistas. Por fim, busca-se compreender como as trajetórias de Lúcio Alcântara, na condição de médico, intelectual e político, influenciaram as práticas na gestão de Cláudia Leitão.

A terceira parte é o segundo capítulo, intitulado **“Gestão Pública de Cultura no Ceará: as marcas de Governo pela SECULT”**, e realiza, a princípio, um retrospecto histórico e busca descrever a presença das gestões da Secretaria de Cultura nos Governos das Mudanças. Neste tópico, busca-se destacar como a SECULT foi compreendida, em certo momento, como uma pasta estratégica na promoção do discurso modernizador que caracterizou o ciclo. Nesse sentido, a gestão de Paulo Linhares ganha destaque como um dos projetos para a área da gestão pública de cultura do estado. Mais adiante, o capítulo apresenta a nomeação de Cláudia Leitão e os “novos rumos” que a secretária buscou imprimir à gestão, visando construir uma marca própria, com enfoque nas práticas de interiorização.

A quarta parte consiste no terceiro capítulo **“Cearensidade & Diversidade: um emblema da Gestão de Lúcio Alcântara”**. Nele, objetiva-se analisar como a gestão lucista buscou forjar para si uma nova imagem-marca, não mais pautada na “modernização”, mas sim na “cearensidade”. O excerto destaca que houve dois momentos (na campanha e na gestão) em que essa suposta identidade cearense recebeu tratamento e apresenta também como a SECULT

foi vislumbrada como uma pasta estratégica para o fortalecimento dessa marca simbólica, naquele momento fortemente acoplada à dimensão da “diversidade cultural”.

A quinta parte é o quarto capítulo, sob o título **“Os rumos que levam à descentralização: relações da Secretaria de Cultura com o campo político e cultural”**. Este capítulo apresenta os caminhos tomados pela SECULT no sentido de interiorizar suas ações e presença, com enfoque no Programa “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”. Nele, lança-se mão de análise tanto dos eixos que compuseram o programa, como também das dinâmicas que pautaram as relações da pasta estadual de cultura com o campo político e com o campo cultural no Ceará.

A sexta e última parte desta dissertação são as **“Considerações Finais”**, onde encontram-se as sumarizações e respostas às perguntas e hipóteses que nortearam essa pesquisa de forma pormenorizada.

## 2. CURTO-CIRCUITOS & CONTINUIDADES DO MUDANCISMO

O ano de 2002 prenunciava novas dinâmicas na rearticulação de forças no mundo político. As primeiras eleições brasileiras ao executivo federal e estadual do novo século vieram acompanhadas de um sentimento de renovação. No executivo federal, esse rearranjo se fez com a eleição de Luís Inácio da Silva, o Lula (PT), ao cargo de Presidente da República.

A eleição, marcada pela simbólica do primeiro metalúrgico a ocupar a cadeira de Presidente da República no País<sup>13</sup>, reverberava os anseios de uma parcela da sociedade, sobretudo movimentos sociais e agentes identificados com o espectro político de esquerda. Estes segmentos caminharam uma longa trajetória até ascender ao cargo político máximo, principalmente, quando se leva em consideração que Lula concorreu a todos os pleitos eleitorais de voto direto desde a redemocratização.

Nas práticas políticas do governo, modificações foram realizadas com a criação de novos canais de interlocução entre Estado e sociedade. No decorrer de 13 anos de governos petistas, um conjunto de órgãos teve seu desenho institucional ampliado, como também houve a criação de outras pastas. Exemplos disso foram a ampliação do escopo de atividades do Ministério da Cultura (MinC), a criação do Ministério das Mulheres e do Ministério da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

No âmbito estadual, o grupo mudancista pleiteava a sua quinta eleição consecutiva. Desde o início da redemocratização, um grupo de empresários ligados ao CIC havia vencido todos pleitos ao executivo estadual, garantindo a longevidade e a hegemonia política. No entanto, novas variáveis faziam das eleições de 2002 um momento ímpar na rearticulação das forças opositoras à Geração das Mudanças. Cabe destacar que as quatro eleições prévias haviam sido resolvidas em primeiro turno com a vitória de Tasso Jereissati em três mandatos (1987-1990, 1995-1998, 1999-2002) e de Ciro Gomes em um mandato (1991-1994). Neste novo momento, outro reordenamento de discursos e práticas se impunha ao jogo político eleitoral que levou a disputa para o segundo turno.

É, portanto, sobre estes aspectos que irei me debruçar neste capítulo. A princípio, faz-se fundamental compreender quem eram as forças mudancistas que ascenderam ao Governo do Estado do Ceará no pleito eleitoral de 1986, momento emblemático para compreender como

---

<sup>13</sup> A simbólica do “primeiro metalúrgico Presidente da República”, Lula, obteve continuidade com a eleição da “primeira mulher Presidenta da República”, Dilma Rousseff. Tais marcações acabaram por compor a marca discursiva das campanhas eleitorais e materiais publicitários que instituíram a narrativa política do Lulismo no poder (LOPES, 2016).

nasce e se forja o discurso de modernização que imperou fortemente durante quatro gestões do bloco. Nessa perspectiva, recuperei a trama histórica que confunde a construção institucional do CIC e da FIEC com as relações entre os jovens e velhos empresários, sem perder de vista a interface com o poder do Estado. Além disso, interessou-me apresentar as pautas que configuravam as novidades do discurso de modernização mudancista na instância pública e quais práticas sinalizavam, em alguma medida, os limites e as falibilidades do projeto político deste grupo.

A seguir, apresento a composição do cenário da corrida eleitoral de 2002 no estado do Ceará, os sujeitos e os elementos que exerceram algum tipo de influência sobre este momento e que fez dele uma realidade ímpar quando comparada com os períodos eleitorais anteriores. Além disso, faz parte desse excerto a conjuntura política que permeou toda a experiência de Lúcio Alcântara à frente do executivo estadual, do céu de brigadeiro aos desentendimentos políticos que levaram ao esvaziamento da base aliada e, conseqüente, derrota no pleito de 2006.

Por último, o texto lança mão de uma análise sobre a história de vida de Lúcio Alcântara. O conjunto de sucessivos acontecimentos lançam redes interpretativas caras ao empreendimento analítico presente, visto que um dos argumentos propostos é que a figura de Lúcio, como intelectual, exerceu, em certa medida, influência na elaboração de algumas políticas desenvolvidas pela SECULT.

## **2.1. A Nova Classe Empresarial no Poder: a Era das Mudanças**

Na segunda década do século XX, mais propriamente no ano de 1919, foi fundado o Centro Industrial do Ceará (CIC), tendo como finalidade defender os anseios de uma classe empresarial ainda embrionária e estudar as possibilidades para novos investimentos<sup>14</sup>. A criação de uma entidade patronal que fortalecesse os interesses deste grupo tem seu cerne em, ao menos, dois fatores: (1) o impulso do processo de industrialização, com maior expressão em São Paulo, no período Pós-Primeira Guerra (1914-1918); e (2) o fortalecimento do movimento operário que eclodiu em uma greve geral no ano de 1919 (MARTIN, 1993).

A criação do Centro não indicou, pelo menos nos primeiros anos, uma atividade intensa, visto que os interesses do empresariado cearense ainda eram bastante incipientes dada a situação de fragilidade social e econômica do Ceará naquele momento. Além disso, dois

---

<sup>14</sup> Destaca-se a figura do industrial e jornalista Álvaro da Cunha Mendes como articulador do encontro para a criação do CIC. Cabe frisar que a liderança de Cunha Mendes neste processo foi possível, graças à sua influência na sociedade da época, visto que o mesmo, desde 1915, ocupava a editoria do Correio do Ceará (MARTIN, 1993).

outros elementos ajudam a compreender o esvaziamento do CIC já na década seguinte à sua criação: em 1928, a criação da Federação da Agricultura, Comércio e Indústria do Ceará (FACIC), que aglomerava em seu bojo industriais, comerciantes e proprietários rurais; e a restrição de acesso ao CIC, visto que, como indicado no parágrafo 1º, art. 4º, do primeiro estatuto do Centro, era pré-requisito para a admissão de um sócio que o mesmo fosse proprietário ou diretor de um estabelecimento, no qual estivessem empregados o número mínimo de 10 profissionais. Esta decisão dificultava a entrada de outros empreendimentos, dado o reduzido número de estabelecimentos industriais com este porte na época (MARTIN, 1993).

Em 1950, foi criada a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC). A partir de então, o CIC foi acoplado à FIEC, tendo as duas entidades o mesmo presidente. Cabe salientar que a década de 1950 foi um período de efervescente movimentação no Brasil no que contemplava os rumos a serem trilhados pelo País. Ressalta-se, neste contexto, o fortalecimento do ideário nacional desenvolvimentista que funcionou como ferramenta motora para o estímulo da industrialização no Nordeste.

O nacional-desenvolvimentismo operaria no sentido de consolidar um capitalismo nacional autônomo e independente. Para isso, seria fundamental o fortalecimento da burguesia nacional industrial que, ao receber o estímulo estatal, comprometer-se-ia com a modernização e “ampliação da sociedade de mercado e da conquista da cidadania” (PARENTE, 2002, p. 134).

Neste contexto, viu-se o investimento do Estado brasileiro no processo de fortalecimento econômico do Nordeste, exemplos: a criação do Banco do Nordeste (BNB), em 1954; e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959. A criação destas instituições teria o papel de fazer emergir uma burguesia industrial com bases regionais ao mesmo tempo que prepararia uma elite técnica<sup>15</sup>, com a finalidade de dar suporte ao processo de modernização do Nordeste, região, à época, “pobre e politicamente conservadora” (PARENTE, 2002).

Cabe destacar que foi na Gestão de Virgílio Távora, figura política combatida como força do atraso pelas forças mudancistas no pleito eleitoral de 1986, que houve a implantação de um moderno modelo de planejamento de estado, o Plano de Metas Governamentais (PLAMEG). O Plano, considerado uma das primeiras experiências de aplicação de um plano governamental no Nordeste, objetivava possibilitar ao estado do Ceará melhores condições de

---

<sup>15</sup> Os impactos das intervenções estatais no contexto cearense foram inúmeros. Além do estímulo à industrialização, tais tomadas de decisão possibilitaram a constituição e preparação de uma série de técnicos, estudiosos e administradores que, em algum momento, foram absorvidos pela estrutura das gestões estaduais cearenses. Exemplo desta dinâmica é o ex-governador Gonzaga Mota que foi técnico do BNB (FARIAS, 2004).

infraestrutura setorial fundamental para a captação de investimentos públicos e privados, sobretudo no que contempla o setor industrial. Nessa perspectiva, a presença de um corpo técnico no Ceará foi basilar para a implementação do PLAMEG, que possuía as seguintes diretrizes:

construção de infra-estrutura básica; criação de distritos industriais; identificação e divulgação de oportunidades industriais; apoio à elaboração e execução de projetos industriais; estruturação de um sistema de incentivos fiscais; formação de pessoal qualificado. (SILVA NETA & BANDEIRA, 2008, p. 7)

Entre as décadas de 1940 e 1950, se estruturou uma sociedade de consumo no Brasil e em toda a América-Latina. Todavia, foi somente nas décadas de 1960 e 1970, em plena ditadura militar, que se consolidou um mercado de bens culturais no País (ORTIZ, 2006; CANCLINI, 1997). O que caracteriza essa consolidação do mercado de bens simbólicos é uma presença forte do Estado como promotor do desenvolvimento dessas atividades em um contexto de “capitalismo tardio”. Nessa perspectiva, o governo militar percebeu a importância de atuar junto às esferas culturais, com vistas a garantir a disseminação de um tipo específico de bem simbólico. Com isso, o Estado viu

[...] claramente a importância de se atuar junto às esferas culturais. Será por isso incentivada a criação de novas instituições, assim como se iniciará todo um processo de gestação de uma política de cultura. Basta lembrarmos que são várias as entidades que surgem no período – Conselho Federal de Cultura, Instituto Nacional do Cinema, EMBRAFILME, FUNARTE, Pró-Memória, etc. Reconhece-se ainda a importância dos meios de comunicação de massa, sua capacidade de difundir idéias, de se comunicar diretamente com as massas, e, sobretudo, a possibilidade que têm em criar estados emocionais e coletivos. (ORTIZ, 2006, p. 116)

No âmbito da seara cultural cearense, tal dinâmica foi seguida já na década de 1960. Destaca-se entre as ações do Governo Virgílio Távora, a criação da TV Ceará que representou o fortalecimento e, decorrente, consolidação do processo de modernização cultural no estado (LIMA, 2003).

A classe industrial que se formava, em meio aos investimentos estatais, compunha-se de cearenses “autodidatas, homens com pouca instrução, “formados nos balcões e nas máquinas””. A maioria desses empresários veio de atividades comerciais anteriores [...]” (FARIAS, 2004, p. 457). O impulso industrializante, via verba da SUDENE e do BNB, que impactou o Ceará, beneficiou diretamente a conformação do grupo gestor da FIEC e do CIC. Com visão corporativista, a classe empresarial se conformou às regras postas, sem questionar a estrutura do poder (MARTIN, 1993; FARIAS, 2004).

A década de 1970, no entanto, reservava à classe industrial uma rearticulação com o fortalecimento de um novo grupo de empresários. Em 1978, José Flávio Costa Lima abdicou da presidência do CIC, no sentido de promover espaços para a geração empresarial que emergia. Este movimento no tabuleiro teve como intuito resguardar à “velha guarda” empresarial cearense a dianteira da FIEC (MARTIN, 1993; BARBALHO, 2005).

A abertura do Centro para o novo empresariado levou Benedito Clayton Veras Alcântara<sup>16</sup>, o Beni Veras, a assumir a Presidência do CIC em 1978. No novo contexto, a entidade passou de órgão técnico, responsável por resolver questões relativas ao suprimento de matéria-prima, a um fórum de debates sobre diversos temas socioeconômicos, que garantiu à entidade uma perspectiva expressamente política.

As mudanças forjadas no bojo das atribuições e ações do Centro possibilitou a projeção da elite empresarial jovem tanto em contexto local, como em âmbito nacional; além de constituir-se oito anos depois como um dos sustentáculos da campanha que elegeu Tasso Jereissati ao Governo do Estado do Ceará. Cabe destacar, nesse sentido, que esse conjunto de ações que deram novas nuances às práticas do CIC já vinham sendo aventadas em encontros deste grupo, preocupados com o futuro econômico e político do Brasil (MARTIN, 1993).

Já em seu discurso de posse, Beni Veras foi enfático quanto aos rumos que o novo grupo empresarial queria dar à gestão do CIC. Nele, o recém-empossado presidente

[...] defendeu uma nova economia política baseada no mérito empresarial, na eficiência administrativa e na intervenção ágil das instituições públicas. Em outras palavras, a modernidade foi definida pela separação do público e do privado, por uma economia competitiva e por uma ética empresarial (ABU-EL-HAJ, 2002, p. 87)

Algumas características impunham distinções significativas entre os industriais “tradicionais”, ligados à FIEC, e a “jovem guarda”, detentora do controle do CIC. Enquanto os primeiros tinham uma conformação ao poder vigente, os segundos trouxeram para o centro de suas práticas uma série de reivindicações fruto do contexto de transformações pelo qual passava o País, visto que naquela segunda metade da década de 1970 começava-se a ouvir as vozes da redemocratização. Outra diferenciação entre os dois grupos é o fato do novo empresariado, em sua maior parte, contar com uma formação universitária, diferentemente dos primeiros.

---

<sup>16</sup> Beni Veras presidiu o CIC de 1978 a 1979. Até as eleições para Governo do Estado em 1986, mais quatro empresários presidiram o Centro: Amâncio Macedo (1980-1981), Tasso Jereissati (1982-1983), Sergio Machado (1984-1985) e Assis Machado (1985-1986).

No entanto, cabe destacar que tais distinções entre gerações dentro da classe empresarial cearense não indicou uma real ruptura entre os dois grupos, tendo em vista que os “novos empresários” gerenciavam

[...] empresas familiares que tinham em sua origem empreendimentos rurais e/ou que se beneficiaram de financiamento público, via Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Fundo Industrial do Nordeste (Finor), na abertura de novas frentes de produção, em especial a industrial. (BARBALHO, 2005, p. 39)

A “segunda fase do CIC” (MARTIN, 2003) configurou-se como um momento no qual as reivindicações de pautas foram encampadas em consonância com outros grupos empresariais de destaque no País, como o “Grupo dos Oito”. Na perspectiva de Jawdat Abu-El-Haj (2002, p. 86), nos discursos dos dirigentes do CIC identificam-se quatro importantes componentes que representam os seus pilares ideológicos: (1) crítica ao intervencionismo estatal<sup>17</sup> sobre o mercado e as práticas estatizantes; (2) defesa da economia de mercado e da propriedade privada como fundante para uma sociedade democrática; (3) crítica à visão corporativa patronal às condutas e posições mais conservadoras da classe empresarial em defesa do regime militar; e (4) defesa da região Nordeste e combate aos desequilíbrios entre as regiões do Brasil.

O período de redemocratização contou com uma forte mobilização de parcelas da sociedade brasileira, com destaque para os movimentos sociais. Todavia, salienta Barbalho (2005), sabe-se que grande parte das definições acerca da reabertura do regime se deu por decisões e acordos de setores dominantes. A transição gradual do regime autoritário para o democrático permitiu que “o retorno à democracia fosse marcado pela atuação de grupos corporativos que, ao perceberem a necessidade de tratar com o Estado não mais (ou não apenas) por meio de canais privados, politizaram seus discursos e ações” (p. 41).

Uma vez estabelecida a ocupação do CIC pela nova classe empresarial, as movimentações destes agentes indicavam uma compreensão no sentido de ocupar o Estado. Exemplo desta afirmativa pode ser evidenciado através da fala de Tasso Jereissati, em 15 de setembro de 1981, na cerimônia de sua posse à Presidência do Centro: “O CIC tem um compromisso em nível estadual, regional e nacional com a formação, o mais rápido possível de uma classe política competente e forte, capaz de influenciar e até assumir o poder” (MARTIN, 1993, p. 37).

---

<sup>17</sup> É importante ressaltar que a crítica feita ao caráter estatizante do Estado limitava-se ao quesito econômico do desenvolvimentismo, visto que a instância estatal continuaria como indutora dos investimentos sociais e econômicos (ABU-EL-HAJ, 2002).

No pleito eleitoral de 1986 para governador, viu-se a ascensão política desta nova elite: o grupo de jovens empresários ligados ao Centro Industrial do Ceará (CIC)<sup>18</sup>. A vitória de Tasso Jereissati inaugurou, portanto, um novo momento na história política do estado, denominado pelo seu grupo de o “Governo das Mudanças”. Dentre os 2.690.314 votos totais, Jereissati obteve 1.407.693 votos, o que equivale a 52,32% dos votos, contra 807.315 votos (30,01% dos votos totais) recebidos por Aduino Bezerra, seu principal oponente no pleito<sup>19</sup>.

Na seara midiática e acadêmica, outros tantos nomes se somaram: “Era Tasso”, “Mudancismo”, “Era das Mudanças”, “Geração Cambéba”, etc. Todos voltados ao interesse de compreender os avanços e contradições que caracterizaram esta experiência política da história cearense recente.

O novo contexto brasileiro trouxe em seu bojo a perspectiva de “mudança”, que caracterizou um período de revitalização política que perdurou do final dos anos 1980 até o início dos anos 1990 (BARREIRA, 2002). Exemplo disso, é que, além da eleição de Tasso Jereissati no Ceará, destaca-se, no Nordeste, as vitórias de: Valdir Pires, na Bahia, e Miguel Arraes, no Pernambuco<sup>20</sup>.

A estratégia de evocação às mudanças aportava-se na dimensão de que os “portavozes do poder eram de fato egressos de um segmento social, o empresariado, que até então tinha frágil participação na vida política” (BARREIRA, 2002, p. 65). Nesse contexto, destaca-se a figura do então jovem empresário e ex-presidente do CIC, Tasso Jereissati, que encabeçou a chapa eleitoral composta por uma coligação partidária que envolvia opositores das gestões “coronelistas” e alguns partidos vinculados ao espectro ideológico de esquerda<sup>21</sup>.

A campanha mudancista demarcou Tasso com “o papel do herói demiúrgico desafiando as forças do mal, as hostes coronelistas, comandadas por seu principal concorrente o coronel Aduino Bezerra<sup>22</sup>” (CARVALHO, 2013, p. 157). Esse discurso acabou por evidenciar a polarização entre as representações acerca de uma velha prática política, o “coronelismo”, e

---

<sup>18</sup> Cabe destacar que os anseios populares por figuras políticas que encarnavam o “novo” também já havia sido sinalizados com a eleição de Maria Luiza Fontenele (PT) à prefeitura de Fortaleza.

<sup>19</sup> Os outros dois candidatos que concorreram ao posto de Governador do Estado do Ceará eram: José Haroldo Bezerra Coelho (PT/PSB) e Francisco Aires Quintela (PSC/PL) e obtiveram 2,53% e 0,27% dos votos totais, respectivamente. Os dados das eleições estaduais de 1986 estão disponíveis em: < <http://apps.tre-ce.jus.br/tre/download/Eleicoes%201986.pdf> > , acesso em 22 Jan 2018.

<sup>20</sup> Cabe destacar, todavia, que apenas a experiência cearense conseguiu se estabelecer como um ciclo longo, uma vez que Tasso conseguiu eleger seu sucessor, Ciro Gomes, e em seguida eleger-se mais duas vezes. (GONDIM, 1995).

<sup>21</sup> PDT, PC e PCdoB.

<sup>22</sup> Cabe destacar que a eleição de Maria Luiza Fontenele à prefeitura de Fortaleza, no ano de 1985, indicou a primeira fenda no projeto político dos “coronéis”. A campanha da candidata petista aportava-se numa contraposição evidente em seu *slogan* “Governar o novo com o povo” ao projeto “coronelista” (DIÓGENES, 2002).

uma nova prática política, a racionalização da máquina pública proposta pelo grupo empresarial do Centro Industrial do Ceará.

O mudancismo trouxe em seu léxico um discurso pautado em uma série de palavras, tais como “modernidade”, “novo”, “racionalização”, “mudanças”, em oposição às moedas simbólicas “tradição”, “atraso”, “clientelismo”, “coronelismo” e “paternalismo”. O verbete mudancista indicava, entre outras dinâmicas, “a instauração de um poder que busca sua singularidade através da negação radical ao passado” (BARREIRA, 2002, p. 67). É interessante pensar isso à luz de algumas contradições que forjaram a escalada e tomada do poder pelo grupo empresarial, visto que a “geração das Mudanças” empurrava para fundo de cena a sua ligação com os industriais tradicionais, beneficiados diretos pelos investimentos da SUDENE, do BNB e do FINOR; e a sutil influência que o grupo exerceu na indicação de Gonzaga Mota como candidato da conciliação no “Acordo de Brasília”, em 1982 (CARVALHO, 2002).

Como visto, a Era das Mudanças pautou-se em um discurso que colocava a disputa entre o “velho”, as práticas políticas dos “coronéis”, e o “novo”, os discursos dos empresários do CIC. A perspectiva empresarial do grupo tassistas buscou levantar o baluarte de uma recuperação do setor público como elemento primordial para a resolução dos problemas econômicos e sociais do estado cearense (ABU-EL-HAJ, 2002), esta era a proposta para a construção de um Ceará Moderno. Nesse sentido, destacou-se

na formulação desse discurso a configuração de um “antes” e um “depois” como parte da construção simbólica de uma temporalidade política. Um discurso performativo, evocador de uma “nova era”, evidencia-se através de palavras como “modernidade”, “novo”, “racionalização”, “mudanças”, todas indicativas da instauração de um poder que busca sua singularidade através da negação radical ao passado. (BARREIRA, 2002, p. 67)

Os Governos das Mudanças propunham uma nova configuração na relação entre Estado e sociedade. Na nova perspectiva política, o setor público seria gerido por princípios universalistas<sup>23</sup>, “tendo por base os eixos: equilíbrio orçamentário, eficiência da máquina

---

<sup>23</sup> Cabe destacar que o “princípio universalista” do qual fala o texto carece de problematização teórica. Apesar de não ser o enfoque do presente trabalho, é preciso situar questões acerca de seu uso, uma vez que ele resvala na imposição de um conjunto de “visões de mundo” sobre as demais. A racionalização da máquina pública e a modernização da qual o texto trata, como busca pelos agentes que ocupam o aparelho estatal, são pautadas dentro do “Universalismo Europeu”, ou seja, tais medidas políticas e econômicas são fundamentais para um ideal de modernização europeia que, por ocupar certa hegemonia no sistema-mundo, é tomada como “universal”. Logo, destaco que o uso deste termo no presente texto segue fortemente o significado que o mesmo possui para as figuras políticas aqui estudadas. Sabe-se, portanto, das inúmeras outras formas de constituição social e de outras práticas societárias que poderiam ser denominadas de “modernas”. No entanto, o presente trabalho carece de espaço para abordar essa questão que, de alguma forma, tende a fugir dos objetivos aqui propostos. Para uma melhor compreensão acerca do “Universalismo Europeu”, ler: WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **O universalismo europeu: a retórica do poder.**/ Beatriz Medina (trad.). São Paulo: Boitempo, 2007.

administrativa, probidade no trato com a coisa pública e indução de investimentos” (BARBALHO, 2005, p. 42).

Barbalho (2005, p. 44) avalia que as palavras “modernidade” e “modernização” foram utilizadas como sinônimos no discurso mudancista. O autor, todavia, aponta para diferenças entre as mesmas. O termo “modernidade” padece de um caráter ambíguo e polissêmico, uma vez que este não possui um sentido próprio, fenômeno que abre margem para múltiplas interpretações. Essa mesma compreensão se irradia para termos decorrentes, como “modernismo”, “moderno”, “modernização”, etc.

Barreira, em diálogo com o pensamento de Norbert Lechner<sup>24</sup>, aponta caminhos para compreender o binômio modernidade e modernização, a partir da dinâmica de integração e desintegração da América Latina.

a modernidade com os valores de uma racionalidade normativa (incluindo soberania popular e direitos humanos) estaria minimizada por conta da modernização baseada na racionalidade técnico-instrumental: o predomínio do cálculo baseado em custo, benefício, produtividade e competitividade. A modernização imposta pela necessidade de adequar as economias locais às exigências do mercado internacional tem ocorrido às custas da exclusão de amplos setores marginalizados do mercado e da proteção estatal (2002, p. 77)

Essa experiência pode ser percebida nos próprios resultados e contradições existentes no bojo das práticas mudancistas. Centrado em um projeto de disciplinamento da máquina pública e na mudança estrutural do perfil do Estado e das suas formas de intervenção, os Governos das Mudanças buscaram recuperar as finanças estatais. No que tange o contingenciamento de gastos, os dados apontam uma diminuição com gasto de pessoal: em 1987, o gasto era de US\$ 596,48 milhões, já em 1991, o número havia diminuído para US\$ 425,21 milhões (ABU-EL-HAJ, 2002). No que contempla o crescimento econômico do estado destaca-se que, no período de 1985 a 1991, o PIB cearense cresceu em média 3,55%, diante de um crescimento de 1,18% do PIB brasileiro (BARBALHO, 2005).

Vale ressaltar, no entanto, que as mudanças implementadas pelo ciclo mudancista foram realizadas de forma bastante convencional, “na prática, limitou-se à substituição, extinção e fusão de órgãos, aliadas a uma política de pessoal moralizadora, porém autoritária e

---

<sup>24</sup> O pensamento de Lechner (1990) é fecundo para se pensar os desafios impostos à América-latina no contexto contemporâneo. Para o autor, a América-Latina enfrenta um dilema que se situa na escolha entre um processo de modernização, que aceitaria a exclusão de amplos setores da população, e o privilégio de um modelo de inclusão social, que faria com que o bloco corresse o risco de permanecer à margem do modelo de desenvolvimento econômico mundial. No esforço teórico de distinguir a modernização (desenvolvimento da racionalidade instrumental) e a modernidade (racionalidade normativa), Lechner lança a pergunta base das suas teorizações: “a modernidade e a modernização são compatíveis?”

pouco inovadora” (GONDIM, 1998, p. 96). Além disso, o modelo de desenvolvimento mudancista promoveu, no seu processo de modernização, a exclusão de setores, como aponta Lemenhe:

A pobreza agravada no meio rural – para o que à decadência da agricultura tradicional se soma a ausência de políticas de desenvolvimento da economia agrícola - coloca uma população sem terra e/ou sem meios de torna-la produtiva e os dirigentes das municipalidades como presas fáceis do clientelismo. Por outro lado, a retórica de moralização da gestão pública e o controle sobre o Tribunal de Contas são reservas de poder mobilizadas contra ou a favor de prefeitos nos seus pleitos juntos ao governo estadual. Portanto, preservam-se práticas que estão na essência do poder tradicional de base agrária (1995, p. 237)

Essa experiência de governo, na concepção de Barbalho, pautada na racionalização e otimização da máquina pública, visando a eficácia e os ganhos políticos e econômicos, se alinhava a um projeto de modernização. Esta afirmação se aponta na concepção de que os Governos das Mudanças caracterizaram-se pelo forte centralismo de decisões e a “dificuldade de receber críticas e fazer autocríticas e o pouco alcance das políticas sociais” (2005, p. 45).

Diante dos fatos expostos, pode-se traçar linhas gerais sobre a gestão tassista à frente do Governo do Estado, entre os anos de 1987 e 1990. Para Diógenes, os aspectos de natureza política na primeira gestão mudancista estiveram sempre em segundo plano.

Alguns dos atos moralizadores de Tasso Jereissati mobilizaram reações tanto dos setores mais à direita como os à esquerda, no Ceará, o que nos leva a assinalar que a natureza política da primeira gestão Tasso Jereissati expressou-se nas suas tentativas de combinar crescimento à adoção de programas sociais para a erradicação da miséria, primando por ações de natureza social (DIÓGENES, 2002, p. 109).

Um exemplo de ação controversa na gestão Tasso foi a demissão de 40 mil funcionários e a não-contratação de novos funcionários públicos. Este tipo de ação por parte do governo apresentou um teor nitidamente “administrativo” e que levou a um conjunto de rupturas com uma série de segmentos que apoiaram a eleição de Jereissati. Outro aspecto a ser destacado do primeiro Governo Tasso foi o conflito permanente, sobretudo nos dois últimos anos de gestão, com a classe política. Diógenes (2002) destaca que Tasso iniciou sua administração com um apoio na Assembleia de 30 deputados e terminou seu tempo de mandato contando com apenas 6. Além disso, cabe destacar as indisposições do então governador com a mídia local, visto as tensões que cercaram casos como o “movimento dos servidores públicos, dos sindicatos, dentre outros” (p. 110).

Mesmo diante de tais desgastes o ciclo mudancista garantiu sua continuidade com a eleição de Ciro Gomes, em 1990. Eleito em primeiro turno, Ciro recebeu 1.279.492 votos de

um total de 2.896.185 votos<sup>25</sup>. Todavia, a forma cirista de fazer política distinguiu-se das práticas tassistas, mesmo que houvesse ainda neste momento uma forte ligação entre a figura de Ciro e Tasso<sup>26</sup>.

O recém-eleito governador soube articular o mecanismo de visibilidade midiática no sentido de construir sua própria marca de gestão. Ciro Gomes apostou em uma recorrência das imagens visuais e textuais, a fim de construir e consolidar a sua “marca” política. A ocupação da mídia pôde ser vista não apenas em entrevistas em veículos impressos, como jornais e revistas, mas também em entrevistas televisivas como o “Cara a Cara”, de Marília Gabriela, o programa do Jô Soares, etc. Ciro utilizava os espaços de comunicação para evidenciar as façanhas do seu governo e do seu antecessor, com a finalidade de fortalecer a marca do ciclo e, acima de tudo, a sua marca política pessoal (DIÓGENES, 2002).

No sentido administrativo, percebe-se uma certa continuidade da gestão tassista no que contempla a presença técnica em posições-chaves no Governo do Estado. No entanto, destaca-se duas fortes características que demonstram certa peculiaridade na gestão cirista: (1) um melhor relacionamento com o campo político e os diversos setores da elite cearense, exemplo disso foram as intensas e frequentes viagens realizadas por Ciro aos vários municípios cearenses, o que contribuiu para o bom desempenho do PSDB nas eleições municipais do Ceará<sup>27</sup>; e (2) o forte centralismo exercido pelo governador na tomada de decisões, visto que o papel de coordenação e articulação política foi exercido pelo próprio governador (BONFIM, 2002).

A narrativa mudancista e uma série de práticas forjadas no bojo da experiência de Tasso e Ciro à frente do executivo estadual conquistaram relativa<sup>28</sup> hegemonia política no Ceará. Exemplo disso é a vitória de Tasso Jereissati nos dois pleitos seguintes (1994 e 1998), em primeiro turno, para o Governo do Estado do Ceará, dando, assim continuidade ao ciclo das Mudanças.

O “mudancismo-desenvolvimentismo” (DIÓGENES, 2002) pautou-se em uma série de práticas governativas que buscou combinar o desenvolvimento econômico e o enxugamento da máquina pública ao combate à miséria e às conquistas sociais. Na perspectiva de Barreira (2002), uma elite econômica

---

<sup>25</sup> Dados disponíveis em: <[apps.tre-ce.jus.br/tre/download/Eleicoes%201990.pdf](http://apps.tre-ce.jus.br/tre/download/Eleicoes%201990.pdf)>, acesso 22 Jan 2018.

<sup>26</sup> Cabe destacar que esta intensa associação entre as duas figuras políticas pode ser demarcada, visto o apoio de Tasso Jereissati à candidatura vitoriosa de Ciro Gomes para a prefeitura de Fortaleza, em 1988 (DIÓGENES, 2002).

<sup>27</sup> O PSDB conseguiu obter sozinho a vitória em 36% das prefeituras cearenses (BONFIM, 2002).

<sup>28</sup> O termo relativo é colocado nesta sentença para sinalizar a hegemonia que o político Juraci Magalhães (PMDB) exercia na capital Fortaleza, impedindo a vitória dos candidatos mudancistas nos pleitos eleitorais da capital.

[...] que emerge no cenário político em uma região edificada com alicerces de atraso e pobreza promove desde já as pré-condições para a efetivação de impasses ou conflitos, provenientes entre uma lógica de modernização, no espaço das estratégias políticas, e uma situação cotidiana de desigualdades sócias. (p. 74)

Impasses e conflitos dentro das experiências mudancistas podem ser sinalizados, como já visto, a partir da demissão de 40 mil funcionários, sob o argumento do enxugamento da máquina pública. Uma parcela significativa do funcionalismo público, lesada por tais medidas, passou a fazer oposição ao governo do Estado. Com parcela expressiva na cidade de Fortaleza, pode-se estabelecer conexões desta oposição organizada com as derrotas sucessivas que a elite mudancista sofreu nos pleitos eleitorais para a prefeitura municipal.

Já quando se trata dos movimentos populares rurais e urbanos, houve um descompasso entre as demandas e a possibilidade de atendimento, sendo as primeiras superiores à segunda. Tal realidade explica que muitos segmentos apoiadores, outrora da “mudança” na política, perceberam que as modificações de lideranças à frente da estrutura do Estado não se convertiam em melhorias efetivas de qualidade de vida (BARREIRA, 2002).

Percebe-se, assim, os limites que o discurso e a prática mudancista de modernização possuem dentro de uma realidade de profunda miséria e desigualdade social como a cearense. Se de um lado, áreas modernizaram-se; do outro, em vários campos viu-se a agudização da exclusão social. Exemplo da intensa desigualdade social é exposta por Barreira:

[...] as transformações empreendidas na esfera administrativa e financeira não têm eliminado a defasagem de oferta de serviços básicos à população citadina e rural, trazendo à tona a questão social. Tomando-se a cidade de Fortaleza como referência, observa-se um processo crescente de favelização, que, em 1995, já atingia o percentual de 36% da população, perfazendo um total de 720.000 favelados. A intervenção governamental, por meio de programas de mutirão e recuperação de moradias não atinge os perfis desejados, como atesta a grande presença de crianças nas ruas desenvolvendo estratégias variadas de sobrevivência. Trata-se de pensar a dimensão social, atingida pelo objeto de intervenção, e aquela que fica fora das políticas sociais. (2002, p. 78-79)

Com o fim do segundo mandato consecutivo, a impossibilidade constitucional de Tasso Jereissati concorrer ao pleito eleitoral uma terceira vez<sup>29</sup> impôs uma pergunta a elite

---

<sup>29</sup> Após a eleição de Ciro Gomes, em 1990, Tasso Jereissati retorna ao Governo do Estado do Ceará em 1995. O candidato tucano venceu o pleito eleitoral de 1994 em primeiro turno e obteve 55,32% dos votos válidos. Em 1998, com a possibilidade constitucional de reeleição, Tasso se elege mais uma vez governador, obtendo uma porcentagem de 62,72% dos votos válidos. Os dados das eleições estaduais de 1994 estão disponíveis em: < <http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/ceara/resultados-das-eleicoes-1994-ceara-governador>>. Os dados das eleições para o Governo do Estado do Ceará, em 1998, estão disponíveis no link a seguir: < <http://apps.tre-ce.jus.br/tre/download/Eleicoes%201998.pdf>>, acesso em 22 Jan 2018.

político-empresarial à frente do poder estadual desde 1987: Quem seria a liderança a encabeçar a chapa mudancista no pleito de 2002?

Aquele ano representou um momento emblemático para se pensar as relações políticas no Brasil. Em âmbito federal, o signo da mudança operou com a eleição do primeiro metalúrgico a tornar-se Presidente da República. Lula vence o pleito eleitoral levando ao cargo majoritário um discurso demarcado pelos anseios de segmentos da esquerda, fortalecidos com o fim da ditadura civil-militar<sup>30</sup>.

No Ceará, por sua vez, a Era das Mudanças garantia o seu quinto mandato consecutivo. Lúcio Alcântara (PSDB) foi eleito Governador do Estado em uma disputa onde as nuances da competitividade voltavam a aparecer, visto que os quatro últimos pleitos ao governo haviam se resolvido em primeiro turno. É sobre este panorama que busco me debruçar no próximo tópico, a fim de compreender os desafios enfrentados pela elite mudancista na escolha do seu representante para o pleito estadual e quais sinais apresentavam desgastes no ciclo mudancista.

## **2.2. De candidato a governador: Lúcio Alcântara, representante do Mudancismo?**

A escolha de Lúcio Alcântara ao cargo de representante oficial do grupo mudancista na corrida eleitoral para governador, em 2002, foi cercada de conflitos de ordem interna ao bloco político. Destaca-se, nessa dinâmica, a saída de Sérgio Machado<sup>31</sup> e Wellington Landim do PSDB, em 2001. Machado, então Senador, filiou-se ao PMDB e justificou sua saída do Partido da Social Democracia Brasileira com críticas à ala política que liderava o partido no Ceará, pois, segundo ele, os políticos tucanos cearenses não estariam praticando a “democracia

---

<sup>30</sup> O Lulismo, projeto político que se expressou nos mandatos de Lula (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma (2011-2014 e 2015-2016), tem sido objeto de observações das mais diversas áreas, contando com uma vasta produção teórica. O ciclo político petista desperta interesse por vários motivos, entre eles destaco: (1) a capacidade de um mesmo grupo político ter conseguido se eleger ao executivo federal quatro vezes consecutivas, através do voto direto (fenômeno relevante, sobretudo quando avaliamos que, no período de democracia recente, as eleições presidenciais têm se mostrado bastante competitivas); (2) a moeda discursiva do “nunca antes na história desse País”, por meio da qual o bloco petista forjou suas narrativas de campanha (recurso que se apoiava na figura do primeiro metalúrgico presidente, Lula, e da primeira mulher presidenta, Dilma Rousseff; além da produção e inovação no campo das políticas sociais) (LOPES, 2016); (3) as contradições das gestões, eleitas sob o discurso de um governo popular, mas que governaram com uma ampla frente do empresariado brasileiro (BOITO, 2013; SINGER, 2016); (4) a reconfiguração da pirâmide social e seus impactos nas relações de classe (POCHMANN, 2011; 2012; SINGER, 2012); e (5) as remodelações na forma de ver a si e o mundo dos “beneficiários” das políticas sociais (REGO, 2014).

<sup>31</sup> Sérgio Machado teve o nome preterido em detrimento do nome de Ciro Gomes na primeira sucessão de governo de Tasso. O descarte de seu nome se deu em meio à baixa popularidade que Machado expressou nas pesquisas de intenção de voto. (CARVALHO, 2012)

interna”<sup>32</sup>. Já Landim, então presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, filiou-se ao PSB e levou consigo outros sete deputados. Vale ressaltar que o deputado tinha forte influência política em alguns municípios da região sul do estado do Ceará. Sua migração para a oposição indicava, nesse sentido, o recuo da força de Tasso Jereissati em cidades que garantiam ao seu grupo um número considerável de votos nos pleitos eleitorais. Como forma de “estancar a sangria”, Tasso Jereissati, já no fim de seu mandato de governador, realizou uma série de viagens pelo interior do estado, a fim de fortalecer os laços com as prefeituras e evitar mais dissidências partidárias<sup>33</sup>.

Rejane Carvalho (2004) avalia que o rompimento das duas figuras políticas, antes pertencentes às fileiras tassistas, era um indicativo de que foi vislumbrada a possibilidade de candidaturas vitoriosas fora do bloco que governava o Ceará desde 1987. A pulverização de candidaturas, antes unidas em torno do projeto de modernização política encampada pelos empresários do CIC, expressava um número considerável de chapas eleitorais com conteúdo programático baseado na “modernidade neoliberal”. Essa descentralização acabou por beneficiar a esquerda que, organizada, realizou uma ampla coalizão em torno da candidatura de José Airton (PT), levando o pleito eleitoral para o segundo turno<sup>34</sup>.

Em um contexto de desgaste do ciclo tassista, a estratégia partidária e de campanha foi a escolha de um candidato diametralmente oposto ao “jeito Tasso de fazer política”. Construindo a imagem de um político de diálogo, a campanha eleitoral de Lúcio Alcântara acabou por colocá-lo em um ponto antípoda ao reservado para Tasso Jereissati em seus anos de governo, uma vez que o ex-governador ficara conhecido pelo forte centralismo nas decisões (CARVALHO, 2004, p. 86).

Alcântara, apesar da proximidade com o grupo tassista, haja vista sua vitória ao Senado com o apoio de forças mudancistas em 1994, não tinha uma forte identificação com o bloco político em questão. Exemplo disso são as enunciações de Lúcio, em entrevista, ao

---

<sup>32</sup> SERGIO Machado troca o PSDB pelo PMDB. **Senado notícias**, Brasília, 03 de outubro de 2001. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2001/10/03/sergio-machado-troca-o-psdb-pelo-pmdb>>. Acesso em 23 Abr 2017

<sup>33</sup> TASSO tenta barrar dissidência no Ceará. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 de março de 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2403200209.htm>>. Acesso em 27 Abr 2017.

<sup>34</sup> As candidaturas da esquerda, nos alerta Carvalho (2004), eram tomadas como fardo, visto as sucessivas derrotas nas eleições anteriores. Um dos fatores que a autora atribui para o crescimento vertiginoso do candidato petista, que sai de 5% para mais 32,85% de intenções de votos, é a tática de aliar a candidatura de Lula, **lá**, candidato favorito na eleição presidencial, e José Airton, **cá**. Além deste fenômeno, o próprio contexto de formação de uma forte coalizão de esquerda fez com que a campanha do petista fosse tomada como a representante dos anseios anti-Cambéba.

contextualizar sua experiência como vice-governador do Estado do Ceará (1990-1994) e a relação com Ciro Gomes:

O desafio constante era o de ser Vice, sem ser nulo. Durante um ano acumulei o cargo de Vice-Governador com o de Secretário de Saúde, onde desfrutei de liberdade de ação. Fui leal em momentos difíceis, como o da greve dos médicos, que foi longa e desgastante. Líder das pesquisas de opiniões para a Prefeitura de Fortaleza fui indicado pelo meu partido, o PDT, para disputar a eleição. O PSDB não me apoiou, e lançou o Assis Machado. O Ciro me dizia que o candidato dele era eu, mas o Tasso não aceitava. Na campanha sofri ataques violentos dos dois o que me obrigou a reagir à altura. Em meio ao tiroteio, o Cambraia passou incólume.

Após as eleições, com as relações deterioradas, o Ciro viajava sem me passar o governo, como à época dispunha a constituição estadual. Um dia, na ausência dele, entrei no gabinete e governei.

Fui solidário a ele em todas as horas difíceis do governo, inclusive na definição sucessória, quando as relações com o Tasso eram precárias e ajudei a recompô-las.

Em resumo, a convivência teve momentos de tensão, superados em nome do interesse público, evitando-se uma ruptura definitiva.

Nunca pertenci ao núcleo dos íntimos do governador. Fui mais respeitado que amado. Meu comportamento permitiu-lhe apoiar-me para o Senado<sup>35</sup>.

Na concepção de Nobre (2008), a candidatura de Lúcio foi um indicativo do esgotamento do ciclo hegemônico dos empresários do CIC, uma vez que havia dentro do bloco outras figuras com possibilidade de vitória e que tinham relações mais íntimas com o projeto mudancista. No entanto, o apoio a um nome com “frágeis laços” que o ligassem ao bloco mudancista pode ser interpretado como uma forma achada por Tasso de “intervir no processo eleitoral de 2002, resguardando a si mesmo e a seu grupo de uma possível derrota eleitoral ou de ter seu nome vinculado a esse processo desgastante” (p. 86).

A composição do segundo turno com um forte apoio dos candidatos derrotados, em primeiro turno, à campanha do José Airton, como também a estratégia da campanha de esquerda em aliançar a expressiva campanha de Lula, em âmbito federal, com a do candidato estadual no Ceará, acabou por desembocar em um contexto eleitoral de resultado bastante acirrado. Ao fim das eleições, Alcântara foi sufragado com 1.765.726 votos, enquanto o seu oponente recebeu 1.762.679 votos<sup>36</sup>. A pequena diferença, delinea Carvalho (2004), demonstrou o grande crescimento de votos de José Airton, no segundo turno, e o crescimento tímido de Lúcio Alcântara. Enquanto o candidato petista teve 47,5% de crescimento dos votos recebidos, o tucano obteve um crescimento de apenas 0,7%.

Vale salientar que a “onda Lula” que tomou conta da candidatura estadual petista também foi tomada como estratégia de campanha “não oficial” pelos grupos sociais apoiadores

---

<sup>35</sup> JOÃO Soares Neto entrevista Lúcio Alcântara. **Os escritos de João Soares Neto**. Disponível em: <[http://www.joaosoaresneto.com.br/entrevistas\\_lucio\\_alcantara.asp](http://www.joaosoaresneto.com.br/entrevistas_lucio_alcantara.asp)>, acesso em 14 Jun 2017.

<sup>36</sup> Estes dados apresentados na presente produção estão disponíveis em: <[https://eleicoes.uol.com.br/2002/resultados/ce\\_resultado.jhtm](https://eleicoes.uol.com.br/2002/resultados/ce_resultado.jhtm)>. Acesso em 29 Abr 2017.

da campanha de Lúcio Alcântara. Exemplo disso são os materiais confeccionados, à época, com as seguintes frases: “Lúcio, melhor para o Ceará. Lula, melhor para o Brasil”. O movimento “Lu-Lu” (Lula e Lúcio)<sup>37</sup>, como foi chamado na época, e que teve como estratégia “colar” a imagem de Alcântara a de Lula seria balizada também no pleito em 2006, em contraposição ao apoio oficial dado a Cid Gomes naquele momento.

Uma vez eleito, o “jeito de governar” que distinguiu Lúcio de Tasso, nas eleições, saiu da esfera positivada e desembocou no clima de desconfiança do ex-governador em relação à gestão de Alcântara. Para evitar qualquer inflexão na sua influência dentro da máquina pública do Governo do Estado, Tasso buscou garantir que nomes ligados diretamente a ele fizessem parte da equipe de governo de Lúcio. O governador recém-eleito, portanto, montou uma equipe que demonstrava uma forte penetração da influência de seu antecessor na gestão. Exemplo disso foi a nomeação à Secretaria de Planejamento e Coordenação (SEPLAN) de Maia Júnior, vice-governador da chapa de Lúcio e figura política ligada a Tasso (FREITAS & LIMA, 2012).

A forte “presença” tassista acabou por fragilizar a gestão de Lúcio, quando do processo de ruptura de aliança entre ambos. Ao sair da base de apoio da gestão de Lúcio, Tasso levou consigo toda uma equipe que ocupava cargos relevantes no governo. Outro empecilho, que antecedeu o dito anteriormente, foi o desgaste entre Lúcio e membros da gestão, como o já citado Maia Júnior, pois, nas palavras de Lúcio: Maia Júnior “‘fazia artigos, atacava secretários’, ‘todo dia ia dar informações do governo ao Tasso, o que tinha, como era, como não era’” (FREITAS & LIMA, 2012, p. 9). Tais falas de Lúcio revelam, além do ressentimento político, a predominância da influência de Tasso na sua gestão.

Com os desgastes políticos entre Jereissati e Alcântara, esse poder, do qual gozava Tasso dentro da estrutura governamental, possibilitou que o então senador “implodisse” os anseios de Lúcio em alçar voos rumo à sua reeleição contando com uma ampla base de apoio. Como aponta Barbalho e Holanda (2014), Lúcio era um “estranho no ninho” no que tange as proximidades políticas com o bloco mudancista. Sua ascendência política forjou-se no bojo das alianças com quadros políticos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), figuras combatidas por Tasso Jereissati no pleito eleitoral de 1986 sob a alcunha de “coronéis”.

No contexto das eleições de 2006, a ruptura definitiva aconteceu em torno dos constrangimentos que emergiram com a construção das chapas eleitorais para o pleito estadual.

---

<sup>37</sup> No pleito eleitoral de 2002, o movimento “Lu-Lu” sofreu sanções judiciais. O TRE-Ce mandou recolher os materiais publicitários que colocavam a imagem dos candidatos Lúcio (governador) e Lula (presidente) juntas. Para saber mais, ler: TRE-CE manda recolher material de campanha de Lúcio. **Site Terra**. São Paulo, 22 de outubro de 2002. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/interna/0,,OI62716-EI421,00-TRECE+manda+recolher+material+de+campanha+de+Lucio.html>>, acesso em 22 Jan 2018.

O grande impasse no jogo político se deu na definição do apoio de Tasso Jereissati a uma figura para o Governo do Estado. O esvaziamento do apoio a Lúcio por Tasso e seus aliados e a consolidação da candidatura de Cid Gomes (PSB) para governador, com quem Tasso mantinha uma forte e histórica ligação política, acabaram por demonstrar que Alcântara não seria o representante tassista neste pleito.

O rompimento tomou dimensões mais evidentes em meio a um clima de vazamentos de arranjos políticos que envolveriam Tasso Jereissati, Lúcio Alcântara e Cid Gomes. A dinâmica pré-eleitoral de 2006 ganhou a cena midiática com o vazamento de informações acerca de uma reunião em Brasília entre os três políticos para delinear as chapas que iriam competir ao Governo do Ceará e ao Senado Federal. Nesse contexto, teria ficado decidido que Cid Gomes sairia candidato ao Governo, com o apoio de Lúcio Alcântara, e este, por sua vez, concorreria a uma cadeira para o Senado. Os arranjos, no entanto, deveriam manter-se sob sigilo, discrição que não houve, uma vez que a decisão política do trio foi noticiada pela imprensa cearense (FREITAS & LIMA, 2012).

As suposições levaram o interesse do vazamento a Lúcio Alcântara que, no contexto das decisões, sairia lesado no pleito eleitoral de 2006, considerando o seu empenho em concorrer ao Governo do Estado novamente. Houve, nesse contexto, um forte conflito dentro do PSDB regado a troca de ofensas veladas entre Tasso e Lúcio. O distanciamento entre ambos se colocou de forma mais nítida na visita de Geraldo Alckmin ao Ceará, à época candidato à Presidência da República. O clima de divisão ganhou destaque na cena midiática:

Foi no dia 30 de abril que Tasso e Lúcio estiveram pela primeira vez juntos em um evento público, por ocasião da visita de Geraldo Alckmin à região do Cariri. Durante toda a viagem, ficou nítida a distância existente entre o governador e o senador, apesar dos discursos que apontavam para a unidade do partido. Na convenção que homologou a candidatura de Lúcio à reeleição, Tasso se fez presente. No entanto, não topou com o governador. Enquanto Lúcio concedia uma entrevista coletiva, em sala reservada, o senador desfilou pelo salão do Centro de Convenções cumprimentando militantes e lideranças. Ele deixou o local antes que Lúcio entrasse.

Nem mesmo na inauguração do comitê da coligação Pra Frente Ceará, que marcou o lançamento oficial da campanha à reeleição, Tasso esteve presente. A justificativa oficial sempre foi a de que Tasso, na condição de presidente nacional da sigla, estava bastante envolvido na campanha nacional e não poderia dedicar-se à campanha estadual como das vezes anteriores. Tasso inclusive retirou lideranças tucanas do cenário local, como o vice-governador Maia Júnior, candidato a 1º suplente de senador, levando-as para a coordenação da campanha nacional do PSDB.<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> GOVERNADOR recebe apoio de empresários. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 20 de abril de 2006. Disponível em: <[diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/politica/governador-recebe-apoio-de-empresarios-1.520863](http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/politica/governador-recebe-apoio-de-empresarios-1.520863)>. Acesso em: 29 Abr 2017.

A própria inclinação de Tasso a retirar aliados políticos da chapa de Lúcio sinalizava o rompimento e a ausência do apoio à candidatura de Lúcio pelo PSDB para o Governo do Estado. Posteriormente, em dezembro de 2006, já tendo Cid Gomes<sup>39</sup> vencido, em primeiro turno, as eleições para governador no Ceará, Tasso Jereissati respondeu, em entrevista para o Roda Viva, a razão de sua ausência na campanha de Lúcio Alcântara naquele ano.

**Paulo Markun:** Estamos de volta com o Roda Viva. Esta noite entrevistando o senador Tasso Jereissati, presidente nacional do PSDB. Senador, tem várias perguntas aqui de telespectadores sobre a questão da eleição no Ceará. Jesus Oliveira, cearense, pergunta por que o senhor não apoiou o candidato ao governo Lúcio Alcântara [ex-governador do estado do Ceará, ex-prefeito de Fortaleza, ex-senador da República] ? João Ferreira, aqui de São Paulo: “Como o senhor explica a derrota do PSDB no Ceará e por que em vez de apoiar o governador Lúcio Alcântara o senhor apoiou Cid Gomes [ex-prefeito de Sobral, cidade do interior do Ceará e governador eleito do estado em 2006]?” E recentemente o próprio governador Lúcio Alcântara chegou a dizer que o senhor, na verdade, teve uma discussão sobre essa hipótese de apoiar Cid Gomes. Como foi a derrota lá e qual foi a posição do senhor?  
**Tasso Jereissati:** Primeiro, eu quero esclarecer uma coisa, eu não apoiei Cid Gomes, não apoiei de maneira nenhuma, não fiz campanha, não pedi um voto para Cid Gomes. A verdade é que também eu, pessoalmente, não as pessoas ligadas a mim, eu pessoalmente também não pedi voto durante a campanha para o governador Lúcio Alcântara. Nós tivemos um desentendimento em determinado momento sobre a condução não só da sucessão, quanto do próprio governo do estado e nesse desentendimento, ele deixou, nos seus atos, muito claro que não precisava da minha participação na campanha, da minha participação pessoal na campanha. Então, eu me ausentei pessoalmente da campanha, com todos os prefeitos, liderados, líderes, vereadores, deputados, fazendo a campanha normal.<sup>40</sup>

Outro desencaixe significativo entre Alcântara e Jereissati foi, certamente, a forma de lidar com o governo federal. Como visto, no pleito de 2002, houve a vitória de Lula para Presidente, esse contexto acabou por trazer divergências entre o governador e senador: enquanto Lúcio Alcântara buscou estreitar os laços com a instância federal, Tasso, eleito senador no pleito de 2002, partiu para uma oposição sistemática à gestão petista presidencial (BARBALHO & HOLANDA, 2013). Lúcio sinaliza que, a despeito dos desafios, obteve êxito nas relações com o governo federal. Esse movimento político do governador acabou por possibilitar o florescimento de uma profícua parceria entre SECULT e MinC, como será visto mais à frente, no desenvolvimento de uma influência mútua entre os dois órgãos.

---

<sup>39</sup> Com o fim do pleito eleitoral de 2006, a chapa Ceará Vota para Crescer, encabeçada pelo candidato Cid Ferreira Gomes (PSB), venceu as eleições para governo do Ceará em 2006. O candidato levou o pleito já no primeiro turno com um total de 62,38% dos votos válidos, o que equivaleu a 2.411.457 votos obtidos. O principal oponente na corrida eleitoral foi o então governador Lúcio Gonçalo de Alcântara (PSDB), através da chapa Pra Frente Ceará. O tucano terminou na segunda posição obtendo 33,87% dos votos válidos, o que consistiu em 1.309.277 dos votos totais. Os dados eleitorais citados no texto foram extraídos da base de dados *online* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/resultado-da-eleicao-2006>>. Acesso em 12 set 2015.

<sup>40</sup> TASSO Jereissati. **Roda Viva**. São Paulo, 06 de dezembro de 2006. Disponível em: <[www.rodaviva.fapesp.br/materia/109/entrevistados/tasso\\_jereissati\\_2006.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/109/entrevistados/tasso_jereissati_2006.htm)>. Acesso em 29 Abr 2017.

Olha, eu fui eleito, realmente, por uma margem muito pequena ou pequeníssima, né? E numa campanha dura, difícil... Como eu era do PSDB e o Governo Federal do PT, então eu tive que estabelecer... e fui, senão totalmente, mas relativamente bem-sucedido nessa relação com o governo federal. Claro! Em algumas áreas melhor do que em outras, mas com o próprio Presidente da República. Porque era muito difícil governar o Ceará, que era um Estado pobre. Aliás, eu tive dois anos difíceis do ponto de vista financeiro, econômico. E quando eu vim começar a respirar foi no terceiro e aí no quarto eu já estava saindo. Então, na área da cultura, por exemplo, a nossa convivência foi excelente com o Ministro Gilberto Gil, inclusive, ele veio aqui várias vezes, nos reunimos, fomos até o interior [...]<sup>41</sup>

Como observado, o perfil de Lúcio Alcântara não encontrava encaixe no quebra-cabeça das figuras mudancistas. Apesar de um político profissional, sua ascendência e trajetória indicavam-no como pertencente a um outro grupo da política cearense. No contexto de desgastes e rupturas de alianças, no qual a gestão de Alcântara navegou, novas práticas e discursos emergiram, como é o caso da cearensidade<sup>42</sup>. Esta simbólica, por exemplo, não só forjou as práticas mais gerais do Plano de Ação do Governo de Lúcio Alcântara, como, em alguns momentos, tomou forma nas práticas da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, como veremos posteriormente.

Para traçar um panorama adequado acerca da composição dessas políticas públicas é preciso também compreender que Lúcio Alcântara possuía uma aproximação com o campo artístico e, em certos momentos, demonstrou interesse direto na formulação de políticas culturais. Nesse sentido, faz-se necessário analisar a trajetória do governador e pontuar quais condições estruturais e quais relações sociais possibilitaram a emergência de um político, de um médico e de um intelectual. Esses três perfis se entrecruzaram e acabaram por definir muitos dos caminhos tomados por Alcântara.

### **2.3. Lúcio Alcântara: entre a medicina, a arte & a política**

No esforço de estabelecer uma análise a partir da fala do próprio Lúcio Alcântara, como é visto no presente excerto, tomo como fundamental as reflexões que Bourdieu teceu sobre o uso da “história de vida”. Nesse sentido, o autor defendeu que o exercício sociológico para compreender os atos que consistem no “falar de si” devem tomar como base a apreensão de disposições estruturadas que estão presentes no *habitus*, “princípio ativo e irredutível às

---

<sup>41</sup> O ex-governador concedeu esta entrevista para o pesquisador no dia 27 de junho de 2017, na Fundação Waldemar Alcântara, Fortaleza-Ce.

<sup>42</sup>A construção da cearensidade como imagem-marca do Governo de Lúcio Alcântara será abordado com maiores detalhes no Capítulo 3 da presente dissertação.

percepções passivas, da unificação das práticas e as representações [...]” (2006, p. 186). A chave de interpretação da pesquisa social proposta pelo teórico francês é a de que

[...] não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. (2006, p. 190)

É considerando, portanto, a relação de Lúcio Alcântara com outros agentes que analiso a construção de sua trajetória médica, política e intelectual. Ao presente texto interessa como as experiências de Alcântara compõem um conjunto de pistas rumo à análise de sua gestão no executivo estadual. Principalmente, como essas vivências, sejam elas familiares ou políticas, exerceram uma forte influência nas escolhas do então governador durante sua carreira política, especialmente no que tange às suas ações durante o exercício de governador e os enlances com a gestão de Cláudia Leitão na SECULT.

Segundo Lúcio, sua trajetória é fruto dos acasos da vida. O desejo de ser oficial da Marinha foi interrompido antes mesmo de começar, visto que o então governador fora diagnosticado, ainda jovem, com um grau de “miopia incompatível com o permitido pelo manual das instruções e exigências da Marinha” (2005, p. 25). Diante da impossibilidade de seguir a carreira militar, Alcântara afirmou que a escolha pela medicina foi fruto de um processo de exclusão de escolhas.

À primeira vista, a fala de Lúcio nos leva a crer que a escolha pela medicina foi feita ao sabor das circunstâncias, sem qualquer interferência de pessoas do seu convívio. No entanto, para elucidar como tais acontecimentos, que parecem randômicos na sucessão histórica da vida, estão arraigados nos processos de socialização nos quais os indivíduos estão localizados, destaco a própria fala de Lúcio que delinea a influência familiar sobre tal escolha: “Na minha família, formaram-se muitos médicos: além de mim e do meu pai, a minha irmã Lúcia, uma prima que morava lá em casa e vários outros primos” (2005, p. 26). Esta fala evidencia como o processo de socialização desde a tenra infância acaba por forjar disposições articuladas pelos indivíduos e que possibilitam a construção de um *habitus*. A formação de gostos, de escolhas e de comportamentos dos indivíduos parecem emergir ao sabor do acaso. Todavia, como nos alerta Bourdieu, tais elementos são estruturados dentro de uma complexa engrenagem onde se sucedem as relações de grupos na vida social.

É no mesmo sentido que o então governador aponta sua escolha pelo exercício político. Segundo ele, a escolha pela carreira política não teve qualquer influência impositiva da família. Mas em seus relatos percebe-se a convivência desde muito cedo com figuras políticas de destaque na história do Ceará. O avô materno de Lúcio Alcântara fora líder político na região de São Gonçalo do Amarante. Seu pai construía uma carreira política, ocupando a liderança estadual do PSD, o cargo de deputado e de vice-governador na chapa de Aduino Bezerra. Sua mãe, no mesmo sentido, também era inserida no exercício político através da participação em organizações sociais, como a ocupação da presidência das Pioneiras Sociais e da Rede Feminina do Instituto do Câncer do Ceará<sup>43</sup>.

A formação de um *habitus* político pode ser evidenciado no depoimento de Lúcio Alcântara sobre a presença cotidiana dos arranjos e dinâmicas políticas na sua vida desde a infância: “ Meu pai era um dos líderes do PSD no Ceará, depois foi líder do Arena e do PDS. Eu costumava acompanhá-lo, ainda menino para comícios e eventos na sede do partido, no interior e em viagens de grandes comitivas” (ALCÂNTARA, 2005, p. 13). O mundo político não foi vivido por Lúcio apenas nas memórias de caravanas e eventos dos partidos que o pai liderava, mas também na sua inserção como agente performativo, como vê-se no trecho a seguir:

Existe uma foto minha, menino ainda, discursando em Fortaleza. Eu não tinha mais que 12 anos, mas lembro bem da ocasião. Resolveram me botar para falar; eu subi numa mesa e fiz um discurso criticando ferrenhamente a UDN. Como disse, éramos do PSD. No nosso grupo estavam o doutor José Martins e o jornalista Dorian Sampaio, que foi chefe de gabinete do meu pai no tempo em que ele assumiu a Secretaria da Educação e Saúde. O Dorian, inclusive, me deu uns conselhos políticos no fim do dia. Ele e meu pai tinham uma relação muito próxima. Eram compadres. (ALCÂNTARA, 2005, p. 13–14)

Tais proximidades acabaram inserindo Lúcio no exercício político. A princípio, através da gestão pública por indicação, momento no qual destaca-se a sua experiência como Secretário de Saúde do Governo do Estado do Ceará nas gestões de Cesar Cals, em 1971, e de Aduino Bezerra, em 1975. Já na ocupação de cargos políticos, destaca-se a nomeação a prefeito de Fortaleza, no período de 1979-1982, experiência que Lúcio atribuiu à forte relação que sua família tinha com Virgílio Távora:

O Virgílio foi um dos maiores amigos que o meu pai teve. Os dois trabalharam juntos no governo do Ceará e estiveram junto em Brasília como senadores. A minha mãe também era a amiga de Virgílio e da dona Luíza Távora, e vice-versa. Tinha uma

---

<sup>43</sup> A sucessão de fatos sobre a história do ex-governador Lúcio Alcântara aqui exposta tomou como base a obra: ALCÂNTARA, Lúcio. **Lúcio Alcântara em depoimento para a Cláudia Albuquerque e Edilene Dantas**/ Lúcio Alcântara – Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2005. 96 p.; 23 cm. – (Coleção Gente).

amizade muito estreita. Então, eu entrei na Prefeitura nesse contexto: indicado por Virgílio Távora. (ALCÂNTARA, 2005, p. 43)

Em outros momentos da entrevista, Lúcio expressa em suas falas que houve uma influência inconsciente na inclinação para a política, ponto que valida um aspecto autoavaliativo do político ao entender que o meio no qual se formou influenciou sobremaneira na sua forma de agir socialmente. Ainda ao falar das recorrentes figuras políticas que frequentavam sua casa, na infância, Alcântara expressa essa compreensão:

Como o doutor Menezes Pimentel, que era senador e presidente do PSD, passava muito tempo na capital federal, todo o comando do partido era dado por meu pai, então vice-presidente. De modo que eu devo ter recebido uma influência inconsciente do meio em que vivi, mas nunca considerei deliberadamente a possibilidade de ser político. (ALCÂNTARA, 2005, p. 15)

Outro aspecto que se destaca na trajetória de Alcântara é sua aproximação com a fruição artística. À época do exercício de governador, Lúcio contava com um vasto número de livros, sendo necessário a construção de uma biblioteca em um complexo próximo à sua casa, onde ficavam guardados cerca de cinco mil volumes<sup>44</sup>, entre eles obras raras como “*Plantas Úteis das Matas de Portugal* (João de Mendonça, 1887), *Phrases e Phantasias* (Clóvis Bevilacqua, 1894) e *Finalidade do Mundo* (de Farias Brito, 1894) [...]”, além da “primeira edição de *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, publicado em 1930” (ALBUQUERQUE & DANTAS, 2005, p.12. grifo das autoras).

O prazer pela leitura é destacado por Lúcio como uma influência paterna e também graças às boas condições materiais das quais gozou na infância.

O meu pai tinha uma biblioteca. Não era do tamanho da minha, mas ele gostava muito de ler e eu comecei lendo os livros dele. Eu me trancava lá no gabinete, no escritório dele que a gente chamava de gabinete, e passava horas lendo. Li, por exemplo, a coleção do Machado de Assis, da Editora Jackson, aqueles 31 volumes de capa dura, eu acho que li todos, do primeiro ao último. Li também José de Alencar; meu pai tinha uma coleção da José Olympio. Esses livros hoje estão comigo. Eu li muitas outras coisas que meu pai tinha como Monteiro Lobato, Rachel de Queiroz, muita ficção, muito romance. (ALCÂNTARA, 2005. p. 80)

A fala acima sinaliza como o capital econômico, instância que nos parece, em última medida, o indicador de “sucesso” na sociedade capitalista contemporânea, é mais um dos capitais pelos quais se disputam as classes e suas frações rumo à dominação. O tempo disponível, assim como as condições materiais acabam por evidenciar a condição de classe

---

<sup>44</sup> Em entrevista para esta pesquisa, Lúcio Alcântara sinalizou que a quantidade de obras era cerca de 15 mil exemplares em 2017.

abastada à qual Lúcio pertencia. Isso se explica pela profissão de prestígio do pai, sua inserção na política e a relação com figuras que exerciam influência no campo político cearense.

A estrutura de uma biblioteca à sua disposição para momentos de leitura e lazer é um indicativo das condições que possibilitaram a Lúcio constituir-se como um “intelectual”. Esta conversão de capitais (econômicos, sociais e culturais) demonstra uma trama íntima que se estabelece no jogo das relações sociais entre agentes de uma mesma classe como também de classes e estratos diferenciados.

Para isso, é fundamental compreender a categoria classe e as relações entre classes de forma a romper com uma perspectiva exclusivamente econômica. Bourdieu (2011) fornece um conjunto de ferramentas teóricas profícuas para compreender os processos distintivos de classe. Ao romper com a concepção que atribui os gostos como dom da natureza, o autor salienta que o consumo de bens culturais é produto de um processo educativo familiar e escolar, cuja eficácia e duração tem conexão íntima com a origem social do agente. Para compreender esses processos distintivos é fundamental a recomposição do *habitus* de classe, princípio unificador e gerador de práticas. Essa reconstrução impõe compreender

[...] o *habitus* de classe, como forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe; portanto construir a *classe objetiva*, como conjunto de agentes situados em condições homogêneas de existência impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas de disposições homogêneas, próprias a engendrar práticas semelhantes, além de possuírem um conjunto de propriedades comuns, propriedades objetivadas, às vezes, garantidas juridicamente – por exemplo, a posse de bens ou poderes – ou incorporadas, tais como o *habitus* de classe – e, em particular, os sistemas de esquemas classificatórios (BOURDIEU, 2011, p. 97)

A este propósito, vale ressaltar que a educação formal de Lúcio, logo antes de prestar vestibular para Medicina, foi no Liceu do Ceará, à época um colégio de grande prestígio e que formou grandes intelectuais como

Clóvis Bevilácqua, Farias Brito, Raimundo Girão, Gustavo Barroso, Rodolpho Theófilo e Jader Carvalho. Também o maestro Eleazar de Carvalho estudou no Liceu. O Liceu era, portanto, uma escola de referência, um padrão de ensino, com professores excelentes que depois vieram a integrar o quadro docente da Universidade Federal do Ceará (UFC), fundada em 1955. (ALCÂNTARA, 2005. p. 20)

Logo, percebe-se que a construção de um perfil intelectual por Lúcio Alcântara não se deu pelo sabor do destino, existiu, portanto, condicionantes estruturais que possibilitaram o consumo destes bens culturais.

Formado em Medicina, Lúcio Alcântara resolveu tentar a carreira de professor. Primeiro como estagiário, passando para auxiliar e finalmente professor assistente. O Lúcio

professor interrompeu os projetos docentes para assumir a Secretaria da Saúde do Governo de Cesar Cals. Destaca-se, portanto, que o circuito social ocupado por Lúcio foi propício para a sua formação e engajamento na produção e fruição artístico-intelectual. Os desdobramentos práticos desses fenômenos podem ser evidenciados com a nomeação e aprovação de Lúcio Alcântara na Academia Cearense de Letras (ACL), em 1978, e com seu engajamento no núcleo de produção editorial do Senado Federal, quando do exercício de Senador da República.

Como observa-se, a trajetória de Lúcio Alcântara aponta elementos importantes para a compreensão de sua constituição como agente político, médico e intelectual. Em entrevista, Alcântara destacou suas atuações em campos diversos:

Sempre cultivei uma visão mais universal da vida. Atraem-me interesses diversos. Isto se reflete na atividade política. Nunca me rendi à tentação da atuação monotemática. Sou um personagem eclético e curioso, característica que se reflete em meu desempenho no Senado. Procuo cultivar simultaneamente o pragmatismo ético, exigido pela boa política, e o idealismo que forma cidadãos e desperta vocações para a vida pública<sup>45</sup>.

Outra experiência na trajetória de Lúcio que aponta para o interesse na área cultural foi a sua experiência como conselheiro do Instituto Nacional do Patrimônio Artístico e Nacional (Iphan).

Alcântara elenca que, em seu exercício no executivo estadual, atribuiu atenção especial para a gestão de cultura:

[...] todas as nossas ações buscaram ampliar o papel institucional, quer dizer dentro do governo, que a cultura tinha. Nós valorizamos muito essa atividade. Não era só uma questão de recurso, mas era também uma questão até de participação pessoal minha, né? Eu tinha realmente uma, independente da competência da secretária [Cláudia Leitão], uma atuação junto de acompanhamento de estímulo e de sugestões dentro da área da cultura, inclusive foi um setor em que fui bastante atento<sup>46</sup>.

Exemplo dessa intervenção direta pode ser evidenciado na sua fala sobre a elaboração do Dia do Patrimônio:

No Uruguai, eles comemoram o Dia do Patrimônio. Nesse dia, todos os prédios que são tombados, sejam eles do governo ou de propriedade privada, são abertos ao público. Funcionários treinados prestam informações aos curiosos. As escolas são estimuladas a visitar os monumentos. Também são promovidos concertos e apresentação de corais. É uma festa, enfim. Quando eu visitei a embaixada do Brasil em Montevideú, o encarregado de negócios e a mulher dele foram os primeiros a me falar sobre isso, porque o prédio da embaixada é tombado. Então, quando eu cheguei aqui e assumi o governo, uma das minhas providências foi criar o Dia do Patrimônio Estadual, que passou a ser comemorado todo dia 30 de julho. Nesse dia, teremos sempre uma série de ações, como abrir os prédios tombados

---

<sup>45</sup> JOÃO Soares Neto entrevista Lúcio Alcântara. **Os escritos de João Soares Neto**. Disponível em: <[http://www.joaosoaresneto.com.br/entrevistas\\_lucio\\_alcantara.asp](http://www.joaosoaresneto.com.br/entrevistas_lucio_alcantara.asp)>, acesso em 14 Jun 2017.

<sup>46</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação em 27 de junho de 2017

à visitação e promover a ida de crianças e jovens a esses locais, para despertar-lhes o interesse pelo patrimônio. O objetivo aliás, não é despertar só o interesse, mas também o amor por esses prédios e o cuidado com a preservação de maneira geral. (ALCÂNTARA, 2005, p. 61-62)

Tais experiências nos fornecem pistas para entendermos o interesse e aproximação de Lúcio com a formulação de políticas públicas para a cultura. O interesse de Alcântara pela gestão da SECULT é atestado pela secretária Cláudia Leitão que, em um balanço sobre sua gestão, trata da trajetória de Lúcio e sua aproximação com o campo de produção artístico-intelectual:

Nós tínhamos essa energia e esse apoio. Tanto tínhamos o Ministério, quanto tínhamos o Governador, o que é uma coisa raríssima. Eu fui secretária de um Governador que admirava a pasta da cultura, que apostava na cultura e que me deu carta branca pra trabalhar. Isso não tem preço, né? Quando eu observo as relações de secretários de cultura com seus governadores, prefeitos, presidentes, eu fui uma pessoa muito sortuda. Eu não posso me queixar, porque eu tinha um Governador que era um homem muito culto, muito sofisticado intelectualmente, com muitos interesses na área dos livros, dos museus, da memória, do patrimônio. Ele tinha sido do Conselho nacional do IPHAN, né? Ele criou e deu todo o tom de toda a editora gráfica do senado, por onde foi publicada “A Memória do Brasil” - foi Lúcio Alcântara que estava ali. Tudo que foi publicado de grande valor da memória do Ceará foi feito pelo instituto Waldemar Alcântara, pela fundação que leva o nome do pai dele. Eu tinha um Governador que era um intelectual, ao mesmo tempo, um homem que admirava muito a cultura popular e que entendia a necessidade da secretaria crescer, se pôr em movimento. Eu tive muito apoio! Isso ajudou muito meu trabalho<sup>47</sup>.

Foi intuito do recurso aqui empreendido estabelecer que os atos vividos por Lúcio Alcântara e constitutivos de sua “trajetória” buscaram situar a posição deste agente dentro dos mais variados campos e em interface com as diversas figuras que exerceram, de alguma forma, influência na posição ocupada por Alcântara nos âmbitos da vida familiar, acadêmica e política.

Tal itinerário atesta que uma confluência de acontecimentos fez do mandato de Lúcio Alcântara um momento privilegiado para compreendermos mudanças significativas nos paradigmas das políticas culturais no Ceará. A zona de convergência que compõe esse contexto impõe à análise um exercício cuidadoso. Para compreendê-lo dentro de sua complexidade é preciso dar conta dos inúmeros fios que se entrelaçam e configuram esse tecido histórico. Nesse sentido, é preciso levar em consideração as ações que se desenvolveram no âmago da SECULT nos governos mudancistas anteriores, com enfoque especial ao processo de modernização da cultura que ganhou fortes traços na gestão de Paulo Linhares.

No próximo capítulo, interessa-me traçar em linhas gerais os acontecimentos de âmbito político que levaram a SECULT a ser considerada uma secretaria de papel estratégico nos Governos das Mudanças. Além disso, tracejar os caminhos trilhados e que configuraram a

---

<sup>47</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação, em 21 de novembro de 2017

construção de um modelo de gestão cultural, encabeçado por Paulo Linhares, que assumiu a hegemonia dentro dos projetos possíveis para a gestão pública de cultura. O capítulo aborda também as ações iniciais que caracterizaram a gestão de Cláudia Leitão, ao longo dos quatro anos.

### **3. GESTÃO PÚBLICA DE CULTURA NO CEARÁ: AS MARCAS DE GOVERNO PELA SECULT**

A mudança de liderança à frente do Governo do Estado do Ceará, em 2002, indicou também uma dança de cadeiras no que tange as lideranças à frente das secretarias. No âmbito da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, a mudança ocorreu com a saída de Nilton Almeida e a entrada de Cláudia Leitão. A modificação de lideranças não indicava mera formalidade, mas uma mudança considerável nas dinâmicas e ações encampadas pelo órgão a partir de então.

Concomitantemente, em instância federal, ocorreu a nomeação do cantor Gilberto Gil ao cargo de ministro. Tal realidade instalou uma nova dinâmica nos planos, projetos e ações desenvolvidos pelo MinC. Nessa perspectiva, uma série de políticas públicas de cultura tiveram o seu escopo repensado e também o exercício de criação de outros formatos empreendido. Aqui, destaco o esforço pela criação de um Sistema Nacional de Cultura (SNC), uma ação do Estado em perspectiva de diálogo com a sociedade, com vistas a garantir organicidade, racionalidade e estabilidade às políticas culturais, tornando-as, por assim dizer, políticas de Estado.

Nessa perspectiva, o presente capítulo toma como foco de análise a construção de uma gestão estadual de cultura com Cláudia Leitão à sua frente. Para entender esta dinâmica, faz-se importante compreender as modificações no significado do termo “cultura” nas políticas públicas empreendidas pelas lideranças tanto a nível federal, quanto estadual. Além disso, o texto busca lançar mão de projetos e ações que buscaram dar “cara” à nova gestão da pasta estadual.

Antes disso, no entanto, realizo uma digressão histórica, a fim de estabelecer uma linha do tempo da SECULT, no período de redemocratização. A justificativa para este exercício se suporta na compreensão de que, apesar das interrupções imagéticas e práticas que se colocaram na Gestão de Lúcio Alcântara em relação às experiências mudancistas anteriores, houve certa continuidade que se expressou fortemente em algumas práticas de cunho “modernizador”. No caso da pasta estadual de cultura este fenômeno também se concretizou, exemplo disso foi a remodelação da estrutura da própria secretaria, pautada na lógica do universo jurídico-administrativo.

### 3.1. SECULT e a Modernização da Cultura<sup>48</sup>

Para entender os desafios e conformações da SECULT é preciso primeiro situar as condições estruturais e políticas nas quais, historicamente, a secretaria foi inserida. A pasta cultural ocupou, a princípio, posição marginal na gestão dos Governos das Mudanças. Barbalho (2005) aponta que a pouca atenção dispensada pela gestão Jereissati I<sup>49</sup> à seara da cultura se alinharia, possivelmente, a uma perspectiva histórica dos poderes públicos no Brasil, realidade na qual a cultura era relegada a práticas de cunho clientelista e patrimonialista.

Essa justificativa corrobora a classificação realizada por Washington Bonfim (2002, p. 38) que categorizou as secretarias do Estado do Ceará em quatro tipos: 1) patronagem; 2) articulação política e relacionamento intra e intergovernamental; 3) intervenção estatal na economia (responsável pela arrecadação de tributos, pelo planejamento e execução de políticas públicas nos setores agrícolas, industriais, comerciais e de abastecimento); e 4) outras (na qual estariam as secretarias de Segurança Pública e de Ciência e Tecnologia).

A SECULT, por sua vez, estaria sob o guarda-chuva da primeira categoria. A patronagem, na concepção do autor, abarcaria as secretarias com funções ligadas à execução das atividades e de intermediação e resolução de conflitos do Estado com as mais diversas esferas sociais (campo político, instituições públicas e sociedade). Bonfim destaca que pastas como a SECULT seriam consideradas de patronagem pela facilidade de “serem permeadas por interesses político-partidários na implementação de suas atividades-fim, na escolha de seus quadros dirigentes e, principalmente, na distribuição de serviços, recursos e obras que disponibilizam à sociedade” (2002, p. 39).

Os apontamentos do autor podem ser exemplificados com a nomeação de Barros Pinho a secretário de cultura, no início do governo Tasso I. O lugar na SECULT reservado para Barros Pinho seria justificado pelo governo tendo em vista sua trajetória como artista e intelectual. Todavia, essa decisão não foi consensual. O campo artístico apontou que a escolha de Barros Pinho se deu em grande medida pela sua atuação no mundo político, uma vez que o recém-empossado secretário era, à época, vereador e já ocupara outros cargos políticos (BARBALHO, 2005). Tais considerações questionavam, inclusive, a capacidade do secretário em gerir a pasta da cultura.

---

<sup>48</sup> O termo “Modernização da Cultura” faz referência direta à obra de Alexandre Barbalho “A Modernização da Cultura – Políticas Para o Audiovisual nos Governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes | 1987 - 1998”.

<sup>49</sup> Aqui há a necessidade de assinalar as gestões de Tasso Jereissati através dos algarismos I e II por compreender que as ações na seara cultural tomaram formas diferentes com o passar do tempo.

Em entrevista, o ex-secretário corrobora a narrativa da indicação por convenção partidária, além do *status* de pouco prestígio da pasta estadual de cultura por parte dos governantes:

O convite para ser secretário deveu-se mais a arranjos político-partidários do que mesmo reconhecimento do mérito. Afinal, a Secretaria de Cultura, para os “donos do poder”, não ameaçava nem despertava muito interesse, era apenas um bolo confeitado, no olimpo da administração pública. (BARROS PINHO, 2006, p. 46)

Outra queixa feita por artistas e intelectuais foi que a escolha do secretário de cultura não se fez em diálogo com o campo cultural (BARBALHO, 2005), vale lembrar que o governo Tasso I ascende ao executivo estadual tendo em sua base de apoio intelectuais e partidos de esquerda, o que indicava uma expectativa de maior diálogo da chapa com os segmentos sociais que o apoiaram.

Todo o clima de tensão que houve entre o secretário e o campo cultural, na perspectiva de Barros Pinho, resultava da dimensão de pouca atenção, sobretudo orçamentária, dada à pasta pelo governo. Além disso, a fala abaixo elucida o esforço tomado pelo secretário com vias a inserir o órgão dentre as instâncias estratégicas do discurso mudancista.

A equipe de trabalho foi a possível de se organizar naquele momento político-administrativo. Conteí com o talento e a experiência de homens como Blanchard Girão, Ari Leite e Acúrcio Barros. Inteligência e lucidez existiam, mas faltavam orçamento e vontade política de se fazer cultura como proposta de mudança e de libertação do homem [...].

Desde o momento inaugural do governo a que servi como Secretário de Cultura, procurei inserir a cultura no eixo das mudanças. Afirmei, na ocasião, que a mudança deveria passar invariavelmente pela cultura. Ninguém levou a sério a proposta nem a definição de política pública de cultura voltada para a valorização do regional e da tradição que se deviam projetar no futuro na sedimentação da cearensidade. (BARROS PINHO, 2006, p. 47)

Com a saída de Barros Pinho, Tasso Jereissati indicou Violeta Arraes para comandar a SECULT. A secretária tinha forte inserção no campo artístico e intelectual nacional<sup>50</sup>, prova disso foi a expectativa pelo comparecimento de políticos<sup>51</sup>, intelectuais e artistas de todo o país à solenidade de sua posse. Barbalho divide as ações de Violeta Arraes em três linhas: (1) recuperação dos espaços físicos que pertenciam à SECULT; (2) promoção de eventos de grande porte; e (3) tentativa de instalação de um polo cinematográfico no Ceará. (2005, p. 62-63)

---

<sup>50</sup> A forte relação de Violeta Arraes com a classe artística e intelectual brasileira pode ser justificada pelo fato da secretária, na época da ditadura militar, morar na França e receber muitas figuras políticas, artísticas e intelectuais exiladas (BARBALHO, 2005).

<sup>51</sup> Da classe política, destacam-se a presença de Waldir Pires, governador da Bahia, de Miguel Arraes, governador de Pernambuco e irmão de Violeta, e José Aparecido, governador do Distrito Federal.

Destaca-se na primeira linha de ação a reforma do Theatro José de Alencar (TJA), ocorrida entre 1989 e 1991, que, àquela época, sofria de forte degradação física, correndo riscos de desabamento. A restauração do espaço levou o teatro à condição de um dos espaços para espetáculos teatrais mais modernos do País.

No que contempla a segunda linha de ação, enfatiza-se a promoção de eventos de grande porte, como a vinda do *Theatre du Soleil*, em 1988, a realização do FestRio, em 1989, e a própria reinauguração do Theatro José de Alencar. Tais eventos, dentre outros, garantiu tanto à gestão pública de cultura, como ao próprio executivo estadual uma forte atenção e cobertura da mídia local.

Já a terceira e última linha resultou de um conjunto de fatores. Visionando na conjuntura marcada pelo discurso de renovação e modernização do Governo Tasso, o campo cinematográfico articulou-se com vias a tensionar o Governo do Estado e retomar as discussões acerca do polo cinematográfico cearense<sup>52</sup>. A posse de Violeta Arraes, nesse sentido, apresenta a presença do Estado no interesse pela construção do polo.

Tendo em vista a série de medidas supracitadas, a nomeação de Arraes significou os primeiros passos rumo ao processo que levaria a SECULT a tornar-se uma pasta estratégica nos Governos das Mudanças<sup>53</sup>. Principalmente, quando se leva em consideração o contexto adverso no qual se circunscreve sua gestão, tendo em vista o cenário de completo desmonte neoliberal às instituições culturais e políticas para o setor em âmbito federal com o Governo Collor.

A eleição de Ciro Gomes como sucessor de Tasso Jereissati ao Governo do Estado do Ceará indicava uma certa continuidade no fluxo de ações e compreensões acerca do papel da SECULT dentro do projeto mudancista. Na ocasião de posse do seu secretariado, Ciro nomeou o publicitário e jornalista Augusto Pontes como secretário de cultura. Pontes, além de ter sido Presidente da Fundação Cultural de Fortaleza durante a gestão municipal de Ciro Gomes na capital, ficara conhecido por suas parcerias com uma geração de artistas cearenses que alcançaram projeção nacional, na década de 1970, como Fagner e Belchior.

Cabe destacar que, a princípio, dentro da gestão do secretário não houve mudanças consideráveis no quadro da secretaria, pois, segundo Pontes, “a secretaria já existia” e requeria

---

<sup>52</sup> Barbalho (2005) sinaliza que o projeto de construção de um polo cinematográfico no Ceará já vinha sendo aventada e discutida no campo cinematográfico há algum tempo.

<sup>53</sup> Um balanço interessante da gestão de Violeta Arraes à frente da SECULT foi publicado 20 anos depois do início de sua gestão, publicado pelo Jornal Diário do Nordeste sob o título “O Ceará de Violeta Arraes” está disponível no link a seguir: < <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/o-ceara-de-violeta-arraes-1.106320> >, acesso em 23 Jan 2018.

poucas mudanças. A dinâmica de reconfiguração da equipe veio como resposta às instabilidades com os segmentos da sociedade que sinalizavam uma certa inércia por parte do órgão. A este respeito, ele diz:

[...] mantive o Blanchard Girão como meu sub-secretário; era o mínimo de reconhecimento que eu podia fazer ao Blanchard, pelas suas qualidades que não precisam ser enumeradas. Mas depois houve essas movimentações políticas. As pessoas observaram que na Secretaria de Cultura não tinha havido uma certa mudança. Então, Pedro Gurjão tornou-se sub-secretário (PONTES, 2006, p. 59).

Tais movimentações, das quais fala Augusto Pontes, foram frequentes durante os seus dois anos de gestão. Foi, portanto, diante de sucessivos desgastes que Ciro Gomes anunciou a reforma do secretariado, substituindo Augusto Pontes pelo também publicitário Paulo Linhares.

A nomeação de Linhares e a sua experiência à frente da SECULT foi o “grande momento” em que os Governos das Mudanças perceberam que a implementação de ações culturais carregava um forte potencial para o fortalecimento da simbólica de uma experiência política distinta das demais. Nesse sentido, a SECULT assumiu um papel estratégico na consolidação de uma marca das gestões mudancistas.

Ciro Gomes procurou, com a nomeação de Linhares, colocar a Secult em posição de destaque na estrutura do poder. Isto ocorreu por sua percepção da importância da cultura em uma política de construção e promoção de uma imagem pública ou, em outras palavras, na criação de um efeito de distinção, de diferenciação (BARBALHO, 2005, p. 65)

A gestão de Paulo Linhares, por sua vez, à frente do órgão ocupa um papel de experiência emblemática para compreendermos como se deu o processo de modernização na área da cultura. A escolha de Linhares, nesse sentido, foi estratégica para o projeto mudancista uma vez que o secretário

[...] sabia produzir fatos e agendar a imprensa. Desde a montagem de sua equipe, anunciada aos poucos e com cada indicação noticiada nos jornais, até os eventos promovidos pela secretaria, sempre acompanhados por uma boa cobertura jornalística e campanha publicitária.

Outra forma de Paulo Linhares ocupar páginas dos jornais foi a prática de responder, na forma de entrevistas ou de artigos, a todas as críticas que recebia, além de constantemente fazer pronunciamentos sobre ações da Secult. [...] A competência midiática de Paulo Linhares não foi o único elemento considerado na sua escolha como secretário. Não podemos esquecer que cursava doutorado em antropologia com pesquisa sobre cultura e urbanismo [...] (BARBALHO, 2005, p. 66 – 67)

Através do tripé “criação-difusão-animação”, Paulo Linhares apresentou o perfil de sua gestão. As características gerenciais se evidenciaram ainda mais com a apresentação de um Plano de Ações Culturais realizado pelo secretário e sua equipe (BARBALHO, 2005). A

preocupação com a construção de uma indústria cultural no Ceará foi recorrente tanto nas falas, quanto nas práticas de Paulo Linhares à frente do órgão. Nessa perspectiva, a criação do Instituto Dragão do Mar de Arte e Indústria do Audiovisual, em 1996, foi um dos marcos de sua gestão. O centro cultural, ao ofertar cursos de teatro, dança, cinema, *design* e gestão cultural, tinha como intuito responder a um dos eixos trabalhados na SECULT: a formação artística. Linhares narra como se deu a compreensão que levou à idealização e estruturação do Dragão do Mar:

Eu achava que era preciso ter uma escola de cultura no Ceará e que o Brasil inteiro deveria ter. [...] Eu conhecia os centros culturais da Europa. Por curiosidade eu tinha um acompanhamento deste processo. Aí, quando eu assumi, eu achava que a gente tinha que apontar para esta questão da importância da economia da cultura. [...] A partir daí eu defini que era preciso criar efetivamente uma escola, na área de difusão, a necessidade da gente criar uma infra-estrutura de cultura no Ceará, aí que veio a idéia do Dragão do Mar (LINHARES, 2006, p. 70-71).

Pode-se, portanto, afirmar que foi na experiência de Linhares que a SECULT assumiu destaque dentro da gestão pública do Estado. Antes disso, o prestígio conquistado pelo órgão se sustentava sobre a influência de seus gestores, demandando dos mesmos um forte e evidente capital social, como também suas habilidades políticas para dialogar com os diversos segmentos que se interpunham nas relações com a pasta. A tomada de decisão de Linhares e sua equipe na organização das ações da pasta em planos possibilitou a estruturação e consolidação da SECULT como órgão importante dentro da gestão pública estadual. Além disso, pautar nos meios de comunicação os percursos traçados pelo órgão garantiu destaque, via arena midiática.

Em 1998, Linhares deixou o cargo à frente da SECULT, para se candidatar a deputado estadual pelo PSDB. Com a sua saída, quem assumiu o cargo de secretário da cultura foi o seu subsecretário de gestão, Nilton Almeida. A princípio, tal mudança de liderança à frente da pasta não indicou distinções nos rumos do órgão. Exemplo disso é que não houve trocas significativas nos cargos de confiança da SECULT e do Instituto Dragão do Mar.

Todavia, ainda no primeiro ano, Almeida rompeu com a gestão de Linhares e buscou reorganizar a estrutura administrativa da secretaria. Com isso, houve a substituição de nomes ligados à gestão de Linhares e a “reorientação da política de ação da SECULT”<sup>54</sup> (BARBALHO, 2007, p. 15). Essa mudança, no primeiro momento, foi de cunho político e com

---

<sup>54</sup> No caso da gestão do Instituto Dragão do Mar, houve a substituição de Orlando Senna e Maurice Capovilla por Silas de Paula, professor do curso de Comunicação Social da UFC.

a finalidade de criar uma marca de gestão própria. No que contempla a idealização de políticas e ações culturais, viu-se a continuidade do projeto desenvolvido nas gestões de Paulo Linhares.

Segundo Barbalho (2007), o que se pode identificar de mudanças advindas dessa ruptura são tomadas de decisão que arrefeceram os laços entre a política cultural e o campo econômico. Destaca-se também que a gestão de Almeida “aliviou a aplicação, na cultura, do padrão midiático-publicitário posto em ação pelos Governos das Mudanças” (p. 19). Cabe salientar ainda que houve na gestão de Nilton Almeida o reaparelhamento da Biblioteca Menezes Pimentel e a criação do Centro de Restauo do Ceará – Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho, em 2002.

Na dinâmica de entradas e saídas de figuras que ocuparam o secretariado na seara cultural, é possível traçar o processo de modernização na SECULT. É concordância tanto na literatura acadêmica, quanto no conjunto de gestores, que a gestão de Violeta Arraes foi um passo decisivo no que contempla: a estruturação efetiva de uma política pública para o setor; a estruturação física e institucional da secretaria e de órgãos vinculados; a promoção de eventos; e a preocupação em construir um polo cinematográfico. No entanto, destaca-se que foi na gestão de Paulo Linhares que esse projeto se fortaleceu a ponto de ganhar uma prática sistemática na promoção de políticas culturais.

Nessa perspectiva, vale afirmar que é com Linhares que se estabelece um modelo de gestão modernizadora na área da cultura. A SECULT, neste contexto, experimentou uma faceta de modernização fortemente alinhada aos preceitos políticos dos Governos das Mudanças. A tentativa de inserir o Ceará em um processo de industrialização escoou na forma de pensar e implementar as políticas culturais da secretaria. Outro ponto desse processo de modernização foi o esforço em pautar as atividades da SECULT na mídia, por considerar o espaço midiático privilegiado para a consolidação de uma imagem gerencial e para a disputa dos sentidos e significados na elaboração das políticas culturais.

Como aponta Barbalho, o “confronto entre modernização e a tradição que, como vimos, marcou a campanha eleitoral de Tasso Jereissati em 1986, foi um dos embates marcantes da passagem de Linhares pela Secult” (2005, p. 72). Nesse sentido, ressalta-se como o discurso “Tradição *versus* Moderno” que deu a tônica dos pleitos eleitorais nos quais se elegeram os candidatos mudancistas reverberou na forma de pensar as políticas culturais nesse período.

O mesmo binômio também impactou na elaboração das políticas culturais na gestão de Cláudia Leitão. Entretanto, o binômio “Tradição *versus* Moderno” deslocou-se do eixo conflitante para o eixo convergente, tornando-se, portanto, “Tradição & Moderno”. Essa

rearticulação de representações se deu, em certa medida, pela própria liderança política que se colocava como representante do ciclo em 2002.

Diferentemente de Tasso Jereissati e Ciro Gomes, emergentes no mundo político no contexto de redemocratização e agentes performativos por excelência do discurso mudancista, Lúcio Alcântara, como já visto, tinha um passado político ligado às forças combatidas, sob a alcunha de “coronéis”, pelo grupo do CIC. A Lúcio era imputada a dimensão de um “passado” e “tradição política”, caberia, no entanto, aos esforços mudancistas criar uma narrativa convergente à simbólica da “modernidade”, marcante nas campanhas do ciclo político. Este deslocamento simbólico, cabe ressaltar, será analisado mais à frente através de reflexões sobre a construção de uma suposta cearensidade.

O destaque adquirido pela faceta modernizadora encampada por Linhares foi continuada mesmo após a saída do secretário da SECULT. Nilton Almeida, membro da equipe de Linhares, deu continuidade ao projeto modernizador forjado nas práticas do ex-secretário. A mudança de lideranças à frente do órgão e a continuidade da forma de administrar a pasta significa que o projeto de gestão alcançou certa legitimidade no espectro das gestões culturais. Por outro lado, apesar dos avanços no caráter sistemático dado por Linhares à política cultural, algumas críticas foram tecidas. Entre elas figuravam: o “caráter megalomaniaco”, atribuído às ações implementadas, e a falta de atenção com uma suposta identidade cearense (BARBALHO 2005).

O desgaste do ciclo mudancista apresentado nos arranjos que levaram à candidatura de Lúcio Alcântara e que se expressou fortemente no pleito eleitoral impactou diretamente na composição dos agentes e ações no espectro das gestões públicas de cultura. A hegemonia que o grupo de Linhares ocupava na pasta sofreu um certo recuo com a eleição de Lúcio Alcântara e a nomeação de Cláudia Leitão para a Secretaria de Cultura.

A nomeação de Leitão indicou a emergência de uma segunda linha operante dentro do processo de gestão pública de cultura no Ceará. Tal afirmação está longe de querer imprimir uma oposição frontal entre as práticas de Linhares e Leitão, visto que a secretária deu continuidade a uma série de ações datadas do período de Linhares na SECULT. Entretanto, cabe destacar que houve um esforço por parte de cada gestão na construção de marcas próprias, o que, em certa medida, colocou os dois processos em um espaço de embate com objetivo comum de alcançar a consagração como a faceta ideal para a gestão pública de cultura.

É interessante destacar que as já citadas críticas direcionadas às políticas culturais realizadas na gestão de Linhares tornaram-se pontos recorrentes nas falas de alguns

artistas/intelectuais e foram fundamentais na composição das exigências do campo cultural frente a SECULT. A articulação do campo cultural em torno destas reivindicações mostrou que seria impossível que a gestão de Cláudia Leitão passasse ao largo das mesmas, tornando inevitável que a secretária buscasse de alguma forma dar respostas através de suas ações.

No próximo tópico, me dedico às ações iniciais que contribuíram para a elaboração de uma nova etapa na gestão estadual de cultura. Nele, parto do argumento de que o perfil gerencial de Cláudia Leitão e sua afinidade com o universo jurídico-administrativo possibilitou a elaboração de práticas que resultaram no redesenho institucional da SECULT e na implementação de uma política cultural descentralizadora<sup>55</sup>. Além das afinidades entre formação, experiência e atuação da secretária, vale salientar que o momento no qual se enquadra sua gestão é de novas perspectivas no desenvolvimento das políticas públicas no País, o que deu, em certa medida, maior legitimidade para o discurso e ações elaboradas por Leitão. Ademais, busco apresentar a ideia de que esse processo de remodelação da SECULT e novo escopo de atividades teve como intuito imprimir uma marca de gestão própria.

### **3.2. O ano de 2003 e os novos percursos da SECULT**

A nomeação de Cláudia Leitão para a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará relativiza o argumento exposto anteriormente da forte presença de uma equipe ligada a Tasso no Governo de Lúcio. A escolha da secretária se deu no contrafluxo desta dinâmica, sendo, portanto, uma escolha de Lúcio Alcântara, a fim de imprimir uma marca política própria à sua gestão.

Olha, foi uma escolha minha. Não teve indicação política! Eu queria realmente dar uma ênfase na política, queria dar uma, vamos dizer assim, visão diferente, nova. Eu já a conhecia, inclusive, de atuação dela na UECE, ela é professora de lá. Na Fecomércio, onde ela atuou também. Ela tinha também uma atuação anterior na área do turismo. E eu achava que ela era uma pessoa que tinha imaginação, tinha entusiasmo, tinha competência para ser - como foi! - uma excelente secretária<sup>56</sup>.

Percebe-se na fala de Lúcio que houve, desde a composição de sua equipe de secretariado, uma intenção de realizar uma marca que o distinguisse da gestão anterior<sup>57</sup>. Esta

---

<sup>55</sup> A política de descentralização será abordada com maior ênfase no último capítulo desta produção, uma vez que compreendo que é a partir das políticas de valorização das culturas regionais que novas configurações se apresentam no bojo de ações da SECULT.

<sup>56</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação em 27 de junho de 2017

<sup>57</sup> Sabe-se, como já se viu anteriormente, que esse projeto foi comprometido em sua integralidade pela forte presença que Tasso exerceu na indicação de figuras na gestão de Lúcio Alcântara.

nova marca atravessaria a escolha de Cláudia Leitão para a SECULT. Esse mesmo esforço na construção de uma nova marca reverberou na gestão da secretária, como será visto mais adiante.

A formação acadêmica e experiência profissional de Claudia Leitão são, portanto, elementos-chaves para entendermos um conjunto de decisões que se deram no bojo da sua experiência como secretária de cultura do Ceará. Formada em Direito, pela Universidade Federal do Ceará (UFC), e em Educação Artística, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Leitão afirmou que foi à frente da SECULT que teve a oportunidade de aliar as duas formações<sup>58</sup>.

Recordo até hoje da excitação que sentia (paradoxalmente associada a um grande mal estar!) e da solidariedade de amigos. Alguém naqueles dias me fez um comentário lapidar, que nunca esqueci: “Mas você fez graduação em Direito e em Música! Agora é o momento de reunir essas formações...” Não deixei de rir ao pensar nessa “síntese” quase perfeita, se eu própria não tivesse me sentido, ao longo da minha vida, ora uma musicista pela metade, ora uma advogada que se furtou ao desafio de se tornar uma operadora do Direito! Mas o desafio estava posto e era impossível se furtar. (LEITÃO, 2014, p.32)

À época em que foi convidada pelo então governador Lúcio Alcântara para assumir a SECULT, Leitão estava desempenhando a função de superintendente do SENAC Ceará, onde desenvolvia, entre outras atividades, um trabalho voltado para o fomento e fortalecimento de áreas artísticas, como gastronomia e *design*. A perspectiva de um quadro com características fortemente gerenciais e com vínculos históricos, aparentemente, inexistentes com a gestão pública de cultura acabou por imprimir novas características na estrutura, ações e projetos da própria Secretaria.

A secretária assume o alinhamento com um aporte do empreendedorismo administrativo que acabou por constituir a sua trajetória como gestora:

Eu vivi no mundo universitário, mas acabei caminhando também para uma área de empreendedorismo na universidade – da criação de cursos, o primeiro, de gestão cultural, que eu fui coordenadora de especialização na UECE, depois, do mestrado profissional em turismo e, em certo momento, eu participei da estrutura do Sistema S, enquanto diretora geral do SENAC, que é o braço de educação e formação da Fecomércio. Lá, eu mergulhei no mundo da educação profissionalizante técnico-tecnológica. [...] gostei muito dessa passagem! [...] Bom, assumi [a secretaria de cultura] [...] E foi aí que eu entendi que tudo que eu tinha feito estava a serviço desse lugar. Porque eu tinha uma vivência jurídica, eu tinha feito uma tese de doutorado que não era uma tese jurídica, não era, portanto, de uma área das ciências aplicadas, mas era das ciências sociais básicas, uma tese de doutorado na tentativa de trazer uma leitura a partir da ética e da estética Armorial, proposta pelo grupo do Suassuna<sup>59</sup>.

---

<sup>58</sup> Além da formação em Música e Direito, Cláudia Leitão fez o mestrado em Sociologia do Direito na Universidade de São Paulo (USP) e o Doutorado em Sociologia na *Université Paris Descartes*.

<sup>59</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação, em 21 de novembro de 2017.

Às experiências profissionais e acadêmicas de Leitão, soma-se a trajetória de vida da secretária. Cláudia destaca que, por estímulo da mãe, aprendeu “o gosto pelas artes”: “Ela era uma pessoa que tinha um amplo leque de interesse e era uma grande leitora, uma leitora compulsiva, lia quatro livros ao mesmo tempo e ia despertando em mim esses interesses para juntar conhecimentos, para tentar ligar conhecimentos<sup>60</sup>”. Além da vivência familiar, Cláudia teve inserção nas práticas artísticas desde muito jovem. Ela fez conservatório, aprendeu a tocar flauta, fundou um grupo musical chamado “Sintagma Música” e fez parte da orquestra Eleazar de Carvalho. Tais caminhos apontam para o acúmulo de um capital cultural “herdado”, o que permitiu uma maior disposição da secretária pelas práticas artísticas.

Em seu discurso de posse, Leitão defendeu a ampliação do conceito de cultura, salientou a posição marginal da pasta dentro da estrutura orçamentária das gestões públicas e teceu críticas à ausência do Estado na formulação de políticas culturais.

Até as últimas décadas do século XX, as questões relativas à cultura apareceram como algo de menor importância, relegadas a um lugar superestrutural de complementaridade a outras dimensões humanas. É o que ainda hoje se observa, quando, em pleno século XXI, políticas públicas e administração de orçamentos consideram os investimentos na cultura absolutamente secundários e de pouco retorno social ou econômico. **Para esta concepção, a cultura ainda se restringe às ‘belas artes’ ou às ‘artes eruditas’**, retirando-se dela a sua dimensão eminentemente simbólica, ou seja, a de uma rede de signos, a cultura também entre os sujeitos e o mundo. Além de um processo de criação de signos, a cultura também é um produto concretizado a partir de suportes materiais. Ao mesmo tempo processo e produto, algo tangível e intangível, a cultura não significa mero mosaico, repertório ou inventário, mas exprime o enredamento do homem em teias simbólicas, em crenças comuns, em valores compartilhados, em éticas compactuadas. (LEITÃO, 2014, p. 35)

A fala acima já indicava os rumos da transversalidade da cultura que comporia os eixos de ação do Plano Estadual de Cultura (2003-2006). A dimensão de uma “cultura” que não se restringiria apenas às “Belas Artes” corroborava a dimensão de *cidadania cultural* proposta pela gestão. Esta cidadania corresponderia ao direito de acesso a bens e serviços culturais pela população cearense, além da visibilidade de uma série de expressões culturais que reivindicavam o reconhecimento de sua existência e especificidade. Foi, nesse sentido, que a secretaria buscou efetivar uma série de ações com o intuito de mapear, identificar e fomentar as vocações regionais do estado, com a finalidade de estruturar uma lógica de visibilidade e sustentabilidade às práticas culturais das diversas regiões do Ceará.

Vale ressaltar que a dimensão antropológica do conceito de cultura na elaboração das políticas culturais, destacada por Leitão, insere-se em um contexto mais amplo. O próprio

---

<sup>60</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação, em 21 de novembro de 2017.

panorama nacional, com as mudanças gestadas no bojo das ações do Ministério da Cultura, apontava para mudanças paradigmáticas na gestão pública. Ambas as instâncias (estadual e federal) beberam da fonte de iniciativas tomadas em um cenário internacional, tendo em vista a história de deliberações de órgãos transnacionais, como a UNESCO, acerca da valorização cultural dos países em um contexto globalizado e também a elaboração/implementação de políticas culturais pautadas na perspectiva da “diversidade cultural”.

Na ocasião de posse, Cláudia Leitão destacou a necessidade de avaliar as políticas culturais através da pluralidade de sentidos e significados circunscritos na prática cultural. Deste modo, buscou articular essa perspectiva com eixos de ação políticos, sociais e econômicos para o desenvolvimento de políticas públicas:

De qualquer modo, espera-se de produtores e gestores culturais a capacidade de equilibrar lógicas que compõem um empreendimento deste setor. À lógica do ‘amor à arte’ (a cultura como um fim em si mesmo), deve associar-se a lógica da rentabilidade (a cultura como um negócio) e a lógica da sobrevivência (a cultura como meio de vida) sem que se subestime a lógica ideológica (a cultura como instrumento difusor de ideias e valores). Todas estas questões levam a refletir sobre os papéis do Estado em face da cultura, ou seja, sobre as políticas e ações relativas ao apoio e à difusão da cultura. (LEITÃO, 2014, p.38)

A fala acima apresenta uma percepção da secretária sobre a complexidade da estruturação do campo cultural. Ela sinaliza a presença de um discurso e de uma prática de agentes do campo artístico que pautam suas ações rumo à autonomização do campo, ao seu isolamento e conseqüente caráter “antieconômico” que adjetiva estas práticas. Também compreende a dimensão de interseção que se estabelece entre o campo cultural e a instância mercadológica, o que pauta os debates acerca do tema “cultura e desenvolvimento”. Reflete ainda sobre as práticas nomeadas como “cultura popular”. E, por último, o valor simbólico e a produção de narrativas que o uso das práticas culturais, seja pelo Estado ou grupos sociais, podem exercer sobre os sujeitos.

Cabe destacar que Cláudia Leitão assumiu a pasta em um contexto de recessão na economia, fenômeno que obrigava as gestões de todas as esferas a conter gastos. Nessa perspectiva, esteve presente no conjunto dos discursos oficiais a moeda da “cultura como variável fundamental e estratégica para o retorno ao crescimento econômico”:

O produto interno bruto da cultura no Ceará ainda não é condizente com todas as tendências aqui numeradas. Aí está o nosso desafio, de governo e sociedade. Dos 2% do Produto Interno Bruto (PIB), devemos chegar minimamente aos 5%, número relativo ao atual PIB da agricultura do Estado. Pode parecer ambicioso, mas estamos

convencidos que não. Preferimos considerar que os nossos produtos culturais serão nestes tempos globalizados, o que de melhor teremos a oferecer<sup>61</sup>.

Para Leitão, a gestão pública demandaria uma visão criativa e estratégica na forma de lidar com a criação das políticas para o setor, visto a especificidade dos produtos culturais. Nesse sentido, a secretária demonstrou a necessidade de racionalizar a estrutura da Secretaria.

É necessário trabalhar a cultura de forma estratégica, levando-se em conta os componentes econômicos, sociais, políticos, tecnológicos e jurídicos que com ela se relacionam. Estes aspectos não podem ser subestimados, devendo, pelo contrário, ser tratados a partir de ações capazes de antecipar cenários e suas respectivas repercussões para a definição de políticas culturais. Por outro lado, as organizações que produzem bens e serviços culturais possuem especificidades que merecem ser sublinhadas; o primado da oferta sobre a procura (nesse domínio a oferta cria sua demanda); a fragmentação da oferta (cada produto oferecido é único e, embora se controle o processo produtivo, não se pode garantir o sucesso do produto); o efeito assinatura (a marca do autor ou do intérprete concedendo glamour ao produto). Estas peculiaridades nos conduzem à seguinte afirmativa: é o projeto artístico ou cultural que devem embasar a reflexão estratégica das organizações culturais e não vice-versa. (LEITÃO, 2014, p. 36-37)

Na fala acima, percebo os indícios da reestruturação pela qual futuramente a SECULT passaria em sua gestão. Leitão buscou empreender uma reorganização e redesenho da estrutura organizacional. Esse objetivo ganhou vias práticas com o lançamento do Plano Estadual de Cultura, documento que continha de forma pormenorizada os eixos estratégicos e os programas de desenvolvimento das políticas culturais trabalhadas pela SECULT. Ainda sobre a cultura como vetor de desenvolvimento, a secretária assinala os desafios de legitimar a pasta da cultura na estrutura pública de gestão:

Quando se tem governos de retrocesso, o primeiro ministério que padece é e sempre será o da cultura. Porque talvez não se entenda que na mesa que se discute desenvolvimento, o ministério mais transversal seria o da cultura, o da ciência e tecnologia, e da educação. Eu não vejo ministérios mais importantes do que esses<sup>62</sup>.

Segundo a então secretária, desafios históricos e estruturais se colocavam diante do seu exercício como gestora:

Assumi a gestão da Secretaria da Cultura 36 anos depois do Raimundo Girão, ciente de que grande parte das demandas por ele formuladas ainda se mantinha atual e, em muitos aspectos, as desigualdades só haviam se tornado mais visíveis, revelado o fracasso das ideologias que legitimaram os discursos e as práticas do Estado Liberal. Lembro, também, das primeiras advertências que ouvi sobre as relações problemáticas entre a pasta estadual da cultura e o campo cultural. E observei como, diferentemente das outras pastas, as gestões na área da Cultura carregavam o nome dos secretários, de uma forma excessivamente personalista! Embora dotadas de recursos humanos e financeiros escassos, as secretarias de cultura foram historicamente disputadas por intelectuais e/ou profissionais das indústrias culturais. (LEITÃO, 2014, p. 33)

---

<sup>61</sup> OS DESAFIOS da gestão cultural para o Ceará. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 13 de Março de 2003.

<sup>62</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação, em 21 de novembro de 2017.

Com isso, Claudia Leitão sinalizava o entendimento da SECULT como espaço de disputa entre agentes interessados em ocupar a instituição estatal, a fim de legitimar uma forma específica de definição do que seria a cultura e de sua gestão pública. Essa disputa dos agentes por lugares no Estado justifica-se por sua constituição específica, que chancela o monopólio da dominação legítima (física e simbólica). Ao mesmo tempo, os metacapitais constituintes da instância estatal são objeto de disputa entre os agentes que, interessados no exercício da hegemonia, buscam ocupar espaços na estrutura do Estado.

Indo ainda neste sentido, a ocupação do Estado permite aos agentes agirem e interferirem em outros campos, visto a interseccionalidade que o Estado mantém com os demais microcosmos do mundo social. Esse fenômeno de dominação se realiza no fato de todo sujeito, em nome do Estado, assumir uma posição de agente “oficial”, ou seja, quem fala pelo Estado, fala dentro de um léxico que é considerado “oficial/universal” socialmente, logo, aceito por todos os membros de uma mesma realidade social.

Estes foram os primeiros passos de Cláudia Leitão, ao assumir a gestão estadual de cultura. A nomeação indicou, portanto, novos caminhos para as ações culturais da pasta. As práticas forjadas no bojo da SECULT, nesse novo panorama, tiveram como intuito a construção de uma nova marca de gestão. O próximo excerto debruçar-se-á sobre os primeiros percursos para a criação dessa marca, com destaque para a reestruturação do órgão e o desenvolvimento do planejamento estratégico que resultou no Plano Estadual de Cultura.

### **3.3. Novos paradigmas nas políticas culturais no Ceará: a incursão de uma nova marca de gestão**

Como sinalizado, a gestão de Cláudia Leitão pareceu indicar uma mudança na rota de ações da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. Destaca-se no rumo das discontinuidades, o anúncio de Cláudia Leitão informando a fusão do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC) e do Instituto Dragão do Mar (IDM)<sup>63</sup>. Vale ressaltar que um dos desafios impostos, neste contexto histórico, era o forte quadro recessivo que se abatia sobre a dinâmica econômica do País. Logo, sob a justificativa da necessidade de um estudo adequado no que contemplava a capacidade do Centro, os cursos que eram ofertados pelo Instituto (dança, direção, teatro, *design*, gastronomia e audiovisual) foram paralisados por tempo indeterminado<sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> Em seu desenho anterior, o IDM era responsável pela gerência do CDMAC.

<sup>64</sup> SECULT anuncia fusão. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 05 de fevereiro de 2003. Acesso em 03 Jun 2017.

Em entrevista, Cristiana Parente, à época diretora do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, apresentou a justificativa para a mudança do escopo e da forma de conduzir as atividades.

Não estou sofrendo aqui problemas que recebi de gestões passadas. Muito pelo contrário: eu recebi uma casa muito bem estruturada. Agora, a gente tentou ajustar. Depois de quatro anos, é o momento de fazer uma revisão, como toda empresa faz, ver o que pode aprimorar. A própria programação que a (ex-coordenadora de Ação Cultural do Dragão, hoje gerindo TJA) Eliza Günther conseguiu estruturar foi muito interessante, criou uma marca. Mas uma marca que tem quatro anos. E a gente tem que ser meio taoísta, meio zen-budista: manter a tradição, mas ter uma dinâmica contemporânea. Manter o que for positivo, mas mudar aquilo que você percebe que precisa ser alterado, porque as necessidades mudam com o tempo<sup>65</sup>.

A fala de Parente expressa uma visão política dessa remodelação das atividades do CDMAC. A necessidade de repensar a programação do Centro era também de instituir uma nova marca à gestão cultural. Tais enunciações consolidam a percepção de que a gestão de cultura, por mais que não esteja vinculada estritamente a um partido, traz um viés político-ideológico em suas ações e projetos. As enunciações da diretora do Centro confirmam a hipótese aqui levantada de que houve o esforço pela implementação de uma nova forma de gestão. O tom de continuidade, por sua vez, do que fora implementado também sinaliza uma visão política de uma não-ruptura radical com o programa de gestão anterior, visto que a diretora fez parte da equipe dos ex-secretários de cultura, Violeta Arraes e Paulo Linhares.

A composição de uma equipe que resgatava nomes pertencentes a gestões anteriores são indicativos de que não houve uma ruptura sistemática da gestão de Leitão com o projeto mudancista na área da cultura. No escopo das ações políticas da SECULT, o ideário da modernização ainda ocupava espaço, o próprio processo de reelaboração da pasta estadual que buscou, entre outros fenômenos, otimizar o uso dos recursos disponíveis era pertencente ao léxico do verbete político utilizado pelas lideranças da Era das Mudanças.

Neste mesmo contexto, começa-se a forjar a noção de uma política descentralizadora, marcante na gestão da SECULT (2003-2006). A matéria do Jornal O Povo, “Cultura nos Bairros<sup>66</sup>”, narrava as parcerias firmadas entre a SECULT e entidades diversas com o intuito de “descentralizar as ações da gestão”. Nas palavras de Leitão, há um tempo ela insistia na ideia de fazer “circular a programação do Dragão do Mar”. Além disso, o texto relata um projeto que visava construir centros culturais na periferia da cidade. O primeiro deles seria construído no Bom Jardim.

---

<sup>65</sup> PRESENTE e futuro. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 27 de abril de 2004.

<sup>66</sup> CULTURA nos bairros. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 29 de setembro de 2003. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaearte/2003/09/29/noticiasjornalvidaearte,301145/culturanosbairros.Shtml>>, acesso em 11 Dez 2017.

Em entrevista, sobre o balanço de sua gestão, Cláudia Leitão destaca a construção do Centro Cultural Bom Jardim<sup>67</sup>, como um dos modelos de descentralização dos recursos ainda na capital:

Então a nossa questão era descentralizar um pouco a produção, distribuição e o consumo da cultura, sempre nas mesmas ruas, nos mesmos lugares... [...] não se pode fazer muito em quatro anos, mas eu fico muito feliz de ter conseguido inaugurar ainda no final da nossa gestão o primeiro Centro Cultural na dimensão do tamanho que me parece ideal com baixo custo para manutenção que é o caso do centro cultural do Bom Jardim<sup>68</sup>.

Inaugurado em dezembro de 2006, o Centro pode ser considerado uma das tentativas da gestão no que tange estabelecer uma lógica descentralizadora tanto na edificação de espaços físicos para fruição cultural e artística, como na oferta de programas de capacitação pela cidade de Fortaleza. A escolha das localidades para tais intervenções pautava-se em um critério, como assinala Cláudia Leitão:

A gente começou nos municípios com menor IDH. Nossas escolhas pelos lugares mais periféricos, essa foi a nossa escolha. Nós fizemos uma escolha, de certa forma meio invisível, mas era uma escolha de agir para os municípios mais pobres com menor Índice de Desenvolvimento Humano<sup>69</sup>.

A fala de Cláudia Leitão sobre lógica das ações de descentralização e interiorização pelo estado do Ceará serve também de base para as mesmas ações no contexto da capital. O intuito de intervenções pautadas nas razões, acima apresentadas, buscava se justificar a partir da compreensão de que a “existência de centros de criação e fruição de bens culturais, permitindo a crianças e jovens expressarem-se através das diversas linguagens culturais e o acesso à sua própria memória e cultura, contribuirá para o desenvolvimento social da região” (SECULT, 2006, p. 83).

O exemplo do Centro Cultural Bom Jardim se circunscrevia em um contexto de tentativa de construção de uma série de monumentos pelos bairros de Fortaleza e pelos interiores do Ceará, como sinaliza Cláudia Leitão na fala abaixo:

Nosso sonho era ter pequenos centros culturais em toda a periferia de Fortaleza. Centros culturais, salas de cinema, espaços, fábricas de cultura, como eu vi na Cidade do México. Não adianta mais fazer nada no mesmo lugar para o mesmo público [...] <sup>70</sup>.

---

<sup>67</sup> O projeto do CCBJ indicava a construção de “duas salas multiuso, um teatro multifuncional, uma biblioteca, uma sala de dança, um laboratório de novas mídias com ilha de edição para vídeo, uma galeria de arte, um estúdio de gravação para música, um cyber café e área de lazer” (p. 94, FECOP, 2006).

<sup>68</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação, em 21 de novembro de 2017.

<sup>69</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação, em 21 de novembro de 2017.

<sup>70</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação, em 21 de novembro de 2017.

Figura 1 – Centro Cultural Bom Jardim.



Fonte: Repositório do site Porto Iracema das Artes<sup>71</sup>.

As modificações de rota elaboradas no bojo das ações da SECULT, a partir de 2003, além de um esforço político de definir uma nova marca de gestão, refletem os anseios de um novo contexto, no qual Leitão e equipe buscavam dialogar com outras formas de pensar as políticas culturais.

O quadro de recessão econômica e a conjuntura de reformas que marcou o primeiro ano do Governo Lula (vide a reforma da previdência) instaurou um clima de certa morosidade nos investimentos das políticas públicas de cultura. Tal fenômeno compromete, fortemente, a existência institucional de investimentos na seara cultural. Se em condições “normais” ou de crescimento econômico a condição das ações para o mundo cultural é marginal no escopo de atividades do Estado, em períodos de crise, esta realidade se acentua a ponto de provocar extinções de órgãos e/ou esvaziamento e encolhimento do seu poder de ação. No contexto aqui analisado, destaca-se o direcionamento de recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) apenas para a área de Educação Básica, em 2003, enquanto outros setores sociais como a cultura acabaram desassistidos.

De acordo com os dados das despesas com cultura dos Governos Estaduais, entre os anos de 2003 e 2005, houve um crescimento expressivo no que contempla o investimento na área da cultura por parte da gestão de Lúcio Alcântara. No ano de 2003, o orçamento destinado à cultura era de R\$ 16,1 milhões. No ano seguinte, o investimento foi de R\$ 24 milhões, o que corresponde a um aumento de 32,9% no orçamento destinado. No ano de 2005, momento que demarca um retorno do crescimento no País, o investimento atingiu o patamar de R\$ 40,2

---

<sup>71</sup>Imagem disponível em: < [http://www.portoiracemadasartes.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Centro\\_Cultural\\_Bom\\_Jardim.jpeg](http://www.portoiracemadasartes.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Centro_Cultural_Bom_Jardim.jpeg)>, acesso em 20 Jan 2017.

milhões, o que equivale ao acréscimo de 40,3% no valor quando comparado ao ano anterior (IBGE, 2007).

Ainda no contexto de recessão, para indicar que a Secretaria estava “trabalhando”, foi promovida uma série de fóruns, seminários e encontros a fim de mapear a situação da cultura no estado, assim como levantar os pontos de reivindicações dos subcampos culturais. Essa dinâmica de encontros com os agentes culturais durou cerca de nove meses e resultou no lançamento do Plano Estadual de Cultura, documento oficial que indicava os caminhos da SECULT para as políticas públicas de 2003 a 2006.

Destaca-se, em meio a esses canais de comunicação entre Estado e sociedade, o Seminário Cultura XXI, que funcionou como um diagnóstico da situação da cultura no Ceará. Para o evento, foram convidados gestores, artistas e intelectuais do Brasil inteiro, a fim de debater sobre os mais diversos eixos que compunham os desafios das políticas públicas de cultura. Além de uma ferramenta de gestão importante para definir o rol de ações da Secretaria, o Seminário funcionou como plataforma de publicidade para apresentar o poder simbólico da pasta, uma vez que o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, compareceu.

### ***3.3.1. Seminário Cultura XXI e os rumos institucionais da SECULT***

O Ministério da Cultura, sob o comando de Gilberto Gil, desenvolveu novas concepções para a criação e implementação de políticas públicas de cultura. O discurso de uma política cultural plural, democrática, articulada e sistêmica, por sua vez, aportou-se nos valores presentes na Constituição Cidadã de 1988<sup>72</sup>. O momento era profícuo para o desenvolvimento de estruturas e mecanismos que garantissem uma intensa interface entre Estado e sociedade.

O Seminário Cultura XXI, por sua vez, além de representar o pontapé inicial para os rumos vislumbrados pela nova gestão da SECULT, expressava-se como um momento de convergência com os valores constitucionais. Nessa perceptiva, o seminário funcionaria como um laboratório para o diagnóstico da situação em que se encontrava a cultura no Ceará (em diálogo frequente com os demais estados e União). Como afirma a própria secretária em artigo escrito para o Jornal O Povo:

Mais do que um fórum para especialistas, o seminário busca sensibilizar a todos para a importância da cultura, não somente na concepção weberiana – de cultura como uma teia de significados construídos pelo homem na qual ele mesmo se deixa aprisionar -

---

<sup>72</sup> Pelo dispositivo da Constituição Federal de 1988, é obrigação do Estado, como consta no Art. 215, parágrafo § 3º, inciso II, a produção, promoção e difusão de bens culturais. A CF Cidadã assegura também a “cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural”, presente no Sistema Nacional de Cultura (SNC), constado no Art. 216, parágrafo § 1º, inciso V.

, mas, sobretudo, como um instrumento à inclusão social, o grande desafio do nosso Estado. [...] Assim, começamos a enfrentar este desafio mobilizando a sociedade em torno da necessidade da construção de uma projeção comum para a gestão da cultura, e buscando respostas. Logo depois do seminário, estaremos debruçados sobre velhas demandas e novas idéias, na elaboração do planejamento estratégico da Secretaria da Cultura do Estado (Secult) para os próximos anos<sup>73</sup>.

O Seminário foi fundamental para lançar bases de ação para a SECULT. Nas palavras da então secretária, em documento dos anais do “Seminário Cultura XXI: Seleção de Textos”, não seria possível “definir políticas, programas e projetos culturais sem antes constituirmos o devido espaço para a reflexão teórica e intelectual acerca da temática cultural, condição a priori para qualquer ação concreta no campo cultural” (2006, p.7).

Cláudia Leitão expressou, em entrevista, a sua surpresa em relação ao sucesso do Seminário:

[...] resolvi propor ao governador a realização de um seminário chamado “Cultura XXI”, onde se tentaria fazer um diagnóstico da situação da cultura. Eu era tão ingênua, tão neófito, que chamei o então ministro Gilberto Gil. E ele compareceu. Chamei o Brasil inteiro. E o Brasil compareceu. Eu não estava preparada para tanto. O ministro disse que esse foi o primeiro convite que havia recebido desde assumir o cargo. Ele também estava chegando a Brasília, e recebeu um ofício meu que dizia: “Ministro, estou organizando um seminário, no longo do qual pretendi discutir cinco pilares que parecem importantes para podermos começar um trabalho de gestão e formulação de política pública”. (LEITÃO, 2010, p. 98)

A ocasião do primeiro Seminário Cultura XXI foi, em certa medida, a data primeira na qual se colocou na mesa as afinidades entre as ações pretendidas por Leitão para a SECULT e por Gil para o MinC. A secretária destacou uma série de pontos que convergiam entre sua proposta e a do ministro para a criação e promoção de políticas culturais.

Era uma quinta-feira, março de 2003, o teatro do Centro Cultural Dragão do Mar lotado. No longo do pronunciamento, o ministro colocou, de certa maneira, a plataforma do que seria o governo Lula em termos de cultura. Havia muitas afinidades entre nossas maneiras de pensar. Como ele, eu também via a cultura por três vieses muitos distintos. Primeiro, a necessidade de ampliar o conceito de cultura, de modo que abarcasse não só as linguagens ditas artísticas. [...] O segundo viés era a inclusão, a questão da cidadania cultural, um dos primeiros pontos que discuti com minha equipe quando cheguei à Secretaria. O terceiro era a profissionalização, a necessidade de dotar os profissionais do campo de cultura e torna-los menos amadores, porque cultura também é emprego e renda. Quando percebi que esses pontos também eram prioritários para o ministro, entendi que a Secretaria de Estado do Ceará não teria dificuldades de trabalhar com o governo federal, muito embora eu representasse um partido de oposição. Mas essa oposição, felizmente, nunca se colocou. (LEITÃO, 2010, p. 99)

Assim como Gil, Cláudia Leitão buscou, no Seminário, estabelecer os caminhos que seriam trilhados pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. Na perspectiva da então

---

<sup>73</sup> OS DESAFIOS da gestão cultural para o Ceará. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 13 de Março de 2003.

secretária, o alargamento da definição da cultura e o espraiamento das ações da pasta cultural faziam-se necessários. Outro aspecto fundamental seria a transversalização das ações entre as pastas estaduais e a realização de parcerias com entes públicos e não-públicos. Na oportunidade do encontro, segundo Leitão, ficou evidente a tímida presença da secretaria em todo o estado. Essa constatação, por sua vez, foi o cerne das ações da SECULT, entre 2003 e 2006, com a realização de uma política cultural de caráter descentralizador.

Realizado anualmente entre 2003 e 2006, o evento navegou pelos diversos temas que compõem os fazeres culturais e as suas interfaces com a gestão pública de cultura. Cada ano teve um eixo central sobre o qual se desdobraram os pilares específicos do seminário, os temas foram: as relações entre a Cultura e a Gestão; a Economia, o Direito, a Cooperação Internacional; o Planejamento Urbano; e o Desenvolvimento Local, o Turismo, as Cidades, a Comunicação, a Mídia, o Poder. O seminário também deu subsídios para a execução de novas práticas de gestão da SECULT. Com o diagnóstico realizado no encontro, a SECULT buscou empreender um planejamento estratégico que resultou no Plano Estadual de Cultura (2003-2006).

### ***3.3.2. Diagnósticos e Planejamento Estratégico da SECULT***

A reestruturação promovida, no início da gestão de Cláudia Leitão, alinhou-se ao perfil gerencial que a secretária demonstrou ter, vide sua experiência docente no Mestrado Acadêmico em Administração da UECE, onde discutia a realidade organizacional de empresas e instituições, e sua atuação como superintendente do SENAC Ceará. Logo, o conhecimento especializado da secretária nos aponta justificativas para a construção de um planejamento com traços fortemente alinhados ao universo administrativo, a partir do qual se desmembraram as ações da SECULT.

Em depoimento, Leitão justifica a necessidade do planejamento, visto a frágil situação institucional da SECULT:

Ao chegar à Secretária da Cultura, minha urgência era a de constituir uma equipe transdisciplinar, formada por profissionais criativos e abertos a construir novas tecnologias de gestão cultural que permitissem enfrentar a complexidade do campo cultural. Os novos quadros, que iriam ocupar os cargos comissionados, seriam integrados aos servidores permanentes no primeiro momento. O sucesso dessa junção seria fundamental para o êxito da nossa empreitada. Eu já antevia as péssimas condições de trabalho quando lá cheguei. Em pouco tempo, descobri que as pastas do governo melhor estruturadas eram a da Fazenda e a do Planejamento (o mesmo ocorre, no âmbito federal). A representação da cultura como “a cereja do bolo” ainda persiste no imaginário dos poderes da República e essas representações justificam o apoio e o prestígio das pastas responsáveis pelos *hardwares*, em detrimento daquelas que se dedicam aos *softwares*. É mesmo impressionante que, em pleno século XXI, as pastas

da educação, cultura e ciência e tecnologia não consigam se tornar estratégicas nos governos!

A pergunta que me fiz ao chegar à Secretaria não poderia ser outra: Como buscar construir uma gestão estratégica com uma organização completamente sucateada, sem recursos, sem infraestrutura e com recursos humanos reduzidos e esgotados? O primeiro diagnóstico era desolador. O resultado é que a Secretaria de Cultura do Ceará, como muitas outras no Brasil, foi se tornando, ao longo do tempo, uma organização sem perfil e sem expertise, absolutamente despreparada para responder satisfatoriamente aos desafios da sua Missão e Visão. A melhor e mais patética imagem do capital humano da Secretaria estava representada na sua folha de pagamento, constituída por uma maioria de inativos e de um número crescente de novos aposentados. O que fazer? (LEITÃO, 2014, p. 55 – 56)

A extensa fala da secretária possibilita a visualização de um panorama geral e dos desafios que se impunham à gestão da pasta. No diagnóstico de Cláudia Leitão, a SECULT ainda se encontrava completamente desconectada da noção de uma pasta estruturada de acordo com os preceitos da Administração Pública. Logo, para dar respostas às problemáticas expostas, a secretária buscou envolver toda a equipe no desenvolvimento de um planejamento estratégico, além dos “interlocutores, parceiros e atores do campo de atuação da organização (os *stakeholders* da organização)” (LEITÃO, 2014, p. 48). Com isso, foram definidos a Missão (“o que é?” e “qual a razão da existência da instituição?”) e a Visão (objetivo a ser alcançado ao fim da implementação do planejamento) da pasta cultural.

A construção da Missão da secretaria alinhou-se aos eixos formadores do Plano “Ceará Cidadania: crescimento com inclusão social”, documento oficial com as linhas de ação do governo de Lúcio Alcântara e que objetivava reduzir as desigualdades sociais e regionais ao promover inclusão social. Nessa perspectiva, chegou-se à seguinte Missão: “Promover a cultura como princípio fundamental de valorização do homem, propondo e desenvolvendo políticas para a inclusão social através da cidadania cultural” (LEITÃO, 2014, p. 48).

A definição da Missão coadunava ao compromisso fundamental posto no Plano de Ação de Governo, sobretudo, no que contemplava a dimensão de “inclusão social”. À luz de uma interpretação da Missão da instituição, a secretaria, a partir de então, iniciou uma série de práticas que visavam compreender a SECULT dentro de um projeto democrático, no qual todos os cearenses teriam direito ao consumo e à expressão cultural como direito básico. A missão também expressava uma compreensão da cultura ligada às “Belas Artes” que permeou a criação e um período da existência da secretaria.

Já a Visão do órgão tomou como horizonte o período de quatro anos, uma vez que se levou em consideração o mandato de Lúcio Alcântara para o desenvolvimento das ações. De acordo com as metas e recorte estabelecidos, a visão da instituição foi definida da seguinte forma:

A Secretaria da Cultura, ao final de quatro anos, espera ter se consolidado como Secretaria estratégica para o desenvolvimento do Ceará e dos cearenses, a partir do fomento à diversidade cultural regional, reconhecida pela transversalidade de suas ações em todos os eixos e Secretarias do Governo, assim como por suas ações de inclusão social e de construção da cidadania a partir da cultura. (LEITÃO, 2014, p. 48)

Cabe salientar que a definição de um horizonte de ação no período de quatro anos, além de indicar o período de mandato do Governo, demonstrou a compreensão de uma característica inerente à elaboração das políticas culturais no contexto brasileiro: as instabilidades. Com as mudanças de governo há, muitas vezes, a modificação das forças à frente dos processos de gestão das pastas e é, nesse sentido, que uma série de práticas e ações de uma gestão sofre recuos e/ou extinções de uma gestão para outra.

Uma vez delimitadas a Missão e a Visão da SECULT, a equipe envolvida com o planejamento realizou um levantamento dos pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades com o objetivo de compreender a realidade na qual o órgão desenvolveria suas ações. No caso dos pontos fortes e pontos fracos, que compunham informações sobre a análise interna da instituição, a coleta de dados se deu através de informações fornecidas pela própria equipe da SECULT (no que contemplava suas respectivas áreas) e registros de caráter financeiro e patrimonial. No que tange as ameaças e as oportunidades, componentes da análise externa, a discussão com quadros da SECULT, o levantamento de informações com interlocutores de diversas áreas culturais e a discussão em fóruns, como o Seminário Cultura XXI, foram primordiais. A seguir uma tabela com os pontos elencados:

Tabela 1 – Análise SWOT da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.

Análise Interna (Pontos Fortes e Pontos Fracos)	Análise Externa (Oportunidades e Ameaças)
<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Coesão da equipe</li> <li>❖ Competência dos profissionais</li> <li>❖ Dotações orçamentárias</li> <li>❖ Recursos tecnológicos</li> <li>❖ Estrutura organizacional</li> <li>❖ Estrutura física</li> <li>❖ Relações políticas</li> <li>❖ Parcerias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Aspectos sociais</li> <li>❖ Aspectos culturais</li> <li>❖ Aspectos demográficos</li> <li>❖ Aspectos econômicos</li> <li>❖ Aspectos políticos</li> <li>❖ Aspectos jurídicos</li> <li>❖ Aspectos tecnológicos</li> <li>❖ Aspectos ecológicos</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Leitão (2014, p. 51)

O quadro com a análise situacional elaborada por Cláudia Leitão e Luciana Lima Guilherme não apresenta a diferenciação entre quais seriam os pontos fortes e pontos fracos, e quais seria as oportunidades e ameaças da SECULT. Para dissecar de forma detalhada todos os

pontos seria necessária uma gama de informações das quais a coleta de dados da pesquisa não conseguiu dar respostas. Todavia, alguns elementos podem ser destacados pela contextualização de falas da própria secretária e membros de sua equipe, e de análises situacionais sobre entraves estruturais na área da gestão cultural.

Um ponto forte destacado é a “Coesão da equipe” pois, como a própria secretária salientou, no processo de desenvolvimento do Planejamento Estratégico da pasta, o grupo demonstrou empenho na sua reformulação, o que indicava o compromisso com os objetivos da SECULT. Por outro lado, o seu número reduzido dificultava que a secretaria ampliasse o seu raio de ação, o que constitui um ponto fraco da instituição. Um exemplo do número reduzido da equipe é dado por Suzete Nunes que, entre 2003 e 2004, fez parte do Núcleo de Articulação Regional, como coordenadora do Programa “Valorização das Culturas Regionais”.

Eu era gerente de um programa que era quase uma "Equipe", mesmo. Depois a gente foi ampliando. A gente fez uma parceria com a FUNCAP, aí, conseguimos criar um grupo de articuladores que eram bolsistas. Começou com um bolsista, depois foi aumentando... Chegou ao final da gestão, nós tínhamos 12 bolsistas<sup>74</sup>.

Junto disso, a “qualificação dos profissionais” funcionava como um gargalo, uma vez que, como apontou, à época, coordenadora da Coordenadoria de Patrimônio Histórico-Cultural, Eveline Vasconcelos, sobre a situação da atuação técnica de engenheiros e arquitetos: “O corpo técnico de engenheiros e arquitetos, advindos de outras Secretarias Estaduais que foram extintas, não tinha preparo suficiente para o assunto específico da COPAHC [...] e apesar de muitos solicitarem cursos para a sua qualificação, os mesmos nunca foram ofertados”<sup>75</sup>. Outro ponto fraco que dificultava a expansão das atividades da SECULT era a estrutura física, que se encontrava “sucateada”, nas palavras de Leitão (2014, p. 56).

A “qualificação dos profissionais”, como visto, configurou-se como ponto fraco do órgão. Dessa vez, é na fala de Lúcia Cidrão, secretária-adjunta de cultura de 2003 a 2006, que se observa as dificuldades na elaboração de uma política institucional na pasta da cultura por conta da deficiência do quadro técnico:

Um grande problema que enfrentamos na Secretaria de Cultura era a deficiência no quadro de pessoas, com a força de trabalho baseada em terceirização e em cargos comissionados com pouca experiência no setor público. A gestão do conhecimento ficou limitada aos registros das experiências em livros, tendo em vista que 90% dos gestores saíram da Secretaria na mudança da gestão estadual<sup>76</sup>.

---

<sup>74</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação em 04 de janeiro de 2017.

<sup>75</sup> VASCONCELOS, Eveline *apud* LEITÃO, Cláudia, 2014, p.66

<sup>76</sup> CIDRÃO, Lúcia *apud* LEITÃO, Cláudia, 2014, p.66

Além disso,

Sofríamos com a inconsistência dos projetos culturais elaborados pela equipe da Secretaria que, muitas vezes, exigiam orçamentos complementares, redirecionamento de ações, atrasos na execução, dificuldades na aferição dos resultados obtidos, pela ausência de indicadores, e na prestação de contas, em obediência à legislação vigente. Os gestores da Secretaria possuíam largo conhecimento na área cultural e, apesar de motivados e comprometidos, deixavam em segundo plano as questões referentes à gestão, comprometendo a qualidade dos resultados alcançados e a prestação de contas<sup>77</sup>.

As falas, acima apresentadas, explicitam indicativos de entraves para as pastas culturais nas gestões públicas. Marcadas historicamente por práticas clientelistas, os órgãos culturais sofrem tanto de deficiência orçamentária, como de encolhimento do corpo técnico, o qual muitas vezes não tem a *expertise* necessária para o desenvolvimento pleno das ações culturais.

Face os limites estruturais impostos, a secretária e sua equipe decidiram por traçar estratégias consonantes com os cânones que caracterizam o padrão da Administração Pública Gerencial, entre eles destacam-se: definição dos objetivos a serem atingidos (Missão, Visão, Objetivos, etc.); descentralização das atividades (criação de estruturas especializadas dentro da própria secretaria); permeabilidade à maior participação dos agentes privados ou de organizações da sociedade (na impossibilidade orçamentária de desenvolver ações, a busca por parcerias com instituições privadas foi possibilitada; outra medida foi a estratégia de estabelecer parcerias com entidades, como universidades, para o desenvolvimento de trabalhos no campo do patrimônio material (arquitetos, historiadores, engenheiros, etc.) e imaterial (historiadores, antropólogos, sociólogos, etc.)); e foco no cidadão (o que corrobora a ideia de Cláudia Leitão de fazer uma política cultural não apenas para o campo artístico, mas para toda a sociedade cearense).

A parceria com entes privados foi a saída vislumbrada para dar continuidade a uma série de cursos que haviam sido interrompidos com a situação de morosidade causada no contexto de reformas e de quadro recessivo pelo qual passava o País. Sobre isso, Cláudia Leitão destaca:

[...] a minha questão não era na época o Instituto Dragão do Mar, que já não conseguia recursos, já não tinha mais certificado. Os cursos que deixou suspensos, os técnicos... e a minha preocupação foi tentar certificar com o apoio do SENAC esses cursos, mas ou eu mantinha os mesmos cursos, na mesma lógica e na mesma cidade, ou eu pegava os recursos que eu tinha e ia fazer bolsas, espécie de cestas básicas de cursos, para tentar atingir uma população muito maior. E eu escolhi a segunda opção.<sup>78</sup>

---

<sup>77</sup> CIDRÃO, Lúcia *apud* LEITÃO, Cláudia, 2014, p.67.

<sup>78</sup> Entrevista concedida ao autor da dissertação em 21 de novembro de 2017.

A este propósito destaca-se a descentralização e decorrente interiorização de uma série de cursos ofertados pelo Centro Dragão do Mar. As parcerias com órgãos e mecanismos, como FAT e SENAC, foram responsáveis pela irradiação dos cursos. Cidades como Crato, Juazeiro do Norte, Itapipoca, Quixeramobim, Viçosa do Ceará, Nova Olinda, Caucaia, etc., receberam cursos de modalidades diversas (audiovisual, teatro, dança, *design*, etc.) (SECULT, 2006).

Uma vez realizada a análise situacional e com base nas reivindicações do campo cultural levantadas no Seminários Cultura XXI, a secretaria estabeleceu cinco objetivos estratégicos:

1. **Geração de Conhecimento:** Responsável pelo desenvolvimento de ações (levantamentos, cadastros, mapeamentos, formação de núcleos de pesquisa, etc.) que objetivavam conhecer o universo cultural cearense. Tal mapeamento funcionaria como ferramenta para a formação de agentes culturais. As iniciativas da SECULT, nesse sentido, deveriam ser realizadas em parcerias com universidades, centros tecnológicos, institutos de pesquisa e demais secretarias estaduais e municipais.
2. **Preservação do Patrimônio Cultural:** Responsável pela preservação do “patrimônio material” e do “patrimônio imaterial” cearense, o eixo estratégico seguiu a determinação do art. 216 da Constituição Federal, o qual considera patrimônio cultural brasileiro todos os “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade” (CONSTITUIÇÃO-1988, 2017, p. 62). Segundo consta no Plano Estadual de Cultura (2003-2006), o ponto estratégico se dividiria em cinco etapas distintas: conhecer, reconhecer, preservar, promover, requalificar (para bens materiais) e revitalizar (para bens imateriais).
3. **Valorização das Culturas Regionais:** Sob o mote de compreender a cultura cearense em sua diversidade, este eixo buscaria desenvolver ações por todo o Estado do Ceará, em parceria com as prefeituras municipais e secretarias de cultura e turismo, com o intuito de contribuir para a formação de uma política cultural democrática e abrangente.

4. **Apoio à criação artística e cultural:** Ações para a valorização das expressões artísticas, com enfoque nas manifestações culturais definidoras das identidades cearenses. As áreas definidas pelo eixo foram: I) Audiovisual (Cinema, Vídeo, Multimídia e Televisão); II) Artes Visuais (Desenho, Pintura, Fotografia, Escultura, Gravura, Instalações); III) Artes Cênicas (Teatro, Dança e Circo); IV) Literatura; V) Música; e VI) Tradição popular, artesanato, e gastronomia.
5. **Gestão eficaz e compartilhada:** Responsável pela construção de canais de interlocução com a população, com o objetivo de realizar uma gestão de cultura eficaz e a serviço da população cearense.

A definição das cinco diretrizes funcionou como orientação para a formulação das grandes áreas de programas, nos quais se forjariam as políticas culturais desenvolvidas pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. Divididos em seis, os programas foram:

1. Programa de Geração, Preservação e Difusão do Conhecimento da Área Cultural;
2. Programa Memória e Cultura;
3. Programa de Valorização das Culturas Regionais;
4. Programa de Desenvolvimento Artístico e Cultural;
5. Programa de Modernização da Gestão;
6. Programa de Telecomunicações e Desenvolvimento.

Não é escopo da presente pesquisa a análise detalhada dos seis programas, pois correria o risco de tornar-se uma análise panorâmica e superficial. No entanto, algumas ações dos seis eixos podem aparecer como exemplos, a fim de demonstrar hipóteses e argumentos levantados. Nessa perspectiva demarca-se que o eixo de número 3, Programa de Valorização das Culturais Regionais, é o foco da análise, pois compreende-se que nele se deu o bojo das ações mais significativas para o caráter descentralizador proposto às políticas culturais desse período.

Outro ponto que confirma o enfoque nesse eixo é a construção de uma série de mecanismos (secretarias municipais, fóruns regionais, etc.), realizada através do contato direto da SECULT com as câmaras dos municípios, prefeituras e segmentos artísticos locais,

fenômeno que constitui uma das principais preocupações da presente dissertação. Para isso, portanto, toma-se como objeto de análise o Programa “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante” que se tornou o carro-chefe da gestão e ajudou na consolidação de uma imagem-marca da gestão de Cláudia Leitão pautada na interiorização das ações e na valorização de vocações regionais.

A elaboração do Planejamento Estratégico da SECULT demonstrou seu alinhamento ao processo de construção de mecanismos que respeitavam o discurso de “racionalização da máquina pública”, marcante no discurso dos representantes mudancistas. Atribuindo-lhe outros significados, a partir das novas nuances que se conformavam ao conceito de cultura, Cláudia Leitão buscou mapear os desafios que se colocavam à secretaria tanto de ordem interna, quanto externa. Cabe destacar que a sua atuação gerencial e a sua formação transversal foram fundamentais para a elaboração de sua marca de gestão. O próprio uso de termos do universo administrativo indicava um forte caráter gerencial na reestruturação da SECULT.

Por outro lado, a abertura de canais de comunicação (seminários, fóruns, etc.) foi propício para que reivindicações do campo, como a concentração de ações culturais na capital e a ausência de uma suposta identidade cearense, fossem articuladas e absorvidas nos eixos de ações da SECULT. Vale ressaltar que o debate sobre uma suposta cearensidade não era uma inquietação apenas do campo cultural. A questão da identidade foi uma preocupação que atravessou múltiplos campos. No caso presente, é preciso abranger o escopo de análise para entender as incidências dessa suposta identidade cearense na elaboração das políticas culturais.

Conclui-se, portanto, que na gestão de Leitão há a presença de um *modus operandi* de condutas do universo jurídico-administrativo que se alinha à perspectiva da racionalização mudancista. No entanto, vide sua formação e aproximação com uma dinâmica mais antropológica do termo “cultura” fez com que houvesse o arrefecimento da moeda modernizadora.

O próximo capítulo destaca os caminhos que usaram a cearensidade como uma plataforma discursiva. Primeiro, apresenta-se o uso da mesma na campanha de Lúcio Alcântara, depois no Plano de Governo e, por fim, nos discursos e algumas ações da SECULT. A Secretaria de Cultura do Estado do Ceará foi visionada como uma forte aliada do projeto de Governo no fomento de certas narrativas e imaginários que constituem traços de uma suposta identidade cearense.

A simbólica da cearensidade funcionou como imagem-marca do Governo de Lúcio Alcântara. Além de denotar uma distinção da experiência governativa em relação às gestões mudancistas anteriores, fortemente pautadas no discurso modernizador, a construção imagética e discursiva de um Ceará Moderno também foi a saída visionada para balizar a simbiose que se construiu na relação entre a “tradição” e o “moderno”.

#### **4. CEARENSIDADE & DIVERSIDADE: UM EMBLEMA DA GESTÃO DE LÚCIO ALCÂNTARA**

Como visto no capítulo 1, a escolha de Lúcio Alcântara como o sucessor de Tasso Jereissati causara um curto-circuito na continuidade imagética do mudancismo. Se Jereissati emergira no mundo político com uma das lideranças combatentes dos “coronéis”, Alcântara, por outro lado, tivera uma biografia política intrinsecamente ligada aos ex-governadores Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra. Exemplo disso foi a nomeação de Lúcio Alcântara a secretário de saúde nas gestões de Cesar Cals (1971) e Adauto Bezerra (1975), além de ter sido nomeado prefeito biônico da capital do Ceará pela indicação de Virgílio Távora, com quem o pai de Lúcio, Waldemar Alcântara, tinha uma forte relação pessoal e política.

No entanto, cabe destacar que Alcântara não caiu no bloco mudancista de paraquedas. Após a redemocratização, o político veio a se alinhar ao grupo que governava o Ceará desde 1987, tendo sido vice-governador de Ciro Gomes (1992-1994) e eleito Senador da República, com o apoio de Tasso, em 1994. Além disso, a escolha do novo candidato tucano não se deu de forma arbitrária. Compreendendo um desgaste do ciclo político mudancista e da figura do seu principal líder, Tasso Jereissati, a tomada de decisão pela candidatura de Alcântara tinha como intuito “possibilitar que o desfecho da “Era Tasso” aparecesse como escrito e decidido pelo próprio autor, e não à sua revelia...” (CARVALHO, 2004, p. 78).

Ao presente capítulo interessa ressaltar a polissemia que acompanha o termo “tradição” e seus derivados, visto que o seu uso sofre modificações de acordo com o propósito da enunciação. No caso do *marketing* eleitoral mudancista, o termo assumiu duas conotações que se situam em dois âmbitos distintos. Em um primeiro momento, 1986, a “tradição” foi trabalhada no campo político, onde simbolizava as forças do atraso, representadas pelos “coronéis” e carregava a simbologia de práticas políticas de cunho clientelista. No segundo momento, 2002, a tradição residia no campo das representações culturais, trazendo à tona um “sistema de representações simbólicas”, o que quer dizer um conjunto de significados que compunham uma comunidade imaginada, por meio da qual se geraria os sentimentos de pertença e lealdade (HALL, 2014).

Isso não quer dizer que o combate a um Ceará atrasado, com feições rurais, pré-capitalistas e de heranças coloniais não tenha sido apresentado na eleição de 2002, porém a ênfase em uma tradição popular, traço cultural do povo cearense, ganhou os holofotes da campanha e, posteriormente, no Programa e ações do Governo.

O panorama da campanha de 2002 apresentava nuances diferentes das anteriores e indicava o retorno da competitividade, como já explicitado. Nesse sentido, o desafio central da campanha lucista era caracterizar positivamente o legado dos Governos Tasso (1986-1990, 1995-1998 e 1999-2002) e do Governo Ciro (1991-1994), o que foi feito através do discurso de crescimento econômico e modernização do Estado; e, ao mesmo tempo, apresentar medidas com a finalidade de garantir a redução da desigualdade social e da miséria.

Neste contexto, emerge a construção de uma nova simbólica discursiva: a cearensidade. Sigo, portanto, a interpretação analítica proposta por Antônio Marcelo Cavalcanti Novaes (2008), para quem a criação dos discursos pautados em uma suposta identidade cearense tinha como propósito reduzir as instabilidades que rondavam a condição política do grupo mudancista e criar “um discurso de igualdade e identidade como forma de persuasão e garantia política da soberania popular e legitimidade do governo e suas ações” (p. 59).

O presente capítulo, por sua vez, visa traçar reflexões acerca da construção de uma identidade, dita, legitimamente cearense. O discurso de um governo pautado na cearensidade vem buscar suprir as lacunas do afrouxamento de um outro discurso que imperou como marca do ciclo político mudancista, o discurso da modernização. Isso se deu graças aos desgastes que os Governos das Mudanças já vinham sofrendo, como também pela trajetória pessoal e política da liderança que agora concorria ao executivo estadual.

Aqui, é defendida a ideia de que a cearensidade atravessou fortemente todas as ações da gestão de Alcântara. Em um primeiro momento, dentro de uma perspectiva do *Marketing* e da Publicidade, o Ceará fora retratado a partir de elementos estereotipados e que se sedimentam no imaginário do eleitorado. O avanço da técnica possibilitou ao político profissional uma abrangência muito maior da sua mensagem (BENJAMIN, 2012). Logo, a midiaticização dos processos políticos contemporâneos alçou as campanhas eleitorais a um novo patamar de eficácia, possibilitando um grau maior de fixação simbólica da mensagem (THOMPSON, 2012).

O segundo momento tem base nas ações governamentais. Naquele momento, não mais pautadas apenas em signos homogeneizadores que dotavam os cearenses de um conjunto de valores e hábitos únicos, mas seguindo uma agenda política ocidental pautada na diversidade cultural. O que não quer dizer que certas práticas governamentais não tenham reforçado a ideia de uma origem una do Ceará. Nesse contexto, pastas, como a Secretaria de Cultura, foram acionadas pelo seu capital simbólico em articular signos importantes para a fixação de uma mensagem.

Por último, o presente capítulo retrocede na esteira do tempo, a fim de apresentar que o discurso de fortalecimento de uma identidade cearense já se fez presente no bojo das ações da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará e, como em 2003, a busca pela valorização dessa “essência” se fez em um conjunto de práticas que visavam a interiorização das ações da SECULT.

#### **4.1. O Ceará Moderno da Campanha de 2002: entre a tradição e a modernidade**

O *Ceará Moderno* foi a tônica da campanha de Lúcio Alcântara desde seus primeiros discursos. Este foi o caso da Convenção Estadual do PSDB, ocorrida em Fortaleza no dia 23 de junho de 2002, em que Lúcio afirmou: “Nós buscamos a modernidade, esta é a nossa luta aqui no Ceará. Mas, e modernidade, o que é? É democracia, é legalidade, é desenvolvimento, é justiça, é participação, é educação”. A simbólica de um ciclo modernizador foi resguardada aos Governos das Mudanças durante todos os pleitos concorridos (1986, 1990, 1994, 1998 e 2002), percebe-se na fala que a temática central dos discursos mudancistas, a modernização da máquina pública aliada à inclusão social, ainda continuava presente nas performances políticas do candidato tucano.

Um dos desafios que se coloca às estratégias de campanha de ciclo longevos, como o aqui analisado, é a amálgama discursiva necessária entre as simbólicas supostamente antagônicas: mudança e continuidade. O recurso que alia essas duas moedas pode ser evidenciado nos diversos *slogans* que compuseram o nome da chapa da qual Lúcio Alcântara foi o representante no pleito de 2002: “*O Ceará Cada Vez Melhor*”, “*O Ceará não Pode Parar*”, etc. O termo “melhor” do primeiro *slogan* indica a manutenção de um ritmo ascendente a determinado processo, isso quer dizer que há um esforço para atingir etapas superiores de desenvolvimento, como analisa Carvalho (2004). O segundo *slogan* sugere a noção do movimento contínuo de ações, uma gestão que nunca para de trabalhar, buscando imputar a estagnação e/ou retrocesso aos oponentes políticos.

A construção de uma cearensidade, na campanha de Lúcio Alcântara, seguia o entendimento do Ceará como uma comunidade simbólica, em outras palavras, uma ideia do “que seria o cearense” e o “que seria o Ceará”. Essa construção de uma identidade cearense seguiu os preceitos modernos constituintes das culturas nacionais, por meio dos quais o Estado-nação exercia uma força central na produção e canonização de significados e temáticas para as práticas culturais modernas (HALL, 2014).

O caráter “universal”, “oficial” e “legítimo” configura-se como condição fundamental para a compreensão do Estado moderno, detentor do domínio simbólico e físico sobre os agentes (BOURDIEU, 2014). Todavia, o discurso cultural nacional não é tão moderno como se diz, ele “constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre passado e o futuro. Ele se equilibra entre a tentação por retornar as glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade” (HALL, 2014, p. 33).

Uma série de elementos compõem a forma como uma narrativa sobre o passado pode ser estruturada. Um deles, do qual a campanha de Lúcio lançou mão, é o *mito fundacional*. O retorno a uma origem mítica do Ceará pode ser percebido em discursos da campanha e em documentos do Governo. Como exemplo, destaco a fala do então candidato na Convenção Estadual do PSDB:

Quando o nosso grande escritor José de Alencar escreveu em seu grande livro *Iracema* aquela frase poética que deve ser um marco dístico, que deve ser um lema do nosso povo: “lá além, muito além daquela serra que azula no horizonte, nasceu Iracema”. Eu diria que nasceu mais que Iracema, a matriz da nossa gente, nasceu o povo, nasceu a civilização, nasceu uma cultura e é a isso que eu vou ser fiel, e é para essa gente que eu vou governar, e é com essas tradições que eu vou trabalhar.

A fala de Lúcio elucidada, portanto, um marco de origem da sociedade cearense. A história de Iracema desempenha o papel de mito fundador do Ceará. Da união da índia Iracema com o português Martins Soares Moreno não nascia apenas Moacir, o filho da dor, ou as características físicas que formariam um cearense miscigenado, mas também os hábitos, valores e visões de mundo que comporiam a cearensidade, “natureza essencial” de cada habitante do estado.

A obra alencarina é um exemplo metafórico de como o Estado fomentou uma narrativa e traçou um marco fundacional, resultando no *Ceará Mítico*. Como aponta Hall, esse recurso funciona como “uma história que localiza a origem da nação, do povo, de seu caráter nacional de um passado tão distante que eles se perdem nas brumas do tempo, não do tempo “real”, mas de um tempo “mítico”” (2014, p. 33). As obras culturais, nesse sentido, são ferramentas importantes para a construção de um imaginário popular e têm, historicamente, desempenhado um papel fundamental na construção e reforço de identidades e narrativas.

Já o “futuro” foi celebrado na campanha de Lúcio na figura de um *Ceará Moderno*, fruto das políticas implementadas pelos Governos das Mudanças. A cearensidade, da qual a campanha se beneficiou, foi a construção de uma ideia que rejeitava e silenciava os estigmas da seca, da agrura e da pobreza, focando, assim, no discurso modernizador do mudancismo que, segundo as peças da campanha, levou energia para todos os cearenses; garantiu a infraestrutura

necessária para o desenvolvimento industrial e para a exportação; e gerou emprego e renda (CARVALHO, 2004).

A cearensidade é encarnada pela imagem do cearense que “antes de tudo é um forte”, um indivíduo miscigenado e que com essas características tornou-se um vencedor, como se expressa no *jingle*: “Um homem forte nasci, branco, caboclo, índio valente, e na mistura dessa gente que venceu eu sou feliz” (CARVALHO, 2004, p. 85).

Além disso, o Ceará é um espaço, uma localidade geográfica, as qualificações celebratórias sobre o estado também estão expostas no material de campanha: “Terra da luz, terra do sol”. Os termos “luz” e “sol”, no trecho destacado, exercem o efeito de “trocadilho”, recurso publicitário, e parece apontar para as características climáticas do estado, aonde a intensa luz solar é presente na maior parte do ano. No entanto, o termo “Terra da Luz” também remete ao feito do Ceará ter sido a primeira província a abolir a escravidão, em 1884. O *jingle* busca, portanto, articular um arsenal de fatos que contam a história do Ceará, além de atrelar tais situações à campanha de Lúcio Alcântara.

No processo de construção da campanha, a equipe do candidato tucano realizou um documento em diálogo com a sociedade que, sob o título “Movimento Ceará Cidadania”, lançava as suas intenções e promessas de campanha. Nele, a cearensidade ganhou protagonismo tornando-se um dos eixos de interação do Programa<sup>79</sup>. Com a vitória de Lúcio Alcântara, o material foi expandido e compôs o programa de governo que passou a ser intitulado “Ceará Cidadania: crescimento com inclusão social”. O plano de governo de Lúcio Alcântara foi elaborado por meio da colaboração de 900 voluntários de todos os lugares do estado no sentido de construir “soluções para os grandes desafios enfrentados pelo Ceará” (CEARÁ, 2003, p.11).

O documento elencava 4 Eixos de Articulação do Plano de Governo para desenvolver as ações: eixo 1 – Ceará Empreendedor; eixo 2 – Ceará Vida Melhor; eixo 3 – Ceará Integração; e eixo 4 – Ceará – Estado a serviço do cidadão. A implementação das ações desses eixos de forma transversal e concatenada tinha como intuito reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover a inclusão social<sup>80</sup>, objetivo geral da gestão Lucista, além de fortalecer a construção de uma “consciência coletiva sobre as questões de interesse local e

---

<sup>79</sup> Além da Cearensidade, existiam mais quatro outros eixos de interação: “Participação e Gestão Compartilhada”, “Valorização Regional”, “Desenvolvimento Local” e “Qualidade de Vida Urbana”.

<sup>80</sup> A inclusão social tornou-se a pedra angular do programa de governo de Lúcio, pois era em torno de uma alta desigualdade social que se firmavam as críticas ao Mudancismo, do qual Lúcio era representante. Moraes (2003), nos apresenta que, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD-IPEA) do ano de 2000, na comparação com os demais estados e o distrito federal, o Ceará ocupava a 23ª renda per capita e a segunda maior desigualdade de renda, a 23ª taxa de alfabetização, a 5ª posição no *ranking* de estados com percentual de pessoas com quinze anos ou mais analfabetas, além de ser o quinto estado mais pobre do País.

regional, objetivando firmar a identidade das regiões” (p. 25). Ainda no documento, vê-se as variadas frentes que compõem a cearensidade:

Todos os fundamentos expostos [...] perderiam qualquer sentido se fossem desvinculados da noção de que o Estado tem uma formação histórica que molda sua identidade e condiciona seu papel no contexto do conjunto de Unidades Federativas do País. Todos os fundamentos que dão sustentação às políticas, aos programas e às ações propostas neste documento, só serão verdadeiramente enraizados na sociedade cearense se forem combinados com o **fortalecimento da identidade cearense em meio às tendências homogeneizadoras da globalização**, sem pretensão de isolamento, mas com a consciência do direito à expressão e à valorização de uma cultura própria.

Dessa forma serão preservados os traços culturais do Estado, mas sem perder de vista que ele faz parte de um todo (Nordeste, Brasil e o mundo), recebendo influências externas, mas buscando, por essas influências, renovar-se, modernizar-se e absorver o que vier para melhorar as condições de vida e para o seu povo. **Todavia, com a preservação dos valores que fundamentam e dão identidade ao Ceará e aos cearenses** (CEARÁ CIDADANIA, 2003. p. 26, grifos meus).

A partir do trecho acima, pode-se apreender a ideia de que o Ceará tem uma identidade própria, consolidada pela sua história (geográfica, populacional, gastronômica, etc.). Em outras palavras, uma identidade essencializada que compõe um eu coletivo que se forja no âmago da pluralidade dos muitos eus (HALL, 2000). Esse argumento foi fortalecido quando, “diante das tendências homogeneizadoras da globalização”, ressaltou-se a necessidade de preservar os valores que fundamentariam a identidade cearense.

Os trechos “o fortalecimento da identidade cearense em meio às tendências homogeneizadoras da globalização” e a “preservação dos valores que fundamentam e dão identidade ao Ceará e aos cearenses” indiciam a existência de dois fenômenos no bojo da cearensidade: a) um conjunto de signos que significam a vida em comum do povo cearense dentro de sua pluralidade; e b) uma diversidade cultural dentro do território cearense. Seria, portanto, na identificação destas duas dimensões que se pautaria o desenvolvimento das políticas públicas do Governo do Estado.

O argumento da identidade cearense como essencial para a elaboração das ações do governo estabelece um jogo de correspondência. Assim como os cearenses, o documento oficial com o “norte” das ações governamentais também se baseava na suposta cearensidade. Essa identificação de “Povo e Plano de Governo → Cearensidade” traria ao documento a característica de incontestabilidade, visto que seu conteúdo foi forjado pelo povo e “para o povo cearense”.

A “tradição” se revelaria nos saberes e fazeres que contariam a trajetória histórica do povo cearense. O “moderno” sinalizaria o “avanço necessário” para que o estado se inserisse no âmbito econômico globalizado, fenômeno que, em tese, garantiria emprego e distribuição

de renda. A dupla dinâmica dessa identidade, no argumento do plano de governo, funcionaria como uma simbiose perfeita, uma vez que a modernização, garantia para o avanço social e econômico do Ceará, preservaria em seu âmago os valores fundamentais que constituiriam a identidade do Ceará e dos cearenses.

A cearensidade foi, portanto, um eixo estruturante fundamental na construção tanto da campanha como do governo de Lúcio Alcântara. Esta retórica discursiva foi utilizada como marca de gestão, buscando, dessa forma, se estabelecer como uma insígnia política hegemônica no contexto estadual. Nessa perspectiva, uma série de ações foram tomadas a fim de garantir a valorização das práticas de cada região do estado, bem como o uso do potencial natural de praias, serras e sertão do Ceará, como previsto no Plano de Governo. A análise dos documentos aqui expostos nos dão pistas para entender a estruturação das ações forjadas no bojo da gestão da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, sob o comando de Cláudia Leitão. Como apontou a própria secretária, as práticas da secretaria buscaram respeitar as diretrizes do Programa de Governo de Lúcio Alcântara. É, portanto, sobre como a cearensidade foi encampada nas práticas da SECULT que o próximo tópico busca se debruçar.

#### **4.2. SECULT e a simbólica da cearensidade na diversidade**

No processo de disseminação da cearensidade como imagem-marca do Governo de Lúcio Alcântara, foi compreendido o papel importante exercido pela Secretaria de Cultura na consolidação de narrativas e simbólicas junto da população. A SECULT assumiu, portanto, um papel fundamental na busca pela consolidação dessa retórica que foi a marca de governo de Lúcio Alcântara.

A construção da cearensidade impactou diretamente na estruturação das ações da SECULT. No seu discurso de posse, a secretária Cláudia Leitão reafirmou a concepção de uma identidade que significaria as práticas e os modos de viver da população cearense:

Num mundo em que o simbólico e o imaginário resgatam incontestavelmente os seus lugares em sociedades espetaculares e espetacularizadas, somente “existiremos” pelos nossos traços distintivos, pelas nossas peculiaridades, enfim, por tudo aquilo que nos torna diferentes. (LEITÃO, 2003)

Os 4 Eixos de Articulação do Plano de Governo para desenvolver as ações governamentais foram basilares para o desenvolvimento das 4 premissas que norteariam as intervenções da SECULT na área cultural: premissa 1 – A cultura deve ser planejada e gerida estrategicamente (pilar que seria responsável pela reestruturação organizacional da secretaria); premissa 2 – A cultura deve promover a autoestima e a diversidade de expressão entre

comunidade e povos (pilar que suportaria as ações com o intuito de preservar e fomentar as práticas culturais regionais); premissa 3 – A cultura deve ser instrumento de empregabilidade e de redistribuição de renda (pilar responsável pela implementação de ações públicas com o objetivo de capacitar profissionais para os arranjos e produtos da arte e da cultura); premissa 4 – A cultura deve ser um instrumento privilegiado de inclusão social e de consolidação cidadã (pilar que promoveria a “cidadania cultural”, ou seja, garantiria condições para o exercício do pleno direito aos bens e serviços culturais).

A cultura, em sua transversalidade, foi tomada como instrumento estratégico para a consolidação e efetivação das metas estabelecidas pelo Governo de Lúcio Alcântara. Destacase, por exemplo, o Eixo 2 – Ceará Vida Melhor, no qual a cultura é utilizada como vetor de promoção de oportunidades a fim de erradicar ou ao menos atenuar a desigualdade social. No Plano Estadual de Cultura é levantada a possibilidade da cultura como fórmula usada, a fim de neutralizar as mazelas (“violência urbana”, “tráfico de drogas”, “vandalismo”, etc.).

A assertiva acima indicia para um ponto extremamente relevante quando se analisa a construção dos discursos e das práticas de instituições. Na percepção de George Yúdice (2013), houve um esvaziamento das noções convencionais de cultura e, com isso, a expansão da mesma no mundo político e no mundo econômico. Nessa perspectiva, o autor indica que a cultura assumiu uma nova condição no contexto moderno, sendo percebida como um “recurso”. Isso se deu, pois, cada vez mais, órgãos e fundações internacionais (União Europeia, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc.) têm utilizado a cultura e as artes como um recurso para a melhoria sociopolítica e econômica, ou seja, esse tipo de compreensão percebe a cultura como ferramenta motora para o fortalecimento de laços e a atenuação das desigualdades que podem desembocar em práticas violentas.

No caso da gestão aqui analisada esse discurso tomou fôlego, uma vez que o objetivo síntese do Plano de Governo era promover o “crescimento com inclusão social”. Foi com esse intuito que a secretária elucidou a importância da política de descentralização em artigo para o Jornal O Povo:

Sabíamos, desde o início de nossa gestão, que necessitávamos elaborar uma política estadual de cultura coerente com a proposta do governo Lúcio Alcântara, uma política voltada ao desenvolvimento com inclusão social. Afinal, a que serve a cultura em um governo que objetiva neutralizar desequilíbrios regionais, que privilegia os mais pobres, que busca resgatar a dignidade e a autoestima dos cearenses? Esta pergunta

norteou e norteará nossas ações durante este governo. Decidimos responde-la com políticas, programas e projetos<sup>81</sup>.

A fala da secretária ecoa nas definições do Plano Estadual de Cultura. O texto trata da necessidade do reforço às identidades culturais como valorização da autoestima da população. Como medida para que tal compreensão fosse concretizada no estado, a cearensidade funcionaria como o sustentáculo das ações da secretaria que seriam trabalhadas “desde a escola até os produtos para exportação” (PLANO, 2003, p. 11).

Um exemplo prático da cearensidade, como eixo norteador do desenvolvimento de ações, pode ser percebido no depoimento de Cláudia Leitão acerca da definição da data em que seria comemorado o “Dia do Ceará”:

Consultei o governador e ele me propôs que eu lhe sugerisse três datas importantes para o estado. Propôs, ainda, que com as três datas aprovadas, realizássemos um sistema de votação com a população para que fosse escolhida a data mais representativa. Em pouco tempo, levei a ele, como sugestões, o dia do nascimento de José de Alencar, a data da primeira libertação dos escravos no Brasil (que aconteceu na então província do Ceará) e, por último, a data de separação do Ceará da capitania de Pernambuco. Decidindo ali, sem pestanejar, e desistindo do sufrágio, o governador me disse: “Secretária, a melhor data é aquela em que nos separamos de Pernambuco! É evidente que esse é o dia do Ceará! (LEITAO, 2014, p.90)

A fala elucida as compreensões de uma identidade forjada diante do “outro” que seria, no caso, Pernambuco, além de elucidar para três fatos históricos que compõem uma dimensão épica da história cearense. O Ceará seria, portanto, um território no qual se confirmaria um *ethos* distintivo dos existentes nos demais estados. A identidade cearense ainda forneceria, em fala da secretária, o chão para a promoção de políticas culturais capazes de promover o desenvolvimento e crescimento da economia do estado.

Essa sensibilização parece-nos fundamental num contexto em que necessitamos transformar nossos índices ainda tão desfavoráveis de qualidade de vida, de empregabilidade e de redistribuição de renda: “Pois a cultura proporciona tudo isso. Ela é um investimento que não se submete aos caprichos climáticos do semi-árido, pelo contrário, ela se aproveita de nossa geografia para nos identificar, para nos oferecer produtos e serviços que nos fornecem traços distintivos de nossa **cearensidade**”<sup>82</sup>.

A despeito dos elementos definidores de uma cultura comum, o novo contexto impunha a compreensão de uma cearensidade berço de múltiplas culturas. O Eixo 3 do Programa de Ação, sob o título Ceará Integração, apresenta essa ideia: “Não se pode buscar

---

<sup>81</sup> CULTURA: o desafio da descentralização. **Jornal O Povo**. 14 de novembro de 2003. Disponível em: < <http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2003/11/14/noticiasjornalopiniao,314083/culturaodesafiobrdadescentralizacao.shtml> >, acesso em 05 Jun 2016.

<sup>82</sup> OS DESAFIOS da gestão cultural para o Ceará. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 17 de março de 2003.

integração entre regiões se não se compreender que todas elas, independentemente de terem alcançado bons índices de educação formal, são protagonistas de suas próprias culturas” (PLANO, 2003).

Nesse sentido, caminharam as práticas de valorização das culturais regionais encampadas pela SECULT<sup>83</sup>, as quais tinham como definição que a cultura seria capaz “de produzir sentimentos de pertença aos diversos grupos sociais, enfim, do próprio significado que estes objetos e manifestações suscitam nestes grupos” (LEITÃO, 2003). Logo, as ações e políticas desenvolvidas pela secretaria buscariam “divulgar a produção artística cearense com foco no reconhecimento da diversidade cultural e fortalecimento das identidades regionais e locais” (LEITÃO, 2014, p. 191).

A dimensão da diversidade cultural também era trabalhada nos planos e ações do Ministério da Cultura, na mesma época. No governo Lula, houve a ampliação da definição de cultura e o desenvolvimento de ações que apontavam para o “pluralismo e a incorporação de expressões culturais historicamente excluídas. A diversidade não resulta mais em uma síntese, pelo contrário, é o polo indentitário que cede à diversidade e se multiplica em identidades” (BARBALHO, 2007, p. 56). A empreitada do ministério, nesse momento, era a tentativa de dar respostas aos efeitos nocivos causados pela predominância do mercado no campo cultural durante a década de 1990.

Para Barbalho (2007), a identidade nacional é o ponto nodal nas experiências entre Estado e cultura no Brasil. A “brasilidade” funcionaria como um enigma a ser resolvido pelos intelectuais de cada época e todas as soluções passariam inevitavelmente pela questão da diversidade cultural<sup>84</sup>. O autor debruçou-se sobremaneira em torno dos desafios impostos pela abordagem da cultura pelos governos recentes<sup>85</sup>. O grande limite imposto na concepção de cultura trabalhada pelo MinC, na gestão de Gilberto Gil, foi a dificuldade de “romper com a busca de uma harmonia entre os brasis. Não se coloca na sua radicalidade (no sentido de raiz e não de sectarismo) a questão da identidade em seu conflito com a alteridade, com a diferença” (2007, p. 56).

---

<sup>83</sup> As dinâmicas que levaram a implementação de uma série de ações, sejam elas de cunho político e/ou cultural, serão detalhados no quarto capítulo desta obra.

<sup>84</sup> Ao menos dos três momentos históricos sobre os quais se debruça a análise do autor: Era Vargas, Ditadura civil-militar e redemocratização.

<sup>85</sup> O texto, escrito em 2007, tem como enfoque três momentos da história brasileira. Todavia, as críticas levantadas por Barbalho no que tange a diversidade cultural no bojo das ações do MinC nos governos do PT me interessam pelo fato de trazerem apontamentos pertinentes para a análise que busco empreender na construção de um argumento acerca da cearensidade no Governo de Lúcio Alcântara.

A diversidade, ainda no raciocínio do autor, não conseguiria responder a dimensão de conflitos entre as culturas. A cultura em sua perspectiva plural acabaria por dar ênfase a um convívio harmônico entre as práticas. O autor aponta, portanto, o grande desafio das políticas culturais:

A questão que se coloca é como uma política pública de cultura, além de trabalhar com as identidades e a diversidade, pode incorporar as diferenças. Como lidar com as manifestações culturais que não se encaixam harmoniosamente como peças de um quebra-cabeça porque suas arestas não permitem (BARBALHO, 2007, p.57).

Como vê-se, SECULT e MinC caminharam lado-a-lado no esforço pelo estabelecimento de uma política cultural pautada na diversidade cultural. Esta funcionou como o emblema para a consolidação de uma política cultural de caráter descentralizador. Nessa perspectiva, a secretária apontou, em artigo para o Jornal O Povo, a importância do Programa “Valorização das Culturas Regionais” que, futuramente, se tornaria o carro-chefe de sua gestão:

Conversamos com prefeitos, secretários, lideranças locais, artistas, educadores, produtores culturais, apresentando o Programa de Valorização das Culturas Regionais. Todos reconhecem nossa riqueza e diversidade cultural, a importância da cultura nas suas vidas e na vida de seus municípios, todos, enfim, desejam contribuir para que o nosso patrimônio cultural não pereça. Os desafios são imensos, mas contamos com a força vital das diversas regiões cearenses que respondem em uníssono à pergunta aqui proposta<sup>86</sup>.

A valorização das culturas regionais atravessava duas naturezas: o fortalecimento das práticas artísticas; e a preservação dos monumentos culturais, o que indicava uma preocupação da gestão com os bens culturais de natureza material e imaterial. Nesse contexto, salienta-se um dos programas mais emblemáticos da gestão da SECULT no que tange a preservação e “revitalização” do patrimônio cultural imaterial cearense: os Mestres da Cultura.

O Plano Estadual de Cultura, como já visto no capítulo 2, teve suas linhas de ação divididas em programas. No bojo das práticas do **Programa Memória e Cultura**, uma das linhas de ação se debruçava sobre o “**Reconhecimento e Revitalização do Patrimônio Cultural Imaterial (saberes, fazeres, usos, costumes e lugares)**”, que tinha como intuito preservar a memória cearense inerente aos bens culturais intangíveis. Dentre as estratégias, uma tomou destaque e garantiu perenidade nas suas ações: “reconhecer, por meio de registro de mestre da cultura tradicional popular, pessoas detentoras de conhecimentos relevantes para o fortalecimento do nosso sentimento de cearensidade” (PLANO, 2003, p. 12).

---

<sup>86</sup> CULTURA: o desafio da descentralização. **Jornal O Povo**. 14 de novembro de 2003. Disponível em: < <http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2003/11/14/noticiasjornalopiniao,314083/culturaodesafiobrdadescentralizacao.shtml> >, acesso em 05 Jun 2016.

O reconhecimento dos mestres da cultura teve um marco legal já no primeiro ano da gestão. Em 2003, mais propriamente no dia 22 de agosto, o Governador Lúcio Alcântara instituiu a Lei 13.351/03 que abarcava o “Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular do Estado do Ceará (RMCTP-CE)”<sup>87</sup>. O dispositivo legal define como ““Tesouros Vivos da Cultura” as pessoas, grupos e comunidades<sup>88</sup> que são, reconhecidamente, detentoras de conhecimentos da tradição popular” (CUNHA FILHO & FERREIRA NETO, 2014, p. 158). Aos selecionados, via edital público, são conferidos o título e um auxílio financeiro que pode ser temporário ou vitalício, conforme o caso.

Um ponto interessante desta legislação é o aspecto da troca de conhecimento entre os Mestres da Cultura e a parcela mais jovem da população cearense. Isso se dá como uma contrapartida, na qual os candidatos selecionados comprometem-se em “transferir” o seu conhecimento a aprendizes, em grande parte jovens estudantes, por meio de programas educativos custeados pelo Tesouro Estadual.

Destaca-se a movimentação em torno da legislação própria aos Mestres da Cultura por dois motivos. O primeiro delimita este marco legal como um importante avanço no sentido de valorização dos patrimônios culturais imateriais. As práticas em relação à valorização desse conhecimento da tradição popular acharam perenidade em meio às ações da SECULT. O segundo concentra a preocupação do presente excerto em demonstrar como a discursiva da cearensidade estava posta em muitos dos pilares de ação propostos pela SECULT em seu Plano Estadual de Cultura, fortalecendo, nesse sentido, a tradição que compôs a imagem-marca do Governo.

O resgate de uma tradição que funciona como uma esteira histórica na qual se dispõe as práticas culturais que estruturam a identidade parece encontrar berço na figura dos Mestres da Cultura. No balanço feito pela secretária Cláudia Leitão acerca dos mestres, vê-se a compreensão de uma figura que liga a “tradição do passado” com a “modernidade do futuro”, própria da ideia de cearensidade visionada pela gestão:

O Ceará que tem suas artesanias, que tem suas tradições. A questão dos Mestres da Cultura, o Gil não acreditava que houvesse uma legislação dos Mestres no Brasil, quando eu disse que nenhuma tinha sido regulamentada, e que naquele mesmo ano de 2003 ele iria chegar no Crato pra uma festa do primeiro registro dos Mestres [...] ele dizia: “Cláudia, mas isso é o futuro!”. E eu dizia: “Pois é, ministro, isso é o futuro. Tem gente que pensa que isso é o passado. Tem gente que não entende que não haverá futuro sem esse passado. Não haverá futuro!”. [...] fiquei muito feliz de a gente ter

---

<sup>87</sup> CEARÁ. Lei 13.351, de 22 de agosto de 2003. Disponível em: <<https://www.al.ce.gov.br/legislativo/tramitando/lei/13351.htm>>. Acesso em: 01 Dez 2018.

<sup>88</sup> Em 27 de novembro de 2006, a Lei nº 13.351/03 foi revisada, cedendo lugar para a Lei nº 13.842/06 que amplia os beneficiados para grupos e coletividades.

conseguido que aquela legislação saísse ainda em 2003 e como nós tínhamos poucos recursos, nós fomos de 12 em 12. Eu brincava com a minha equipe dizendo: “Com 12 nós temos o calendário”<sup>89,90</sup>.

O *jingle*, gravado por Gilberto Gil, apresenta a imagem dessa cultura cearense existente na figura dos Mestres da Cultura: “Representam a sabedoria dos nossos avós / tradição da nossa cultura popular / são a fé, a resistência, a força, exemplo pra nós, / são os mestres da cultura do Ceará, / mestres da cultura / de coragem e sonhos são feitos / e mostram que no Ceará / o povo merece respeito”.

A cearensidade ainda foi balizada em outros eixos que compuseram as ações da SECULT, segundo o Plano Estadual de Cultura: na valorização da gastronomia, na difusão da cultura cearense pela produção audiovisual, na política dos livros<sup>91</sup>, etc. Ela foi, portanto, uma moeda tomada como angular para o desenvolvimento das práticas da SECULT, concebendo a transversalidade da cultura como fio condutor do plano.

A construção de uma identidade cearense desempenhou o papel de imagem-marca do Governo de Lúcio Alcântara. Nessa perspectiva, a atuação da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará como órgão promotor de práticas, com a finalidade de fixar simbolicamente esse discurso, foi fundamental para a estratégia de diferenciação pretendida pela gestão em relação aos governos mudancistas anteriores, fortemente pautados no discurso da modernização.

A cearensidade, como apresentado até aqui, assumiu uma dimensão elástica, abarcando manifestações desde aspectos artísticos consagrados, vide a literatura alencarina reconhecida pelo campo literário, até as manifestações da cultura “tradicional” popular, encarnadas pelos Mestres da Cultura. O estatuto fluido desta simbólica discursiva teve o intuito de abranger o maior número possível de indivíduos.

Por outro lado, como aponta Novais (2008), o uso político da cearensidade pelo grupo de Lúcio Alcântara como marca hegemônica no campo eleitoral não logrou êxito, exemplo disso foi a derrota do governador, em 2006, para Cid Gomes, sendo a retórica da cearensidade suplantada pelo discurso de modernização, naquele momento ancorado na figura do candidato do PSB.

---

<sup>89</sup> A brincadeira de Leitão tomou forma na confecção de calendários com os 12 mestres da cultura de cada ano, produzidos pelo núcleo de comunicação do governo.

<sup>90</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação em 21 de novembro de 2017.

<sup>91</sup> A este propósito, ler: NOVAES, Antônio M. C. **O Livro em Busca do Leitor** – As políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas da secretaria de cultura do estado do Ceará (2003-2006). Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade (UECE). Fortaleza, 2008.

Cabe destacar que o discurso da cearensidade, além de importante na construção dos eixos de ação que compuseram o Plano Estadual de Cultura, também estava pautado na concepção de que as práticas governamentais precisavam solucionar e/ou equacionar as assimetrias que existiam entre centro e periferia, por isso, as tomadas de decisão do Plano de Governo apresentavam a ideia de articular o diálogo e o fortalecimento do potencial específico de cada região. Foi, nesse sentido, que a SECULT criou o “Programa de Valorização das Culturas Regionais”.

Outro momento da história da SECULT em que houve o intuito de fortalecer uma identidade cearense e, nesse sentido, traçar ações em que a presença da secretaria fosse espalhada da capital para o interior foi a gestão de Ernando Uchoa, a partir de 1971. Naquele período, entre outros objetivos, buscou-se com as “Jornadas Culturais” popularizar e levar a cultura para a periferia de Fortaleza e para o interior do estado. É esta experiência que buscarei abordar no tópico a seguir, tendo em mente também apresentar quais as distinções se fizeram entre a experiência dos anos de 1970 e 2000.

#### **4.3. SECULT em 1970: as “Jornadas Culturais” e o “Ceararentismo”**

Na década de 1970, ainda se fazia recente a criação da primeira secretaria de cultura no Brasil, a SECULT-CE. Com poucos anos de criação, o órgão já se deparava com um grande desafio que era a valorização e popularização de uma “cultura genuinamente cearense”, visto que a população não se reconhecia nas ações implementadas por Raimundo Girão (BARBALHO, 1998).

Com o início do Governo de Cesar Cals, em 1971, houve a mudança das forças à frente da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará com a nomeação de Ernando Uchoa Lima<sup>92</sup>. O recém-empossado secretário era formado em Filosofia pela, à época, Faculdade Católica e em Direito pela Universidade Federal do Ceará<sup>93</sup>. Ele tinha também exercido o cargo de auditor no Tribunal de Contas do Ceará fato que, salienta Barbalho (1998), indicava um conhecimento acerca da burocracia e das leis públicas por parte do secretário.

A notoriedade pelo seu nome se dava, em certa medida, pelos feitos políticos. Quando jovem, experienciou a militância universitária, já adulto concorreu a cargos eletivos, como o de Senador da República, recebendo significativa votação. No campo cultural, apesar

---

<sup>92</sup> Juntamente de Ernando Uchoa à frente da SECULT, sinaliza-se a composição de sua equipe com figuras que ganharam destaque nas gestões de cultura da época, algumas continuando na SECULT mesmo após a sua saída: Miriam Carlos, Dalva Estela e Haroldo Serra.

<sup>93</sup> Na mesma instituição o secretário ainda fez uma pós-graduação em Criminologia.

de não ter pertença a nenhuma instituição consagrada, Uchoa fora secretário municipal de Educação e Cultura, nas gestões de Murilo Borges e José Walter Cavalcante.

Com o intuito de estabelecer um consenso entre artistas, intelectuais e sociedade, o secretário buscou lançar mão de ações que visavam a “popularização” e “interiorização” da cultura. Esta interface, visionada por Uchoa, foi evidenciada como um fato importante para o sucesso da gestão: “Devo ressaltar, por imperativo da justiça, a inestimável colaboração de vários intelectuais e artistas, cujas sugestões muito contribuíram para o êxito das atividades da secretaria” (2006, p. 24).

A grande meta daquele momento, diante da perspectiva de irradiação de uma política que popularizaria a cultura, era fortalecer o “ser cearense”. Representado pelo emblema do “ceararentismo”, traçar práticas para a SECULT era pensar a cultura “como processo de desenvolvimento social da comunidade alencarina, a ser alcançado pelo aprimoramento de seus valores, instituições, criações intelectuais, científicas e artísticas” (UCHOA, 2006, p. 25). Para isso, a secretaria contou com uma boa interlocução junto da instância federal, exemplo disso foi o PRODASEC<sup>94</sup>. Fruto da parceria entre SECULT e SEDUC, o programa federal objetivava prestar assistência à parcela da população vulnerável no meio urbano (BARBALHO, 1998). Esta relação profícua com o Governo Federal é narrada por Mirian Carlos, em entrevista:

Havia [...] uma quantidade muito grande de recitais porque nós recebíamos aqui, através da Funarte, a Rede Nacional de Música (...) Nós tínhamos ainda o projeto Pixinguinha. Havia uma cooperação entre o governo estadual e o governo federal. Eu mesma tive oportunidade de ir várias vezes ao Rio de Janeiro lá na Funarte e nós tínhamos quase uma intimidade com aquelas pessoas<sup>95</sup>.

Ernando Uchoa também destaca a boa relação com a instância federal, a quem atribui parte do êxito das ações em sua gestão:

Vários fatores concorreram para a consolidação desse processo: [...] colaboração de organismos estatais e de entidades destinadas à difusão cultural, com os quais a Secult mantinha excelente relacionamento, haja vista os convênios celebrados com o MEC, a Universidade Federal do Ceará, a Casa de Juvenal Galeno, o Conservatório de Música Alberto Nepomuceno, a Associação Cearense de Folclore e o Jornal O Povo (UCHOA, 2006, p. 25).

A política de popularização implementada pela SECULT, apesar dos entraves orçamentários, logrou êxito e conseguiu destaque. Muito se credita ao prestígio de Ernando

---

<sup>94</sup> No Governo Cesar Cals, Mirian Carlos destaca, existiam dois programas voltados para a atenção de comunidades carentes residentes no meio urbano-metropolitano: o Projeto Confiança, promotor de cursos de dança, balé, espetáculos de corais, etc.; e o PRODASEC, tratado no texto (BARBALHO, 1998).

<sup>95</sup> A entrevista foi cedida ao pesquisador Alexandre Barbalho, em 30 de novembro de 1995, e o trecho destacado está presente na obra “Relações entre Estado e Cultura no Brasil” (1998, p. 123).

Uchoa que soube articular as políticas da secretaria entre a capital e o interior. O reforço de uma identidade cearense foi o trampolim para a implementação de uma série de ações que consolidaram a SECULT (BARBALHO, 1998).

Neste contexto, as “Jornadas Culturais” tomaram a dianteira das ações da secretaria, tornando-se o carro-chefe da gestão e ganhando projeção a nível nacional. O intuito das “Jornadas”, como salienta Ernando Uchoa em entrevista, era esboçar uma “nova concepção de política cultural, que consistia na descentralização das atividades culturais, até então concentradas, exclusivamente, na Capital e conseqüentemente, marginalizando as comunidades interioranas” (UCHOA, 2006, p. 25).

O projeto era estruturado, portanto, no deslocamento das ações da pasta estadual para o interior com o intuito de “levar uma certa concepção de cultura”<sup>96</sup>. Essa postura “paternalista” se concretizava na apresentação de artistas e intelectuais da capital, contratados pela SECULT, para realizar espetáculos nos interiores visitados. A tônica das “Jornadas” era, portanto, promover o fomento e o acesso à população de uma leitura específica da cultura cearense. (BARBALHO, 1998).

A posição “paternalista” do Estado, através da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, se mostrava na idealização de um discurso de “descentralizar” e “popularizar” a cultura, levando-a para o interior. Isto indicava a condição de um Estado que reconhecia a presença de aspectos culturais cearenses “fundamentais” existentes apenas na região metropolitana. Um aspecto que vai de encontro a esta interpretação proposta no texto foi apresentada por Ernando Uchoa sobre o interesse da sua gestão, à época, em fomentar também o intercâmbio entre as expressões artísticas da capital e dos “interiores”.

Claro que as Jornadas Culturais não se limitavam a levar a cultura aos municípios, visto que objetivavam, sobretudo, mostrar e realçar os valores culturais neles existentes, porém sem condições de desenvolvimento, diante da ausência de ajuda e estímulo das autoridades e das próprias entidades que têm a missão de difundir a cultura. (UCHOA, 2006, p. 26)

No entanto, a interface entre os grupos da capital e interioranos não parece ter se estruturado de forma a dar destaque também aos artistas do interior. A fala de Uchoa nos leva a interpretar que houve um intercâmbio satisfatório entre capital e interior, com a apresentação de grupos artísticos interioranos na capital. Realidade que parece não ter havido de forma tão

---

<sup>96</sup> Segundo a prof<sup>ª</sup>. Mirian Carlos, em entrevista a Alexandre Barbalho (1998), foram percorridos cerca de 70 municípios.

consistente. Barbalho (1998) destaca que a ida do interior para a capital não constituiu um pêndulo frequente:

Só temos notícia de um momento em que as Jornadas Culturais funcionam como descobridoras e incentivadoras de novos valores e de sua vinda à Fortaleza. Foi o caso do grupo “genuíno” de chorões de Camucim que se apresentou no Conservatório de Música no final de 1977 (p. 152).

A despeito de uma série de contradições<sup>97</sup> e problemáticas<sup>98</sup> que rondaram a gestão de cultura e o próprio processo de construção e implementação das “Jornadas Culturais”, a gestão de Ernando Uchoa garantiu o *status* de consolidação à SECULT. O dinamismo do secretário foi reconhecido. Exemplo disso foi a escolha de Uchoa como um dos três melhores administradores estaduais do estado em 1973. Somam-se a esta conquista outras duas que evidenciam o destaque que a gestão de cultura assumiu durante o Governo de Cesar Cals: (1) 1974 foi instituído pelo Governo como o “Ano da Cultura” no Ceará; (2) o reconhecimento do MEC às “Jornadas Culturais” e a possibilidade de tornar a ação um programa oficial do Ministério a ser adotado em todo país (BARBALHO, 1998).

O retrospecto aqui traçado tomou como intuito mostrar que a busca e o fortalecimento por uma identidade cearense não foram objetivos exclusivos do Governo de Lúcio Alcântara ou da gestão da pasta estadual de cultura com Cláudia Leitão à sua frente. O debate sobre o que “constituiria” o estado, sua essência, visão e valores de sua população já fora balizada em outros momentos, aqui no caso a década de 1970. Além de ter sido durante muito tempo uma preocupação frequente do campo artístico e intelectual.

Coube destacar também que os dois momentos, apesar de interesses convergentes, trataram suas ações discursivas e práticas de forma um tanto quanto distintas. Enquanto em 1970 a tomada de um discurso com a finalidade de “levar a cultura para o interior” prevalecia com a carência de problematizações, nos anos 2000, a preocupação da SECULT era a de se

---

<sup>97</sup> Uma contradição é apontada pela historiadora Erotilde Honório que viu no processo de contratação de artistas para as “Jornadas Culturais” uma prática excludente (BARBALHO, 1998).

<sup>98</sup> Uma das problemáticas levantadas nesse texto foge ao escopo de ação da própria SECULT, mas que deve ser explicitada, visto que a gestão pública de cultura se situa entre dois polos (o campo cultural e o campo político): o visionamento do campo político em converter as práticas culturais das Jornadas Culturais em votos que garantam a hegemonia políticos dos grupos municipais. Pois, como aponta Barbalho, a “ida das jornadas aos municípios é geralmente provocada pelo prefeito que faz o convite à Secretaria. A utilização política das jornadas por parte dos poderes locais torna-se uma prática recorrente e aceita” (1998, p. 149). Cabe destacar que o cálculo feito pela classe política acerca das ações culturais com vias a conversão de capital eleitoral também esteve presente nas práticas de descentralização efetuada pela SECUL nos anos de 2003 a 2006, a este propósito irei me debruçar mais intensamente no Capítulo 4, ao tratar das sessões públicas nas Câmaras dos municípios para a construção de um órgãos na área da cultura.

fazer presente nos municípios interioranos, buscando o fortalecimento dos círculos de produção artística desses locais.

Por outro lado, ambas gestões, em dados momentos, apresentaram condutas a fim de construir um *habitus* cultural específico nas comunidades interioranas. Além disso algumas práticas culturais tiveram como intuito fortalecer uma narrativa sobre o “ceararentismo” (1971-1974) e/ou a “cearensidade” (2003-2006), seja na construção de discursos que retomam uma origem mítica da sociedade cearense, seja na consagração de determinados produtos culturais, eleitos como conjunto simbólico representativo da imagem do Ceará.

No caso da gestão de Cláudia Leitão, o eixo “Valorização das Culturas Regionais” ocupou destaque no Plano de Ação. Dentro dele, houve a elaboração e implantação do Programa “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante” que logo se tornou o carro-chefe da gestão, ganhando projeção nacional, conquistando, inclusive, prêmios. É sobre este programa que esboçarei análise no capítulo a seguir. Esta escolha, no entanto, não se deu apenas pela notoriedade adquirida pelo “Cultura em Movimento”, mas também porque foi dentro de suas ações que se apresentaram as principais preocupações da presente pesquisa: interface entre gestão pública de cultura, campo político e campo cultural e fortalecimento de uma nova marca de gestão.

## 5. OS CAMINHOS QUE LEVAM À DESCENTRALIZAÇÃO: INTERFACES DA SECULT COM OS CAMPOS POLÍTICO E CULTURAL

As ações de descentralização da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará já vinham sendo aventadas desde 2003, primeiro ano de Cláudia Leitão à frente do órgão. Naquele momento, a SECULT encontrava-se em um ritmo de passos lentos, mas foi no ano de 2005 que a secretaria lançou o programa que seria o carro-chefe da gestão, o Programa “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”.

O programa tinha como objetivo descentralizar os recursos e as ações da secretaria, fazendo com que a mesma fosse mais presente nos diversos municípios cearenses. Esta iniciativa da SECULT ganhou rapidamente destaque em âmbito nacional, o que fez com que o Programa fosse premiado na categoria Gestão Pública do Prêmio Cultura Viva, promovido pelo Ministério da Cultura. Tal feito ganhou destaque na mídia local, como é o caso da matéria veiculada pelo Jornal O Povo, “Cultura Caminhante<sup>99</sup>”, que evidenciava a vitória dentre 1.532 outros projetos concorrentes<sup>100</sup>.

No presente capítulo, me interessa esmiuçar a estruturação do “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”. Parto, nesse sentido, da compreensão de que o programa foi a ponta de lança da interiorização das ações da secretaria<sup>101</sup>. Algumas práticas do programa demandavam da pasta uma interface com o campo político (Prefeituras e Câmaras de Vereadores dos municípios), este é um dos objetivos caros a análise, pois nele enseja uma série de dinâmicas no sentido de compreender quais as expectativas e as impressões da classe política acerca das políticas culturais.

---

<sup>99</sup> Outra matéria expõe a dinâmica que cercou a implementação do Programa: “Os holofotes culturais do País estão voltados para o Ceará. Elogiado e criticado por diversos setores, o programa Valorização das Culturas Regionais em Movimento: Secult Itinerante, conquistou primeiro lugar no Prêmio Cultura Viva, do Ministério da Cultura, na categoria Gestão Pública. O programa quixotesco, que se propôs percorrer regiões administrativas do Estado pregando políticas culturais permanentes, reativa a discussão e curiosidade de realizadores que, aos poucos, entram no universo da captação de recursos. Entre as propostas, a criação de um sistema único integraria fundos federais, estaduais e municipais aos moldes do que acontece na Saúde e Educação”. Para matéria completa, ver: CULTURA em Movimento. **Jornal O Povo**, 13 de junho de 2006. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaearte/2006/06/13/noticiasjornalvidaearte,603358/culturaemmoviment o.shtml>>, acesso em 10 Jun 2016.

<sup>100</sup> CULTURA caminhante. **Jornal O Povo**. 29 de novembro de 2006. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaearte/2006/11/29/noticiasjornalvidaearte,651535/culturabrcaminhante.shtml>>, acesso em 10 Jun 2016.

<sup>101</sup> Este programa impõe pensar também o argumento de que o processo de interiorização das ações da SECULT buscou fortalecer a noção de cearensidade, imagem-marca do Governo de Lúcio Alcântara. Pois ao mesmo tempo que levou para o interior exposições que consagravam uma narrativa imagética do Ceará, ela servia de experiência para registros que, ao fim, resultou no livro “Memórias do Caminho”, de Oswald Barroso, e uma exposição “Imagine um Lugar”, a qual buscava fazer uma síntese das diferenças regionais que compunham o território cearense (geográfica e culturalmente).

Por outro lado, as práticas de interiorização desestabilizaram a tênue linha que conformava as relações entre a pasta estadual de cultura e o campo cultural concentrado na cidade de Fortaleza. Este é, portanto, outro propósito que se põe neste momento de análise. Para tanto, traço uma discussão sobre a estruturação do campo cultural no Ceará, pautado na perspectiva bourdieusiana.

Me parece importante a necessidade de um estudo que atravessasse a zona de convergência que compõe a realidade das gestões públicas de cultura. A sua constituição é pautada nos diálogos e/ou tensões com os dois campos acima mencionados (político e cultural). Ter isso em mente é buscar compreender a implementação das ações estaduais de cultura como um fenômeno processual que sofre interferência dos agentes dos campos com os quais dialoga ou para os quais produz políticas públicas.

### **5.1. Política de descentralização & o caso do “Programa Cultura em Movimento”**

No dia 08 de agosto de 2005, o Jornal Diário do Nordeste publicou uma matéria com o título “Além do Abolição”. Nela, o veículo de comunicação narra a visita da secretária Claudia Leitão e de considerável parte de sua equipe às instalações do Diário com o intuito de divulgar o Projeto “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante<sup>102</sup>”, que seria lançado oficialmente naquele dia, às 17 horas, no Palácio da Abolição. Em ocasião da visita, o texto jornalístico relata as razões que levaram Cláudia Leitão à decisão de espriar a presença da secretaria pelo Ceará, além de realizar um balanço do que foi feito nos dois anos anteriores pela gestão.

"Dentro da realidade dos recursos, resolvemos primeiro escutar as pessoas, para depois fazer nosso planejamento para os quatro anos de governo. Começamos isso com o seminário Cultura XXI. E percebemos que não havia clareza na aplicação dos recursos e que a Secult era uma secretaria de Fortaleza, não do Estado. Não tinha sequer um carro apropriado para viagem, porque jamais se pensou que o secretário precisaria ir ao interior", afirmou Cláudia<sup>103</sup>.

O “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante” nasceu no bojo das ações do “Programa Valorização das Culturas Regionais”, que tinha como intuito estabelecer mecanismos responsáveis pelo desenvolvimento das práticas culturais, com foco nas demandas e vocações das distintas regiões cearenses.

---

<sup>102</sup> O Programa "Cultura em Movimento: Secult Itinerante" demandou um montante de aproximadamente R\$ 3 milhões captados do Tesouro Estadual.

<sup>103</sup> ALÉM do Abolição. **Jornal Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 de agosto de 2005. Disponível em: <diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/alem-do-abolicao-1.52157>, acesso em 20 Nov 2017.

Suzete Nunes que, a princípio foi coordenadora do eixo de ação “Valorização das Culturas Regionais” e depois assumiu a coordenação do “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”, realiza um balanço das ações de interiorização da secretaria nos dois primeiros anos de gestão e a implementação do programa carro-chefe:

O projeto "Cultura em Movimento" chega, de certa forma, para potencializar o que a gente começou a construir em 2003, a partir desse Plano. Quando chegou o Projeto, a gente já tinha conseguido fazer uma interlocução grande com o interior do Estado, com todas as dificuldades que uma secretaria de cultura tem<sup>104</sup>.

Ainda no âmbito do “Programa Valorização das Culturas Regionais”, no qual se desenvolveu o “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”, Leitão teceu pontuações importantes acerca da realidade dos segmentos artísticos do interior e o propósito da política de interiorização:

Valorizar as culturas regionais significava conhecer e reconhecer a existência de um campo cultural fora da capital cearense; criar canais de interlocução com os municípios, fomentar as diversas vocações regionais, capacitar artistas, gestores e produtores na capital e no interior, além de definir projetos de incentivo à criação, circulação e consumo de bens e serviços culturais em todo o Ceará (LEITÃO, 2014, p. 189)

A princípio, destaco a necessidade de ressalvas teóricas ao termo “campo cultural fora da capital”. Diante de uma perspectiva aportada na teoria de Pierre Bourdieu<sup>105</sup>, vê-se a dificuldade de identificar as características necessárias para a estruturação de um campo nos grupos artísticos dos municípios interioranos<sup>106</sup>.

Por campo compreende-se um microcosmo social no qual os agentes estabelecem um conjunto de relações, tanto de apoio quanto de luta. O que está em jogo na disputa concorrencial é o monopólio da autoridade, a qual é traduzida como a disputa entre o novo, agente/instituição que força o direito de entrada no campo e do qual é esperado um conhecimento prévio dos princípios e das regras do jogo, e o detentor do monopólio que, por sua vez, fala e age de forma legítima tentando excluir a concorrência pela autoridade. O conhecimento prévio das regras do jogo pelos agentes compõe, por sua vez, a noção de *habitus* que consiste em um sistema de disposições duráveis e que operam como princípios geradores de práticas, a unidade de análise da sociologia de Pierre Bourdieu.

---

<sup>104</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação em 04 de janeiro de 2017.

<sup>105</sup> Este texto busca encampar uma perspectiva dialógica com o pensamento do sociólogo francês. As interfaces aqui analisadas revelam-se importantes por compreender que existem distinções estruturais entre as realidades sócio históricas sobre as quais se debruçou Pierre Bourdieu e o contexto que o presente texto buscar analisar. Nesse sentido, operacionalizar o pensamento bourdieusiano evitando transposições automáticas e acríticas de suas categorias teóricas possibilita um processo criativo tão caro ao pesquisador.

<sup>106</sup> Esta reflexão foi fruto das considerações da banca avaliadora, na ocasião do debate acerca do texto de qualificação da presente dissertação.

Dois elementos são caracterizadores da composição do campo: (1) a autonomia relativa, o que quer dizer que este microcosmo social é dotado de regras específicas que engendram seu funcionamento, possibilitando ao mesmo um funcionamento relativamente isolado de outros espaços da vida social; e (2) a interseção com outros campos sociais, fenômeno que possibilita entender as influências que um campo pode exercer sobre outro, além da movimentação dos agentes nos mesmos. Sobre esses dois pilares se sustentam, portanto, todo e qualquer campo (filosófico, literário, artístico, jurídico, religioso, científico, etc.), constituindo, assim,

mundos sociais idênticos, dotados de concentrações de poder e capital, monopólios, relações de força, conflitos e, ao mesmo tempo, universos de exceção, quase miraculosos, nos quais as máscaras da razão se encontram entranhadas na realidade das estruturas e das disposições (MICELI, 2003, p. 72).

No caso brasileiro, no qual se circunscreve o Ceará, pensar a gênese e a história do campo cultural é avaliar o Estado como fomentador, sobretudo, como salienta Sergio Miceli, das “atividades e gêneros artísticos às voltas com um público declinante e que passam a depender crescentemente da proteção oficial” (1984, p.99). Por outro lado, é constituinte da relação entre o campo cultural e o Estado<sup>107</sup>, a ocupação sistemática de intelectuais em cargos no serviço público.

Este tipo de relação tem o intuito, entre outros tantos, de exercer uma hegemonia intelectual e artística. Miceli, ao esmiuçar as relações da elite intelectual com o Estado no período da República Velha e na Era Vargas, apresenta os mecanismos de permanência e consagração da reprodução intelectual dessa elite.

Diante dos dilemas de toda ordem com que se debatiam por força de sua filiação ao regime autoritário que remunerava seus serviços, buscaram minimizar os favores de cooptação lhes contrapondo uma produção intelectual fundada com álibis nacionalistas [...]. Dando sequência à postura inaugurada pelos modernistas, esses intelectuais cooptados se autodefinem como porta-vozes do conjunto da sociedade, passando a empregar como crivos de avaliação suas obras os indicadores capazes de atestar a voltagem de seus laços com as primícias da nacionalidade (2001, p. 216).

Trazendo a realidade histórica e as teorizações para uma ótica mais próxima, lançam-se as seguintes perguntas: Como pensar a composição de um campo cultural no Ceará? Podemos pensar na estruturação de um campo cultural cearense? Quais suas características?

---

<sup>107</sup> Como apresentado na Introdução da presente produção, ocupar as estruturas estatais possibilita a certos atores agir e/ou falar em nome do Estado, tais discursos e ações são dotados de um caráter “oficial” e “universal”. Isso se efetiva uma vez que o Estado exerce uma dominação física e simbólica sobre os demais campos da vida social, essa dominação se dá graças ao acúmulo de capitais (econômico, cultural, simbólico, etc), o que produz um metacapital (BOURDIEU, 2014).

Por aí lança-se um número variado de perguntas que acabam por tentar esgotar as nuances das relações dos segmentos artísticos no estado.

Buscando, portanto, sistematizar características deste campo, penso que, ao falar de um campo cultural cearense, deve-se levar em consideração a sua estruturação como um “campo social diminuto”<sup>108</sup>, ou seja, um espaço relativamente pequeno aonde circulam um número reduzido de agentes, por isso, a repetição das mesmas figuras nas disputas travadas em busca da hegemonia.

Esta conformação toma *lócus* na capital do estado e já fora sinalizada por Rachel Gadelha Weyne (2014) que, ao buscar compreender as regularidades que configuram o campo da produção cultural no Ceará, privilegiou metodologicamente produtores culturais atuantes na cidade de Fortaleza. Pois, como reflete a autora:

Alguns desses entrevistados são provenientes de distintos municípios do interior do Ceará; no entanto, afirmam que **para atuar profissionalmente na área da cultura, tiveram que migrar para Fortaleza. Apesar de já terem desenvolvido atividades culturais em suas cidades, sentiram em determinado momento, o campo limitar, com poucas possibilidades de subsistência e formação restritas**, fazendo com que apesar de eventualmente continuarem a manter laços e iniciativas pontuais em seus municípios, passassem a atuar na capital. (WEYNE, 2017, p. 100-101, grifos meus)

Esta compreensão de um campo cultural diminuto e localizado na capital cearense também esteve presente no entendimento de Cláudia Leitão acerca da realidade dos artistas nos municípios do interior. A fala da secretária acerca dos eventos estruturantes, promovidos pela SECULT e concomitantes à política de “descentralização”, evidencia a preocupação de fortalecimento e estruturação de um campo artístico nas regiões interioranas, ainda incipiente: “Como é que nós não temos um projeto de circulação? Um calendário, uma agenda... essa era a ideia, **estruturar um campo. Por isso o nome dos festivais era "estruturante"**”<sup>109</sup>.

A preocupação em estruturar um campo artístico ainda pode ser atestada na fala de Suzete Nunes, ao narrar as vivências como membro da Secretaria de Cultura na época da gestão aqui estudada:

[...] Era, digamos assim, "dar o pulo do gato" na perspectiva de que se é uma Secretaria do Estado, é uma política estadual. Ela tem que chegar no Ceará, tem que se perseguir para que se chegue nos 184 municípios. [...] Então era isso, né? Dar capilaridade à política. Fazer com que a SECULT chegue a um território e a gente consiga, ali, **fomentar um campo**<sup>110</sup>.

<sup>108</sup> O termo foi citado pelo Professor Alexandre Barbalho, em momento de qualificação deste texto, em julho de 2017, para tratar do campo cultural cearense e sua concentração e abrangência. Por acreditar que a expressão explícita de forma satisfatória a condição do campo cultural cearense, toma-se posse do mesmo para assim lançar as bases acerca de suas conformações.

<sup>109</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação em 21 de novembro de 2017.

<sup>110</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação em 04 de janeiro de 2017.

A decisão de descentralizar as ações da secretaria colocava em xeque uma série de conformações no que tange as relações do órgão com o campo cultural concentrado na capital. Esse momento de instabilidade é evidenciado por Cláudia Leitão:

Quando definimos a criação do Sistema Estadual e metade dos recursos ficariam para o interior foi um escândalo. “Quem queria dinheiro para o interior?”. Diziam: “Não, no interior não tem projeto. Não sabe fazer projeto”. Então tudo vai ficar nas mãos dos que sabem? É um grupo que sabe, então domina os recursos? E nós decidimos que não, mais uma vez não. Como é que nós iríamos fazer inclusão? Então consegui essa legislação com o apoio de partidos, na Assembleia, tudo isso exigia negociação política, eu fui para a linha de frente negociar, nunca fui discriminada<sup>111</sup>.

Exemplo emblemático desse processo de embate do campo cultural fortalezense e as ações de irradiação da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará foi noticiado pelo Jornal O Povo na matéria “Plano Sem Sequência<sup>112</sup>”. O veículo de comunicação dizia que o setor do audiovisual tinha saído do foco da SECULT, no ano de 2003, visto o número de poucas produções graças às mudanças na política estadual de capacitação que levou para o interior uma série de cursos, os quais ficavam sob a alçada do Instituto Dragão do Mar. De acordo com os depoimentos dos cineastas, o tom de fala era uníssono: a importância de democratizar as ações da secretaria por todo o Estado era unânime. No entanto, o deslocamento das ações para o interior ameaçava a possibilidade de reanimar as produções audiovisuais da capital. Seria preciso, portanto, fortalecer a política de capacitação que, segundo os artistas, havia sido comprometida no polo fortalezense.

A própria dimensão de visibilidade midiática adquirida pelo campo cultural de Fortaleza nos jornais de maior veiculação do estado<sup>113</sup>, Jornal O Povo e Diário do Nordeste, indiciam uma capacidade de organização e capital social maior do que os demais segmentos artísticos localizados em outras partes do estado, fenômeno que fortalece a ideia proposta aqui de um campo artístico concentrado na capital. Esta capacidade de organização dos artistas e a interlocução com os meios de comunicação possibilitaram ao grupo um maior poder frente as ações da SECULT. Foi, portanto, na dinâmica relacional através da mídia que os artistas de

---

<sup>111</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação em 21 de novembro de 2017.

<sup>112</sup> PLANO sem sequência. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 16 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaearte/2003/11/16/noticiasjornalvidaearte,314479/planosemsequencia.Shtml>>, acesso em 05 Jun 2016.

<sup>113</sup> De acordo com os dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), em junho de 2009, o Diário do Nordeste contava com uma média de 40.344 exemplares vendidos por dia, já o Jornal O Povo contava com a venda de 25.015 por dia. Os dois veículos configuravam-se como os dois grandes jornais do estado e juntos representavam 20% dos exemplares que circulavam no mercado do Nordeste. Disponível em: <<https://dialogospoliticos.wordpress.com/2009/09/26/diario-e-o-povo-estao-entre-os-jornais-de-maior-tiragem-da-regiao-ne/>>, acesso em 03 Dez 2017.

Fortaleza pautaram suas insatisfações acerca das políticas culturais implementadas pela pasta estadual de cultura.

À Secretaria, coube responder aos humores do campo também na arena midiática, por meio de artigos e entrevistas. É, portanto, fundamental ao âmbito político, aqui no caso a gestão estadual de cultura, lidar com as interferências que o mundo midiático exerce sobre o jogo de relações, como aponta Pierre Bourdieu:

o espaço político contemporâneo engloba coisas que não estamos acostumados a levar em conta numa descrição das esferas políticas: a saber, os institutos de sondagem, a televisão, os programas políticos de televisão, etc., que são elementos [agora maiores] do espaço político real (2014, p. 462)

Ao mesmo tempo, a própria concentração de recursos e permanência histórica das ações da SECULT em Fortaleza possibilitaram o adensamento desse grupo na região metropolitana. Mesmo em momentos, como a gestão de Ernando Uchoa, vista anteriormente, na qual houve a busca pela interiorização de determinadas práticas da pasta estadual, os grupos da capital foram beneficiados através dos contratos firmados com a secretaria que os levavam para os municípios do interior do estado sob o pretexto de “popularizar a cultura”. Essa conformação histórica da relação entre SECULT e campo cultural sofreu um curco-circuito com a decisão de interiorizar as políticas e os recursos da pasta estadual de cultura. Logo, a dinâmica de conflito entre a secretaria e os artistas de Fortaleza foi algo frequente.

Exemplo disso foi a crítica realizada pelo diretor e produtor de audiovisual, Francis Vale, que, em depoimento ao Diário do Nordeste, em matéria intitulada “Sentidos da Cultura<sup>114</sup>”, acusava a gestão da SECULT de “aparelhamento” da pasta.

Esse processo de interiorização, como princípio, eu acho uma boa, ótimo. Agora, do jeito que ele está sendo feito é algo bastante equivocado. Primeiro, o projeto não parte de uma demanda efetiva dos lugares. Ele é imposto de cima para baixo e por pessoas que nem sequer conhecem a cultura brasileira. O que existe, atualmente, é um “negocismo” dentro da Secretaria da Cultura. As pessoas de lá querem fazer negócios e trazer seus amigos para promovê-los. O “Curta Canoa”, por exemplo, por não fazer parte dos negócios da Secult, não recebeu nenhuma contribuição, mesmo sendo no interior do Ceará. A lei de incentivos está a serviço dos negócios feitos pelas pessoas da Secult, tanto que nosso projeto do Festival Latino-Americano foi recusado pela Secretaria de Cultura.

A mesma matéria trazia também um depoimento do ex-secretário de Cultura do Estado, Paulo Linhares, que destacava a política de “interiorização” como a grande marca de

---

<sup>114</sup> SENTIDOS da Cultura. Fortaleza, 25 de maio de 2005. **Jornal Diário do Nordeste**. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/os-sentidos-da-cultura-1.241155>> acesso em 17 Nov 2017

Cláudia Leitão à frente da secretaria. No entanto, o ex-gestor criticava a forma como a pasta estadual de cultura estava conduzindo o processo.

Todo lugar possui cultura. Então, essa história de levar cultura ao interior eu acho complicada. Agora, produzir cultura nos setores das pequenas e das médias cidades, eu acho um idéia ótima. É uma boa contribuição da Cláudia. Acho muito interessante ela ter se preocupado com a cultura fora da metrópole<sup>115</sup>.

A secretária rebateu as críticas feitas acerca de uma posição paternalista atribuída à pasta estadual de cultura em sua gestão e o suposto desejo de levar “cultura para o interior”.

Houve um discurso colocado na época nos jornais que repetia uma frase que era absurda, que "eu estaria levando a cultura para o interior". E eu dizia: "eu não estou levando, a cultura está lá! Eu estou indo em busca de compreender, conhecer para reconhecer os campos de cultura do Estado. Agora a Secretaria eu estou levando! As políticas, os programas, nós vamos lá melhorar, ampliar, aperfeiçoar, trabalhar, dar institucionalidade, estimular, fomentar, tem vários verbos aí<sup>116</sup>.

A afirmativa de Cláudia Leitão pode ser evidenciada em documentos da SECULT, que ao contrário do que afirmara Linhares, o órgão não apresentava uma proposta de levar a cultura para o interior. Isto pode ser visto no excerto do Plano Estadual de Cultura, **Eixo 3 – Ceará Integração**, a seguir:

Não se pode buscar integração entre regiões se não se compreender que todas elas, independentemente de terem alcançado bons índices de educação formal, são protagonistas de suas próprias culturas. É neste sentido que não se pode falar de “interiorização da cultura” como se pode falar de interiorização da indústria, do turismo da ciência e tecnologia etc. (PLANO, 2013, p. 11)

Foi, portanto, em meio a estas dinâmicas de ordem interna e externa à gestão da secretaria que o projeto “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante” foi concebido e teve duração de um ano. Nesse interim, a pasta se deslocou pelo território cearense com o objetivo de mapear o patrimônio material e imaterial, cadastrar artistas e profissionais de cultura; prestar assessoria às prefeituras no que contemplava a estruturação dos sistemas municipais de cultura; fortalecer os sistemas estaduais de biblioteca, museus, teatros, arquivos, centro culturais e bandas de música; capacitar artistas, gestores e produtores culturais e fomentar um programa com espetáculos e exposições para as populações dos municípios.

Para que as etapas propostas fossem cumpridas o “Cultura em Movimento: Secult Itinerante” foi estruturado em torno de quatro eixos: o **eixo 1**, intitulado **Relações Institucionais**, era responsável pela viabilização das sessões públicas com as câmaras

---

<sup>115</sup> SENTIDOS da Cultura. Fortaleza, 25 de maio de 2005. **Jornal Diário do Nordeste**. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/os-sentidos-da-cultura-1.241155>> acesso em 17 Nov 2017.

<sup>116</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação em 21 de novembro de 2017.

municipais, das visitas técnicas aos equipamentos culturais e da oferta de palestras com membros da SECULT; o **eixo 2, Mapeamento e Cadastramento Cultural**, buscou promover pesquisas de identificação e registro do patrimônio material e imaterial e o cadastramento de profissionais, grupos e equipamentos culturais; **eixo 3, Capacitação**, responsável pela articulação de cursos e oficinas nas áreas de “Gestão Cultural”, “Educação Patrimonial”, além de diversas linguagens artísticas; e, por fim, **eixo 4**, sob o título de **Promoção e Difusão Cultural**, cujo objetivo era estruturar a programações artístico-culturais.

### ***5.1.1. EIXO 1 - Relações Institucionais: interfaces com o campo cultural e político***

O primeiro eixo foi estabelecido com o intuito de respeitar o compromisso firmado pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará com o Ministério da Cultura brasileiro no que tange a aderência ao Sistema Nacional de Cultura<sup>117</sup>. As “Relações Institucionais” objetivavam desenvolver uma série de ações de articulação entre os municípios, o Ceará e a União. A bandeira da consolidação de uma política de Estado para a cultura, proposta pelo MinC neste momento, tomou fôlego a partir da ideia do constructo de um “Federalismo Cultural”.

A gestão dos ministros Gilberto Gil (2003 - 2007) e Juca Ferreira (2007 - 2010) no MinC foram marcadas por um processo de intensa construção de mecanismos, políticas, programas e ações que visavam estabelecer um pacto federalista na seara cultural. Exemplo disso foram as iniciativas que resultaram nas Conferências Nacionais, no Plano Nacional de Cultura e no Sistema Nacional de Cultura (BARBALHO; BARROS; CALABRE, 2013).

O pacto federalista da cultura possui como norte, no que tange as responsabilidades dos entes federados brasileiros (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) sobre a implementação das políticas culturais, o caráter cooperativista, ou seja, a partilha das responsabilidades de forma solidária. Além dos quatro entes federados é preciso encaixar na fórmula a presença da sociedade. Nessa perspectiva, elucida-se a importância de um sistema de políticas culturais por dois motivos: (1) garante a diversidade de práticas constituintes da realidade de toda e qualquer federação; e (2) impõe a necessidade dos poderes públicos em darem respostas concretas às políticas para o setor (CUNHA FILHO & RIBEIRO, 2013).

A cartilha do Sistema Nacional de Cultura (2011) apresenta a construção do sistema da cultura tomando como base o sucesso alcançado por outros sistemas, como o Sistema Único

---

<sup>117</sup> Cabe destacar que o Ceará foi o primeiro estado do Brasil a conseguir com que seus municípios aderissem ao documento do Ministério da Cultura que protocolava as intenções dos estados e municípios na participação do estabelecimento do Sistema Nacional de Cultura.

de Saúde (SUS). A este propósito, é preciso estabelecer ressalvas, pois, como salienta Humberto Cunha Filho (2010), o Sistema da Cultura não deveria seguir os “cânones” dos sistemas consolidados no Brasil, como o da educação e da saúde. Pois o Sistema de Saúde

pela unidade do objeto de que trata, bem como pelo justificado poder de império estatal sobre os comportamentos individuais e coletivos relacionados à saúde, pode ter um formato jurídico **estático**; algo muito diferente se passa com a cultura, que nessa palavra embute muitos e diferente objetos, bem como se submete à regência do Estado essencialmente pelo signo da liberdade, fatores que demandam a construção de um sistema que possa, sem prejuízo da estabilidade e segurança necessárias, constantemente fazer sopesamentos e, por isso, designado de **dinâmico** (p. 14, grifo do autor).

Diante de tal perspectiva, o SNC buscou ser estruturado dentro de uma dinâmica **mista**. O caráter **estático** do sistema se dá pela presença de uma legislação (PEC e/ou leis), considerado pelo Estado, como os “pilares da constituição do sistema” (SNC, 2011, p. 43), e o núcleo **dinâmico** compreende a pactuação entre instâncias criadas para fins de negociação. Um exemplo dado pelo Documento que explicita a estruturação do SNC ao caráter dinâmico é a possibilidade de “permitir que no processo sejam consideradas as especificidades da administração pública de cada ente da federação e as características da diversidade da área cultural, possibilitando, dessa forma, maior flexibilidade na implementação do Sistema [...]” (p. 43).

A arquitetura do Sistema Nacional de Cultura possui uma série de elementos constitutivos que devem ser instituídos pelos entes federados<sup>118</sup>:

- **Órgãos Gestores dos Sistemas de Cultura:** compostos pelo Ministério da Cultura (gestor e coordenador do Sistema Nacional de Cultura) e Secretarias estaduais, distrital e municipais (gestores e coordenadores para os sistemas estaduais, distritais e municipais, respectivamente);
- **Conselhos de Política Cultural:** instâncias compostas por colegiados permanentes, de caráter consultivo e deliberativo, tendo obrigatoriamente sua formação de 50% de representantes da sociedade civil, eleitos democraticamente. Os conselhos têm como intuito principal atuar na formulação de estratégias e no controle da execução das políticas culturais;
- **Conferências de Cultura:** espaços de ação e participação social, nos quais ocorre a interface relacional entre Estado e sociedade civil com o intuito de

---

<sup>118</sup> A estruturação exposta neste texto tomou como aporte a cartilha desenvolvida pelo Ministério da Cultura intitulada “Estruturação, Institucionalização e Implementação do SNC” (2001). Ver referência ao fim da produção.

analisar o conjunto de políticas públicas de cultura que estruturam os Planos de Cultura;

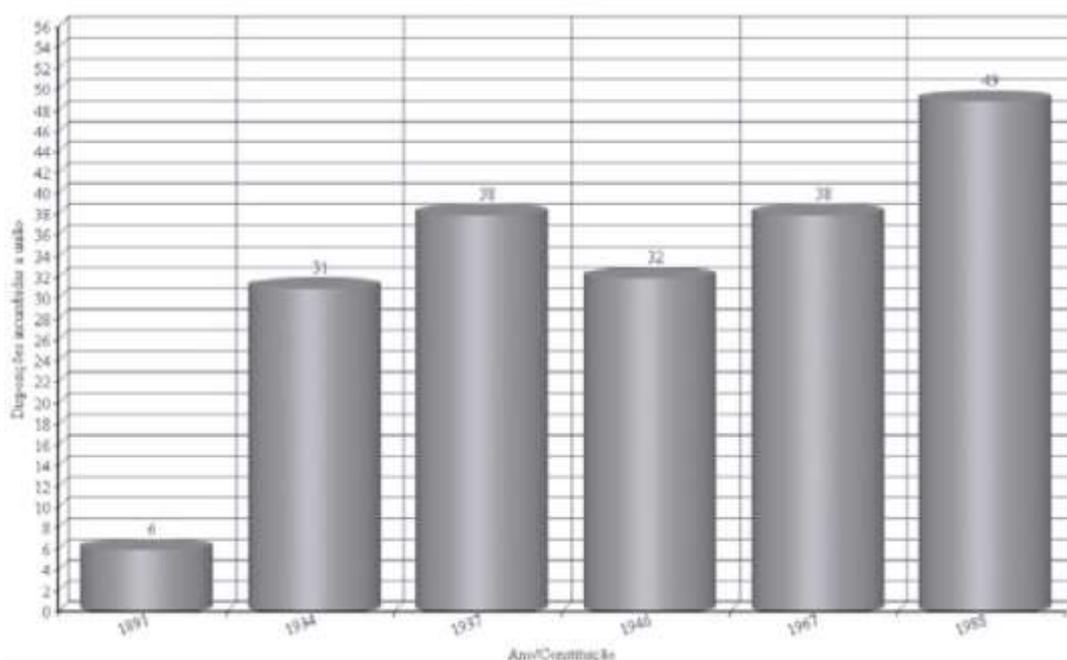
- **Planos de Cultura:** Realizados nas Conferências de Cultura, os Planos objetivam, a partir das diretrizes definidas, traçar planejamentos e implementar as políticas culturais com caráter de longo prazo e garantir a promoção e preservação da diversidade cultural brasileira.
- **Sistemas de Financiamento à Cultura:** compostos pelo conjunto de mecanismos de financiamento público de cultura, os Sistemas de Financiamento contam com os recursos dos fundos de cultura que são destinados a programas, projetos e ações culturais a serem implementados;
- **Sistemas Setoriais de Cultura:** os sistemas setoriais têm como intuito responder à complexidade da área cultural, por isso, a necessidade de criar instâncias de gestão para áreas, como museus, bibliotecas, patrimônio, etc. Os segmentos setoriais devem fazer parte do SNC como subsistemas que devem estar interligados à arquitetura federativa, na medida em que os sistemas estaduais, distrital e municipal forem sendo instituídos;
- **Comissões Intergestores (tripartite e bipartite):** são instâncias de negociação para a implementação do Sistema Nacional de Cultura. Funcionam também como estruturas que prestam assistência técnica ao Conselho Nacional de Política Cultural e os conselhos estaduais, distrital e municipal. A instância tripartite é organizada em âmbito nacional, já a instância bipartite é organizada no âmbito de cada estado;
- **Sistemas de Informações e Indicadores Culturais:** o sistema tem como intuito estruturar um banco de dados no qual as informações coletadas pelos municípios, estado e a federação possam gerar informações e estatísticas acerca da realidade cultural do Brasil;
- **Programa Nacional de Formação na Área da Cultura:** o programa visa fomentar a qualificação de pessoal, como força estratégica para a consolidação do Sistema Nacional de Cultura. Nesse sentido, o programa visa qualificar gestores públicos, do setor privado e membros do setor cultural ligados à implementação do SNC.

O Federalismo da Cultura respeita, portanto, o desenho do federalismo cooperativista estabelecido na Constituição Federal de 1988. Cunha Filho e Ribeiro (2013), nessa perspectiva,

refletem acerca da adaptação do conceito de federalismo, oriundo do campo político, para as ações do campo cultural, enfatizando como elemento fundante do pacto federalista a relativa autonomia dos agentes.

Nessa perspectiva, os autores refletem como os processos históricos que instituem nossa realidade social apresentam dificuldades de efetivação dessa relativa autonomia, em face de uma instância federal bastante centralizadora. A seguir, um gráfico apontando a evolução das competências federativas da União, a partir do conteúdo das Constituições republicanas brasileiras (1881, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988):

Gráfico 1 – Evolução da concentração de competências federativas da União



Fonte: CUNHA FILHO; RIBEIRO, 2013, p. 33.

Por sua vez, é na própria Constituição que se colocam os condicionantes para um federalismo com entes autonomizados. De um lado, a Carta Magna, em seu art. 1<sup>a</sup>, inciso V, apresenta o fundamento do pluralismo político da República, ou seja, a sociedade construída na base de um sistema democrático; do outro, encontra-se os art. 215 e 216 que consagram a diversidade como base para a livre expressão dos direitos culturais (CUNHA FILHO & RIBEIRO, 2013). Tais concepções constitucionais foram reafirmadas pelas Metas do Plano Nacional de Cultura, a partir de uma compreensão “ampliada” que visa, sobretudo, a promoção e fortalecimento da “diversidade das expressões culturais em todo o território nacional” (PNC, 2012, p. 10). Esta dimensão pode ser encontrada na proposta do Sistema Nacional de Cultura que, organizado de forma colaborativa, propõe uma gestão descentralizada e conjunta do

sistema de políticas culturais, com vistas a alcançar ações estatais de caráter democrático e permanente.

O desafio de uma política cultural permanente, alcançando, portanto, o *status* de política de Estado, em contraponto à ideia de uma política de governo, é um dos grandes gargalos que atravessa toda a dinâmica social que articula as relações entre o campo cultural, sociedade, Estado e demais instâncias que, de alguma maneira, se interseccionam com o mundo da cultura.

A perenidade de um conjunto de políticas não é especificada na Constituição, ficando a decisão a cargo dos legisladores (CUNHA FILHO, 2010). Um dos grandes endossos no sentido de garantir a consolidação de um sistema de políticas culturais permanente encontra aporte no dispositivo constitucional, seção II, que trata da Cultura, mais propriamente no art. 215 que garante a todos o “pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional” (CF 1988).

Por outro lado, o debate acerca dos direitos sociais se concretiza também em uma esfera que foge à interpretação própria do mundo jurídico, resvalando e enfrentando obstáculos no discurso comum do mundo social. É relevante destacar a dificuldade de entender a cultura como um direito fundamental em um País onde o nível de desigualdade e miséria são agudos. Esse mesmo discurso emperra a consolidação de uma série de órgãos estatais que, tendo como atividade primeira, o fomento cultural, acabam passando por uma condição de existência cíclica, entre criações e dissoluções<sup>119</sup>.

Retomando o Programa “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”, no eixo “Relações Institucionais”, foram traçadas estratégias com o objetivo de viabilizar condições propícias para a estruturação dos Sistemas Municipais de Cultura. No que contempla a interlocução com o campo político, a equipe da secretaria já antevia os desafios impostos. Em entrevista para o Jornal Diário do Nordeste, Suzete Nunes, coordenadora do Programa “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”, já adiantava esse anseio: “Certamente não vai ser fácil, mas vamos chegar a cada Câmara e mostrar a importância da criação de um Conselho Municipal de Cultura e Turismo e de um Fundo Municipal de Cultura<sup>120</sup>”.

---

<sup>119</sup> Um exemplo dessa realidade é o Ministério da Cultura brasileiro que, no período de 30 anos de existência já passou pelo processo de dissolução duas vezes.

<sup>120</sup> ALÉM do Abolição. **Jornal Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 de agosto de 2005. Disponível em: <diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/alem-do-abolicao-1.52157>, acesso em 20 Nov 2017.

Em entrevista, Nunes destaca que a criação de Fóruns de Cultura e Turismo cumpriram um papel fundamental na aproximação da SECULT com as instâncias políticas e de cultura dos interiores:

[...] a gente tinha dentro das ações estratégicas desse programa a criação de Fóruns de Cultura e Turismo, então essa foi a primeira estratégia que a gente estabeleceu. Esses fóruns tinham o objetivo principal que era tentar aproximar duas áreas que são estratégicas pro desenvolvimento e que são importantes e têm interface, mas que não se conversam. E, ao mesmo tempo, você tinha ali possibilidade, a partir do ambiente do fórum de criar interlocução com a sociedade, com os atores nas regiões e ali pensar, propor e articular a política. E foi assim que a gente fez.<sup>121</sup>

A princípio<sup>122</sup>, a secretaria criou 11 Fóruns de Cultura e Turismo<sup>123</sup> em todas as macrorregiões, com a finalidade de fortalecer pactos entre os municípios de uma mesma região, tendo como ênfase uma dinâmica pautada no “turismo cultural” e seus impactos no desenvolvimento local e regional.

Tais iniciativas objetivavam também estabelecer uma aproximação entre a pasta do Turismo e da Cultura. O intuito do encontro entre estes órgãos, segundo os anseios da SECULT, era promover o fortalecimento dos discursos acerca do “desenvolvimento” e da “cultura” (LEITÃO, 2014). Em entrevista ao Jornal O Povo, intitulada “Cultura e Sustentabilidade<sup>124</sup>”, a secretária Cláudia Leitão evidenciava a preocupação em interiorizar não apenas as políticas culturais, como também as ações da pasta do Turismo. Na concepção de Leitão, era preciso que a gestão rompesse com a visão dominante de um “turismo de litoral”, era preciso “caminhar e desbravar o Ceará, descobrir o semiárido, o Rio Jaguaribe...”. Essa sinergia entre as duas pastas, no entanto, nunca ocorreu de forma efetiva:

Nunca houve uma política de cultura e turismo nesse estado, é uma pena, porque os secretários de turismo não estão nem aí, em princípio, a isso [...]. É uma crítica que eu faço e não tenho medo de fazê-la. Porque essa crítica se dá no plano municipal, no plano estadual, no plano federal. Ora, quando você vende um pacote turístico, você está vendendo o quê? Um destino. E o que é um destino? É uma praia, é uma serra, é um sertão. Mas o que é que tem lá dentro? Lá dentro tem uma história. Ali tem pessoas. O que conta não é o *hardware*, é o *software*. É quem está ali. Então, você já

---

<sup>121</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação em 04 de janeiro de 2017

<sup>122</sup> No segundo ano de gestão, este número já havia subido para 15. A lista de municípios que haviam criado tais fóruns eram os seguintes: Acarape, Araripe, Bela Cruz, Caridade, Crato, Guaiuba, Icó, Guarimiranga, Palmácia, Paracuru, Piquet Carneiro, Quixeramobim, Russas, Tejuçuoca e Viçosa.

<sup>123</sup> Dentro da dinâmica participativa que dava tônica as práticas políticas da época, os fóruns itinerantes eram coordenados por um comitê gestor formado por uma diretoria com representantes da sociedade civil e representantes do poder público (SECULT, SETUR, SEDUC, etc.), outras instituições ligadas ao desenvolvimento (BNB, SEBRAE, SENAC, etc.) e grupos (artistas, produtores, artesãos, etc.) (LEITÃO, 2014).

<sup>124</sup> CULTURA e Sustentabilidade. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 04 de novembro de 2004. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaearte/2004/11/04/noticiasjornalvidaearte,415875/culturaebrsustentabilidade.shtml>>, acesso em 05 Jun 2016.

viu alguma campanha do Ceará dizendo assim: “Venha conhecer os Mestres da Cultura do Ceará”? Eu acho que não, eu nunca ouvi falar.<sup>125</sup>

A tentativa de emplacar um “turismo cultural” por parte da secretaria antecipava os desafios de garantir a atenção do campo político a um discurso pautado apenas nos valores da “cultura”. Baseada nas vivências tidas ao viajar pelos municípios do Ceará, Cláudia Leitão afirma: “Observei [...] que os discursos sobre a cultura não sensibilizavam os prefeitos, mas quando falávamos sobre a construção de produtos e destinos turísticos a partir da cultura, éramos compreendidos e acolhidos pelos poderes executivos municipais” (LEITÃO, 2014, p. 123).

Percebe-se, portanto, que, diferentemente do fomento turístico, as ações culturais não eram tidas pelo campo político como um vetor de interesse seja de desenvolvimento local, seja de ganhos políticos. Todavia, uma vez encontrada a forma de se aproximar das Câmaras de vereadores e Prefeituras dos municípios, a secretária conseguiu relativa abertura para apresentar o projeto de criação dos Sistemas Municipais de Cultura. Lúcio Alcântara fez um balanço da recepção dos agentes políticos e as percepções destes acerca das propostas de ação cultural esboçadas pela SECULT:

Olha, o que acontece é o seguinte: na hora em que você leva uma mensagem que tem consistência, o político, por mais que não tenha muita cultura, ele tem sensibilidade, tanto que ele se candidata, se elege, etc. Então na hora que ele percebe que isso tem ressonância e que inclusive o custo é pequeno, relativamente pequeno. Eles aderiram e participavam<sup>126</sup>.

Primeiro, gostaria de destacar a fala de Lúcio Alcântara acerca da figura do político. Para ele, os políticos, como indivíduos sensíveis, estariam dispostos a escutar e trabalhar pelas “boas ideias”. Essa visão proposta à esfera política coaduna fortemente com a construção do “político profissional” apresentada por Max Weber, visto que ao político moderno caberia “tomar partido, lutar, apaixonar-se” (1993, p. 79). Em outro momento da mesma entrevista, o ex-governador contradiz-se ao narrar sua experiência à frente do núcleo de produção editorial do Senado Federal. A fala de Alcântara sinaliza o desinteresse do mundo político pelo investimento em práticas culturais, visto o ausente ou reduzido retorno de votos:

Lá no Senado mesmo, eu era uma espécie de E.T. nesse aspecto, porque ninguém ligava pra esse negócio de cultura. Só o Artur da Távola que foi meu contemporâneo, que era realmente uma pessoa muito ligada à cultura, muito culto também, né? O resto não estava nem aí. [Diziam]: - “Rapaz, isso não dá voto, não! Deixa isso pra lá”<sup>127</sup>.

---

<sup>125</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação em 21 de novembro de 2017.

<sup>126</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação em 27 de junho de 2017.

<sup>127</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação em 27 de junho de 2017.

Neste contexto, justifica-se que o apoio do campo político às iniciativas da SECULT foi possível, pois foi vislumbrada a oportunidade de capitalizar certo destaque na cooperação com as ações propostas pela secretaria. O que poderia ser um entrave, visto a possibilidade de desinteresse dos políticos na implementação de uma política cultural que demandava uma série de esforços dos municípios, mostrou-se um caminho de entrada para a empreitada proposta naquele momento pela gestão da pasta estadual de cultura.

O interesse dos políticos na implementação das ações culturais pode ter seu cerne, entre outros motivos, na possibilidade de capitalizar de forma eleitoral a partir dessas práticas, garantindo a si o sucesso das políticas e convertendo estes ganhos em hegemonia de votos. O intuito de tratar as políticas de descentralização como um legado foi utilizado, em dados momentos, pelos aliados do então governador, com fins de atingir exclusividade. E daí, indica Alcântara, emergiam os conflitos dentro do campo político.

Às vezes, havia conflitos! Porque os deputados ou as lideranças que me apoiavam, às vezes, queriam a exclusividade. Um caso que eu me lembro muito bem, foi o caso de Tauá que tinha aquele festival, eu acho que o nome era Festival do Circo. Tauá e Crateús e aí as lideranças lá ficaram bravas comigo. A prefeita era a até mulher do Domingos Filho. Era uma pessoa muito boa, atuante, então claro que ela teve um espaço lá, participou e ajudou. Os outros também, mas queriam muitas vezes exclusividade. Queriam que a gente suprimisse participação de outros atores que não estavam vinculados. Essa coisa da política, né? Da micropolítica e tal.<sup>128</sup>

Percebe-se, portanto, que as lideranças políticas dos municípios compreendiam que a efetivação das ações culturais e dos eventos estruturantes poderiam trazer destaque às suas figuras, por isso os tensionamentos de muitos políticos aliados do então Governador Lúcio Alcântara em demandar exclusividade nas aparições públicas dos eventos estruturantes e, assim, garantir a invisibilidade dos oponentes políticos. Nas disputas em favor do monopólio das ações, foi identificada pelo campo político a possibilidade de conversão das políticas culturais em capital para garantir votos.

Nas sessões junto das Câmaras Municipais, eram apresentadas aos vereadores, prefeitos e população as diretrizes do “Federalismo Cultural”, proposto pelo Ministério da Cultura do Brasil. A partir disso, se evidenciava a necessidade da construção de bases municipais para a concretização de um sistema para a seara cultural. Na ocasião, era dada ao Prefeito do município, ao Presidente da Câmara e aos responsáveis pelo setor da cultura uma cartilha intitulada “Construindo o Federalismo Cultural: Um guia para o gestor municipal de cultura”. Elaborado pelo Professor Humberto Cunha Filho, o material se propunha a funcionar

---

<sup>128</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação em 27 de junho de 2017.

como uma espécie de bússola norteadora para os gestores e produtores culturais que ansiavam entender melhor sobre o pacto federalista da cultura e as suas imbricações com o desenvolvimento das políticas.

Suzete Nunes relata que, no contexto das visitas às Câmaras Municipais, o discurso de criar integrações entre municípios de uma mesma região fora um dos objetivos da Secretaria de Cultura. Todavia, essa interação entre as localidades encontrou empecilho na visão política que muitos atores possuíam, pautada na dimensão de benefício político próprio à gestão de seu município ou até mesmo de seu mandato.

[...] era muito natural nos fóruns as pessoas chegarem com seus projetos de baixo do braço. A gente fazia um discurso, toda a nossa narrativa era: "é importante integrar, é importante a intersetorialidade, é vocês pensarem um calendário comum, vocês pensarem ações articuladas, fazerem consórcio nos municípios para isso, para aquilo. [...] política pública não se faz só com o poder público, é um binômio...". Tinha todo esse discurso, mas isso levava tempo para ser introjetado, porque aí nos municípios o secretário ou a secretária [dizia]: "Fulano, como a gente faz pra levar o nosso projeto?". Então, tinha esse trabalho, era quase uma catequese, por um lado, e, por outro lado, era um exercício também de fazer com que a cultura fosse visível para esses mesmos atores, que a cultura não era só aquela festa do município, a cereja do bolo<sup>129</sup>.

O compromisso tomado pela gestão estadual de cultura de percorrer o Ceará com o intuito de garantir a adesão dos municípios ao SNC mostrou-se exitoso. A secretária Cláudia Leitão e parte da equipe visitaram todos os 184 municípios do Ceará. Até 2006, uma série de compromissos estabelecidos pelos órgãos políticos dos municípios junto da SECULT resultou na criação de estruturas importantes para o fortalecimento do Sistema.

Nessa perspectiva, destaca-se que o Ceará foi o estado do Nordeste a garantir maior êxito na implementação de Conselhos Municipais de Cultura. Dos 184 municípios, um total de 43 conseguiu estabelecer seus conselhos, sendo, nessa perspectiva, o estado do Nordeste com maior número de municípios com conselhos estruturados. Segue abaixo a tabela com os dados sobre o número de municípios com conselhos de cada estado da região Nordeste:

---

<sup>129</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação em 04 de janeiro de 2017

Tabela 2 – Tabela com total de municípios e total de municípios com Conselho Municipal de Cultura.

<b>NORDESTE (ESTADOS)</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>MUNICÍPIOS COM CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA</b>
Maranhão	217	6
Piauí	223	1
Ceará	184	43
Rio Grande do Norte	167	6
Paraíba	223	12
Pernambuco	185	15
Alagoas	102	5
Sergipe	75	8
Bahia	417	27
<b>TOTAL</b>	<b>1.793</b>	<b>123</b>

Fonte: IBGE, 2007.

Um dos pontos da estruturação do SMC é a criação de órgãos específicos para a cultura. No caso do Ceará, a existência de secretarias exclusivas para a área da cultura colocava o estado em segundo lugar, junto de Alagoas, com 10 secretarias cada um. Na dianteira, encontrava-se o Maranhão com um total de 18 pastas criadas, como podemos ver na tabela abaixo:

Tabela 3 – Total de municípios e total de municípios com Conselho Municipal de Cultura.

<b>NORDESTE (ESTADOS)</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>MUNICÍPIOS COM SECRETARIA EXCLUSIVA</b>
Maranhão	217	18
Piauí	223	4
Ceará	184	10
Rio Grande do Norte	167	6
Paraíba	223	3
Pernambuco	185	3
Alagoas	102	10
Sergipe	75	5
Bahia	417	8
<b>TOTAL</b>	<b>1.793</b>	<b>67</b>

Fonte: IBGE, 2007.

A seguir, a tabela detalhada com todas as estruturas ligadas à área da cultura, sejam elas exclusivas ou não. À época, o Ceará contava com estruturas em todos os municípios do estado.

Tabela 4 – Municípios, total e com estrutura na área de cultura, por caracterização do órgão gestor, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com estrutura na área da cultura, por caracterização do órgão gestor						Não possui estrutura específica
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado à chefia do executivo	Fundação pública	
<b>Nordeste</b>	<b>1 793</b>	<b>1 775</b>	<b>67</b>	<b>1 500</b>	<b>149</b>	<b>24</b>	<b>35</b>	<b>17</b>
Maranhão	217	215	18	138	51	3	5	1
Piauí	223	223	4	204	10	3	2	-
Ceará	184	184	10	152	12	1	9	-
Rio Grande do Norte	167	164	6	147	3	-	8	3
Paraíba	223	222	3	214	3	-	2	1
Pernambuco	185	183	3	158	11	8	3	2
Alagoas	102	101	10	80	8	2	1	1
Sergipe	75	74	5	64	2	1	2	1
Bahia	417	409	8	343	49	6	3	8

Fonte: IBGE, 2007.

A SECULT realizou visitas técnicas aos municípios, com vistas ao fortalecimento da articulação entre bibliotecas, teatros, museus, arquivos públicos, centros culturais e bandas de músicas. A busca pela consolidação dos sistemas estaduais de equipamentos culturais operacionalizava-se através do cadastramento dos equipamentos, da identificação de condições de funcionamento, serviços e acervos; e da articulação de parceria entre os equipamentos de referência no estado (Biblioteca Pública Menezes Pimentel, o Theatro José de Alencar, o Arquivo Público e o Núcleo de Música da SECULT) com os demais no interior do Ceará.

Ao fim da gestão, a mobilização em torno das visitas técnicas atendeu 182 bibliotecas, 135 arquivos, 76 museus, 53 teatros, além da realização e 9 Encontros Regionais de Regentes de Banda de Música (SECULT, 2006). Além disso, o órgão lançou o Catálogo dos Equipamentos Culturais do Ceará que buscou apresentar os equipamentos culturais (teatros, museus, bibliotecas, centros culturais, etc.) de todas as regiões do estado. O levantamento foi fruto das informações coletadas nas visitas técnicas aos Sistemas Estaduais de Equipamentos e do Cadastro Municipal (LEITÃO, 2014).

Ainda foi intuito do eixo “Relações Institucionais” prestar assessoria aos segmentos culturais locais (artistas, gestores, dirigentes de equipamentos e instituições governamentais e não-governamentais, entre tantos outros). Ao chegar às localidades interioranas, os desafios que se colocavam eram vários, como aponta Cláudia Leitão: “Havia municípios em que as pessoas não sabiam nem que existia Secretaria [de Cultura], você imagina que a nossa tarefa era imensa, primeiro em se dar conhecer”<sup>130</sup>. Além disso, tornou-se cada vez mais evidente que a incipiência das atividades culturais no interior não se dava somente pela ausência de atuação da pasta estadual, mas pela defasagem de conhecimento dos agentes sobre a realidade de captação de recursos, através de leis de incentivo e política de editais.

A política de editais foi criada sob a justificativa de reconfigurar e distribuir a riqueza, na medida em que promove a descentralização do patrocínio cultural (SALGADO; PEDRA; CALDAS, 2010), atingindo assim um número maior de projetos no mercado cultural que de outra forma teriam maior dificuldade de captar recursos. O mecanismo foi criado como contraponto às leis de incentivo fiscal, a exemplo da Lei Rouanet que, cabe destacar, no ano de 2003 predominava como modelo de financiamento à cultura.

No entanto, a política de editais padece de uma evidente fragilidade no que tange democratizar os recursos do fomento público para a cultura. Muitas vezes, o edital torna-se um instrumento burocrático de acesso ao financiamento que, ao invés de facilitar, impõe um abismo pelo excesso de tecnicismo da sua linguagem. Esta realidade se expressava de modo considerável para os segmentos artísticos nos interiores.

Foi, portanto, diante de um panorama de desconhecimento por parte dos agentes, tanto da existência de uma Secretaria de Cultura, quanto de como balizar os mecanismos legais de fomento cultural, que a SECULT promoveu reuniões com os segmentos culturais do interior. Os 38 encontros realizados tinham como intuito fazer com que houvesse uma ampliação da participação de projetos culturais advindos dessas cidades na concorrência por editais. Além dos encontros, a secretaria viu a necessidade de promover cursos de capacitação que tocassem em temas pertinentes a elaboração dos Sistemas Municipais de Cultura e do papel estratégico da política cultural no desenvolvimento regional e local<sup>131</sup>.

A política de editais que teve seu momento de forte expansão no início dos anos 2000, foi tomada pela SECULT como uma de suas “marcas”. Cláudia Leitão defendeu as “políticas de editais” como um marco inaugural promovido pela sua gestão:

---

<sup>130</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação em 21 de novembro de 2017.

<sup>131</sup> Os cursos aqui referidos são o “Cursos de Gestão Cultural” que será abordado mais à frente no tópico “Capacitação”.

Nós que inauguramos a cultura dos editais. Os editais continuam aí, eles não são a salvação da lavoura. Mas até os editais começam a ser desacreditados porque eles são lançados e não são pagos. O que é um problema. As pastas precisam avançar em outras possibilidades de financiar a cultura, e não somente em leis de incentivo ou editais.<sup>132</sup>

O tom celebratório acerca das políticas de editais foi um dos baluartes da gestão da SECULT com Cláudia Leitão à sua frente. No entanto, a realidade nem sempre fora um céu de brigadeiro para a secretária, o atraso no repasse dos valores dos editais aos artistas foi pauta frequente das reivindicações do campo em sua gestão. Em matéria, intitulada “Atraso dos Editais<sup>133</sup>”, o veículo de comunicação O Povo narra uma realidade em que a ausência de ações concretas desanimava o campo cultural. As frustrações da categoria artística se somavam ao receio de que o atraso da publicação dos editais comprometesse o cronograma de atividades. A justificativa dada pela pasta estadual de cultura, naquele momento, era de que os editais passavam pelo processo de apreciação da comissão da SECULT.

Uma resposta com maiores detalhes acerca do “drama” que cercava a “novela dos editais” também veio através da mídia local. Foi em uma entrevista concedida ao mesmo jornal, sob o título de “Cultura e Sustentabilidade<sup>134</sup>”, que Leitão buscou justificar o atraso dos pagamentos.

*OP* - A senhora costuma dizer que os editais (de apoio à cultura) vieram para acabar com a política de balcão. Mas eles emperram...

*Cláudia* – Terrível, parece incoerência, eu falo tanto nos editais e na hora H o dinheiro não sai. Essa é outra questão que envolve uma relação burocrática, eu não tenho absoluto controle. Ele começa na Secult, mas vai pra Sefaz. Na hora que chega lá, eu não tenho mais controle. [...] Há uma burocracia, que também protege a sociedade, o erário, mas é lenta. Meu sonho era que esse (FEC da Cultura) estivesse todo nas mãos da Secult. Não estou aqui responsabilizando meu colega, que respeito e admiro, somos governo.

O campo cultural concentrado em Fortaleza, nessa perspectiva, pautou seu descontentamento na arena midiática através de uma série de depoimentos acerca do atraso do repasse de verba dos editais<sup>135</sup>. Tal situação que cercava a realidade da política cultural de editais endossou a zona de tensão que havia entre estes atores e a SECULT, desde a decisão de descentralizar as políticas culturais, visto que um dos argumentos dos artistas e intelectuais

---

<sup>132</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação em 21 de novembro de 2017.

<sup>133</sup> O ATRASO dos editais. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 03 de março de 2004. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaearte/2004/03/03/noticiasjornalvidaearte,344133/oatrasobrdoseditais.shtml>>, acesso em 10 Jun 2016.

<sup>134</sup> CULTURA e sustentabilidade. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 04 de novembro de 2004. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaearte/2004/11/04/noticiasjornalvidaearte,415875/culturaebrsustentabilidade.Shtml>>, acesso em 05 Jun 2016.

<sup>135</sup> Jornal O Povo “O Bicho papão do cinema cearense”, 07 de outubro de 2004; “O tamanho das dívidas”, 07 de outubro de 2004, etc.

atuantes na capital era de que, com a prática de interiorização, havia ocorrido um esvaziamento das ações da secretaria na cidade de Fortaleza. Um dos argumentos é que a “cota de editais para o interior” estaria capitaneando grande parte da atenção da SECULT<sup>136</sup>.

A prática de descentralização e interiorização proposta pela SECULT causou abalos nas bases que sustentavam a relação do órgão com o campo cultural da capital. Essa nova dinâmica ia de encontro a uma condição histórica de concentração dos recursos na cidade de Fortaleza, visto a predominância de projetos de gestões com enfoque na grande cidade. O contexto dos editais foi uma experiência emblemática para perceber como o descontentamento com a nova remodelação das políticas culturais, que se pretendia implementar, mexeu com a estabilidade das relações entre a pasta e o campo. Impossibilitados de criticar a “política de interiorização”, haja vista o seu aspecto democratizante com o qual grande parte do campo cultural concordava e endossava, o campo cultural lançou mão de críticas sobre o atraso do repasse de verbas e, muitas vezes, acusações de que o órgão estaria agindo de forma a privilegiar alguns grupos<sup>137</sup>.

A disponibilidade de verba nas pastas de cultura de todos os níveis é um dos maiores gargalos enfrentados pela gestão pública de cultura. No sentido de estruturar um sistema com organicidade, inclusive no sentido orçamentário, uma das proposições para a estruturação dos Sistemas da Cultura (federal, estadual e municipal) era a criação de sistemas de financiamento para a cultura, por meio dos quais ocorreriam repasses “fundo a fundo”.

No processo de criação dos Sistemas Municipais de Financiamento à Cultura, o Ceará tomou a dianteira na região Nordeste, como o estado com mais municípios com sistemas estruturados. Apesar do número ainda tímido diante dos 184 municípios, a diferença em relação aos demais estados da região indicia um esforço dos gestores em criar as estruturas necessárias para a existência do Sistema da Cultura. Quando se avalia a realidade nacional, o estado ocupava, em 2006, a quinta posição. Abaixo, segue a tabela com o comparativo dos estados da região Nordeste e seus números sobre os Sistemas de Financiamento Municipal da Cultura:

---

<sup>136</sup> CULTURA em movimento. **Jornal O Povo**. 13 de junho de 2006. Disponível em: < <http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaearte/2006/06/13/noticiasjornalvidaearte,603358/culturaemmovimento.shtml> > , acesso em 10 Jun 2006.

<sup>137</sup> Um exemplo deste tipo de fala pode ser evidenciado no artigo “Gravurices” publicado no Jornal O Povo, no dia 10 e janeiro de 2005, assinado pelo crítico de arte Floriano Martins

Tabela 5 - Municípios, total e com existência do Fundo Municipal de Cultura, por característica do Fundo – Região Nordeste.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com existência do Fundo Municipal de Cultura						
		Total	Características					Outros
			A administração é feita por					
	Fundo exclusivo da cultura	Colegiado com participação da sociedade civil	Colegiado sem participação da sociedade civil	Secretário ou técnico de outra área	Secretário ou técnico da área			
<b>Nordeste</b>	<b>1 793</b>	<b>49</b>	<b>41</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>11</b>	<b>7</b>
Maranhão	217	2	2	-	-	-	1	1
Piauí	223	4	4	-	-	1	3	-
Ceará	184	19	13	5	-	7	4	3
Rio Grande do Norte	167	2	2	-	-	1	-	1
Paraíba	223	6	4	5	-	1	-	-
Pernambuco	185	3	3	2	-	-	1	-
Alagoas	102	1	1	-	-	1	-	-
Sergipe	75	4	4	2	-	1	-	1
Bahia	417	8	8	2	1	2	2	1

Fonte: IBGE, 2007.

### 5.1.2. EIXO 2 - Mapeamento e Cadastramento Cultural

O segundo eixo do Programa “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante” consistia na identificação e registro do patrimônio material e imaterial e o cadastramento de profissionais, grupos e equipamentos culturais. Uma iniciativa que contou com a parceria da Universidade Estadual do Ceará (UECE), do SEBRAE e da UNICEF, o mapeamento de todas as regiões pautou-se nas seguintes atividades: cadastramento de profissionais/atividades culturais e registro dos bens materiais e imateriais.

O banco de dados da cultura buscava levantar informações<sup>138</sup> sobre profissionais, empresas, entidades/grupos/equipamentos culturais. A sistematização desse cadastro se deu dentro de nove áreas de atuação: Artes Cênicas, Artes Gráficas, Artes Visuais, Artesanato, Audiovisual, Gastronomia, Gestão e Produção Cultural (LEITÃO, 2014). Cristina do Vale, produtora do Programa Cultura em Movimento, elucida a importância da figura do articulador para o êxito na execução do Programa nas cidades visitadas.

Entre todos os agentes envolvidos, o articulador foi fundamental nessa costura entre as prefeituras e a produção, gozando de prestígio e bom relacionamento em suas

<sup>138</sup> Cabe destacar que o cadastro dos profissionais também pôde ser feito pela Internet, via e-mail.

idades de origens, atuava como um facilitador nas negociações, orientando a equipe de produção a respeito das parcerias, apoios, espaços e programação que mais se adequassem aos objetivos do projeto (LEITÃO, 2014, p. 195)

O “articulador cultural” era um profissional que, vinculado à SECULT, promovia a interlocução entre o órgão e a sociedade de uma determinada região do interior do Ceará, na qual ele/ela estava inserido/a.

O resultado desta ação, ao fim, foi de aproximadamente dez mil itens imateriais identificados, como “folgedos, ofícios, festas, rituais, culinária, costumes, dentre outras manifestações” (LEITÃO, 2014, p. 202) e de 2 mil bens materiais identificados e registrados. Abaixo, uma tabela com os principais produtos lançados pela secretaria, frutos do processo de mapeamento do patrimônio material e imaterial:

Tabela 6 – Produtos resultantes do mapeamento e cadastramento de bens culturais.

Produto	Definição
Livro Memória do Caminho	O produto literário apresentava cadernos de viagens e imagens do Ceará, frutos da expedição liderada por Oswald Barroso em mais de 120 localidades. A obra venceu a estatueta “Galo de Bronze”, na 3ª Mostra Latino Americana de Design e Artes Gráficas em 2007. <b>Saldo do Projeto:</b> 120 municípios, 87 distritos, 39 localidades visitados. 458 entrevistas realizadas. 159 horas de gravação. 8 mil registros fotográficos
1001 Histórias do Ceará	Concebido pela Coordenadoria de Políticas do Livro, o projeto de mapeamento coletou 70 histórias (contos populares, lendas e fábulas). Foram visitados 60 municípios.
Guia Turístico-Cultural do Ceará	O objetivo da publicação era o fortalecimento do turismo, tendo a “cultura” como elemento estratégico desse desenvolvimento. O guia apresenta atrativos turísticos dos municípios cearenses a partir de suas vocações culturais. O material gráfico recebeu menção honrosa na 3ª Latino Americana de Design e Artes Gráficas
Totem de Informações turístico-culturais	Equipamento instalado no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em dezembro de 2006, com o intuito de prestar informações a turistas e visitantes sobre o Ceará. O totem continha o Guia Turísticos-cultural do Ceará em sua integralidade e alguns outros dados sobre os destinos cearenses.
Guia dos Bens Tombados	O Guia foi realizado a partir do mapeamento seguido de tombamentos dos patrimônios edificados cearenses.
Exposição Imagine um Lugar	Sob a curadoria de Dodora Guimarães, a exposição ficou lotada no Centro Dragão do Mar, no período de 30 de novembro de 2006 a 20 de fevereiro de 2007, a exposição foi um produto final do Projeto SECULT Itinerante e apresentava imagens adquiridas no roteiro das viagens aos municípios.

Sistema de Informações Culturais (SINF)	Principal produto do Eixo 2 – Mapeamento e Cadastramento Cultura, o SINF reunia um sistema informatizado sobre os profissionais, empresas, entidades, grupos, equipamentos e outros dados dos municípios cearenses.
---	---

Fonte: CEARÁ. SECULT (2006).

No entanto, sinaliza-se que o projeto de mapeamento, com o fim da gestão, não obteve continuidade. Uma pesquisa rápida no site de buscas Google sobre o SINF nos apresenta o link inativo da página aonde as informações ficavam localizadas, porém sem quaisquer dados sobre o mapeamento<sup>139</sup>.

No ano de 2015, a ideia de um mapeamento<sup>140</sup> que reunia informações sobre a produção cultural do Ceará voltou ao foco da gestão pública estadual. O coordenador do mapeamento, Leandro Guimarães, salientou em fala para o Jornal O Povo a experiência tida entre os anos de 2003 e 2006 como um dos esforços de concatenar informações do setor cultural.

Segundo Leandro Guimarães, coordenador do Mapeamento, outras iniciativas semelhantes já foram realizadas, no entanto, nunca se chegou a todos os municípios cearenses. “Agora, estamos tentando fazer uma reavaliação do que funcionou e do que precisa ser melhorado. **A própria Cláudia Leitão** (coordenadora da equipe de consultores do projeto) **já fez uma caravana da cultura, mas as informações não estão atualizadas**”, aponta, acrescentando que as visitas aos municípios começam no fim deste mês.

O Mapeamento também vai destacar os impactos econômicos desses elementos culturais em cada localidade. “**A distribuição de recursos é muito cartesiana, sem discutir a vocação de cada município**. Com esse trabalho, a ideia também é fazer um conjunto de soluções. Nós vamos apresentar alguns programas de pesquisa, para localizar cada manifestação, e de inscrição em editais”, acrescenta<sup>141</sup>.

Como vê-se, não apenas o mapeamento iniciado na gestão de Leitão é rememorado, como também a própria gestora faz parte do projeto proposto no segundo momento<sup>142</sup>. Além disso, parece ser uma preocupação da gestão, no momento de 2015, reviver uma preocupação acerca da valorização de cada região com um estudo acerca das suas vocações culturais.

<sup>139</sup> A página foi acessada no dia 05 de dezembro de 2017. Ao acessar o endereço, o navegador apresentou a seguinte mensagem: A URL “Solicitada não está disponível!”. Para checar, acesse: <[http://sinf.secult.ce.gov.br/SINF\\_WEB/index.asp](http://sinf.secult.ce.gov.br/SINF_WEB/index.asp)>.

<sup>140</sup> O Mapa Cultural do Ceará é uma plataforma *on-line* disponível no link a seguir: <<http://mapa.cultura.ce.gov.br/>>, acesso em 04 Dez 2017.

<sup>141</sup> O MAPA da Cultura Cearense. **Jornal O Povo**. 13 de maio e 2015. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/vidaearte/2015/05/13/noticiasjornalvidaearte,3436805/o-mapa-da-cultura-cearense.shtml>>, acesso em 04 Dez 2017.

<sup>142</sup> Para saber mais informações sobre o Mapa Cultura do Ceará, acesse: <<http://mapa.cultura.ce.gov.br/>>, acesso em 05 Dez 2017.

### 5.1.3. EIXO 3 – Capacitação

Em parceria com o Núcleo de Capacitação do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, a SECULT, através dos facilitadores regionais, buscava analisar as vocações culturais de cada região e localidade a ser visitada. Edlisa Peixoto, coordenadora de Capacitação do Programa Cultura em Movimento, frisa o aspecto democrático da ação: “Considero como mérito desta ação do projeto o fato de que não é a gestão quem decide de que formação a comunidade necessita e sim o município que a demanda” (PEIXOTO, 2007, p 3).

As formações eram fornecidas em formatos variados (oficinas, palestras, cursos e encontros). O eixo de “Capacitação” foi assim dividido em dois segmentos: (1) Programa específico, desenvolvido de acordo com a vocação cultural da região e/ou localidade, estabelecendo relações com as linguagens artísticas (dança, música, teatro, etc.); e (2) Programa padrão para todas as macrorregiões, no qual constava dois cursos – “Curso de Gestão Cultural” e “Curso de Educação Patrimonial.

O “Curso de Gestão Cultural” é indicativo de um novo contexto, qual seja a expansão das atribuições do MinC e a criação de novas políticas públicas. Nessa perspectiva, a dinâmica de captação de recursos demandou, cada vez mais, dos artistas e produtores um conhecimento formal acerca do funcionamento dos mecanismos legais de fomento às práticas culturais.

Esse momento foi propício também para a inserção de outros atores dentro do campo cultural, como destaca Weyne (2014). Houve, portanto, a emergência de um grupo de agentes com experiência posterior à implementação das políticas culturais da gestão petista em nível federal. Eles aparecem no campo já inseridos no panorama de uma nova dinâmica, onde as dimensões da cultura são pautadas na diversidade cultural do País e fazem esforços permanentes para conseguir lugar no mercado de trabalho.

Simultaneamente, os “produtores/gestores<sup>143</sup>” convivem e disputam recursos com outros agentes do campo cultural, os “produtores/artistas<sup>144</sup>” e os “produtores/empreendedores<sup>145</sup>”. O que se destaca, em meio a esta dinâmica de classificação de uma heterogeneidade dos agentes que compõem o campo da produção cultural, é que a

---

<sup>143</sup> Nomenclatura que Weyne utiliza para designar este grupo de produtores culturais que emergem pós-Era Lula.

<sup>144</sup> Categoria que abarca profissionais da cultura que iniciaram suas atividades, em grande parte, nas décadas de 1960 e 1970, momento no qual o mercado artístico no Ceará ainda não havia se consolidado, logo, era imperativo a este grupo estabelecer relações de cooperação e patrocínios para a produção de suas realizações artísticas.

<sup>145</sup> Esta categoria é composta por artistas que ingressaram nas atividades nas décadas de 1980 e 1990 e, como sinaliza Weyne, “iniciaram suas atividades como autônomos, participando ativamente de um campo em formação, aprendendo na prática e estimulando outros a se profissionalizarem” (2013, p. 103-104)

sensação de instabilidade e entraves na captação de recursos é presente para todos. Por isso, a necessidade de que o Estado começasse a empreender momentos de formação para inserir estes artistas e produtores na lógica da captação de recursos. No caso do “Curso de Gestão Cultural”, proposto pela SECULT, dentro do modelo de ação de “Capacitação”, Edlisa Peixoto elucida o retrato de fragilidade pelo qual passavam os segmentos artísticos e culturais que existiam no interior.

[...] repensamos e reestruturamos o módulo introdutório. Esse esforço advinha da nossa total perplexidade ante a fragilidade de conhecimentos conceituais ou estratégicos com relação ao fazer cultural, detectados em sala de aula. A maior parte dos participantes sequer conseguia conceituar cultura. O que percebíamos eram chavões da ordem do senso comum e muitas dúvidas a respeito do que poderia ser considerado cultura ou não (PEIXOTO, 2007, p. 5).

A fala, além de elucidativa da situação frágil dos estratos culturais dos municípios cearenses, traz dados relevantes acerca do interesse do Estado em impor simbolicamente um significado para a cultura. A definição dos artistas parecia fugir do vocábulo estatal no que tangia a definição de cultura, ao fugir disso e, possivelmente, pela situação de baixa escolaridade formal que muitos artistas ainda possuíam, suas falas foram enquadradas como “chavões da ordem do senso comum”.

O esforço na construção dos Sistemas Municipais de Cultura também foi foco das ações de capacitação, a equipe buscou realizar momentos nos quais foram abordadas questões tocantes ao processo de criação de planos, leis e estratégias que dessem organicidade à política cultural dos municípios. Mais uma vez, a defasagem de formação dos gestores e artistas dos segmentos do interior foi apontada como empecilho na estruturação dos Planos Municipais, por isso houve a oferta de um curso para os dirigentes municipais e articuladores regionais.

Cabe salientar que nem todos os municípios eram aptos a participar das oficinas, existiam uma série de critérios para a participação, o município precisava ter assinado o Protocolo de Intenções do Sistema Nacional de Cultura, possuir uma secretaria ou fundação de cultura, ter realizado a Conferência Municipal, ter criado o Conselho Municipal de Cultura e possuir dotação orçamentária para a cultura.

Tomando a realidade dos segmentos artísticos interioranos e o desafio de implementação dos Planos Municipais de Cultura, a SECULT<sup>146</sup> propôs uma formação

---

<sup>146</sup> A narrativa aqui exposta tomou como aporte necessário o relatório de experiência e dados elaborados por Edlisa Peixoto. Para ter acesso ao documento na íntegra, ler: PEIXOTO, Edlisa B. **Formação para gestores de cultura** – uma experiência compartilhada. III Encontro de Estudos Interdisciplinares em Cultura (ENECULT), Salvador/BA, 2007.

consultiva para os gestores dos municípios, com a finalidade de criar mecanismos e ferramentas de gestão para a elaboração dos PMCs.

Com o apoio do SEBRAE<sup>147</sup> e da Associação de Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE<sup>148</sup>, a “Oficina de Processos de Elaboração de Planos Municipais de Cultura” e era estruturada entre aulas técnicas e orientações práticas. A formação aconteceu entre agosto e outubro do ano de 2006, sendo abertas três turmas com 30 vagas<sup>149</sup> cada (PEIXOTO, 2007). A seguir, a tabela com a discriminação dos municípios que elaboraram seus planos municipais de cultura a partir dos cursos de elaboração, em suas respectivas turmas. O saldo final das três oficinas foi a realização de 50 Planos Municipais.

Tabela 7 – Municípios que realizaram seus Planos Municipais de Cultura a partir das oficinais.

Turma I	Turma II	Turma III
Acopiara	Baturité	Aracati
Antonina do Norte	Boa Viagem	Camocim
Assaré	Capistrano	Hidrolândia
Aurora	Dep. Irapuan Pinheiro	Horizonte
Brejo Santo	General Sampaio	Icapuí
Campos Sales	Guaramiranga	Iracema
Caririçu	Itaitinga	Irauçuba
Catarina	Itapagé	Jaguaruana
Crato	Maranguape	Massapê
Crateús	Mombaça	Pacajus
Icó	Mulungu	Paracuru
Jardim	Pacatuba	São João de Jaguaribe
Jati	Pacoti	Sobral
Juazeiro do Norte	Palmácia	Umirim
Nova Olinda	Pentecoste	Viçosa do Ceará
Várzea Alegre	Quixeramobim	
	Redenção	
	Senador Pompeu	
	Tejuçuoca	

Fonte: LEITÃO, 2014

Ao final de 2006, o Ceará ocupava o primeiro lugar dentre os estados da região Nordeste com Plano Municipais e/ou Intermunicipais de Cultura, em implantação ou execução. Dos 184 municípios, 71 estavam em processo de implementação, o que equivale a 38,6% dos municípios do estado. O segundo e terceiro lugar, na região Nordeste, foram Bahia, com 40 planos, e Pernambuco, com 25 planos, respectivamente. Dos 1.793 municípios localizados nos

<sup>147</sup> O SEBRAE contribuiu com o apoio técnico e logístico da formação.

<sup>148</sup> A APRECE ajudou no que contempla a mobilização das prefeituras para garantir a participação dos municípios.

<sup>149</sup> A distribuição dessas vagas se deu da seguinte forma: 18 vagas para articuladores regionais e convidados da SECULT e 72 vagas para os dirigentes municipais de cultura.

estados do Nordeste, um total de 191 tiveram seus planos elaborados até o fim de 2006. Deste montante, o Ceará sozinho equivalia à maior porcentagem de um estado, 37,1% do total.

Em âmbito nacional, o Ceará ocupava, no mesmo período, a terceira posição. Ficando atrás apenas de Minas Gerais, com 117 planos implantados, e de São Paulo, com 90 municípios. Abaixo, segue a tabela com os dados comparativos da região Nordeste, no ano de 2006:

Tabela 8 - Municípios, total e com Plano Municipal ou Intermunicipal de Cultura, por fase e forma de elaboração do plano, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – Região Nordeste.

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MUNICÍPIOS				
	TOTAL	COM PLANO MUNICIPAL OU INTERMUNICIPAL DE CULTURA, POR FASE E FORMA DE ELABORAÇÃO			
		TOTAL	FASE		ELABORADO COM PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
			EM IMPLANTAÇÃO	EM EXECUÇÃO	
Nordeste					
Maranhã	217	15	8	7	10
Piauí	223	6	4	2	5
Ceará	184	71	56	15	68
Rio Grande do Norte	167	10	8	2	10
Paraíba	223	11	9	2	9
Pernambuco	185	25	15	10	20
Alagoas	102	10	5	5	8
Sergipe	75	3	-	3	2
Bahia	417	40	22	18	27
<b>TOTAL</b>	<b>1793</b>	<b>191</b>	<b>127</b>	<b>64</b>	<b>59</b>

Fonte: IBGE, 2007.

A seguir, a tabela com os indicativos dos três estados com maior número de municípios com Planos Municipais e/ou Intermunicipais de Cultura no País, no ano de 2006:

Tabela 9 – Três municípios com maior número de Plano Municipal ou Intermunicipal de Cultura.

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MUNICÍPIOS				
	TOTAL	COM PLANO MUNICIPAL OU INTERMUNICIPAL DE CULTURA, POR FASE E FORMA DE ELABORAÇÃO			
		TOTAL	FASE		ELABORADO COM PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
			EM IMPLANTAÇÃO	EM EXECUÇÃO	
Minas Gerais	853	117	79	38	103
São Paulo	645	90	69	21	75
Ceará	184	71	56	15	68

Fonte: IBGE, 2007.

Destacam-se ainda no rol de elaboração de cursos e oficinas: (1) o **Curso de Educação Patrimonial**, oferecido nas dez regiões percorridas, objetivou capacitar agentes com o intuito de que os mesmos se tornassem educadores patrimoniais<sup>150</sup>; (2) **Oficinas de Patrimônio**, ofertadas a partir do registro dos bens encontrados ao longo do percurso<sup>151</sup>; (3) **Desenho de Observação e Oficina de Fotografia**, focado na promoção do debate acerca da importância da preservação da memória, aliado ao aprendizado do uso do desenho e da fotografia<sup>152</sup>; (4) **Cadernos de Memória**, momento no qual os alunos produziram relatos acerca dos bens imateriais de suas localidades; (5) **Linguagens Artísticas** eram cursos e oficinas de capacitação ofertados, de acordo com a vocação cultural da localidade – muitas vezes os cursos foram integrados aos Eventos Culturais promovidos pela SECULT, com o intuito qualificar os profissionais do campo cultural nas mais diversas searas artísticas (teatro, dança música, audiovisual, artesanato, literatura, artes visuais, etc.); e (6) **Oficinas Integradas aos Sistemas Estaduais de Equipamentos Culturais**, ofertadas de forma integrada às visitas técnicas, as oficinas foram ofertadas para gestores e técnicos dos equipamentos culturais dos municípios (LEITÃO, 2014).

Abaixo a tabela com os resultados quantitativos de capacitação por região:

<sup>150</sup> O curso teve carga-horária de 40h/a. Na ocasião eram repassados os conceitos fundamentais acerca da educação patrimonial, tanto de bens material, como imateriais.

<sup>151</sup> Foram três oficinas no total, ministradas pelo desenhista Wagner Brito, pela fotógrafa Sheila Oliveira e pela antropóloga Cristina Soares. Os encontros tomavam espaço em cidades “estratégicas”, o que quer dizer a escolha do município era feito a partir do potencial da localidade do ponto de vista do patrimônio material e imaterial.

<sup>152</sup> Ao fim das oficinas, os registros e práticas dos alunos resultavam em exposições para a comunidade.

Tabela 10 – Tabela com os municípios beneficiados, a quantidade de cursos e beneficiados.

Região	Municípios	Cursos	Beneficiados
Cariri	10	15	252
Centro Sul	07	08	181
Fortaleza	01	28	545
Ibiapaba	06	09	180
Inhamuns	08	08	174
Litoral Leste	08	13	166
Litoral Oeste	12	14	325
Maciço de Baturité	10	15	250
Metropolitana	08	12	314
Sertão Central	09	14	232
Vale do Jaguaribe	10	13	235
<b>TOTAL</b>	<b>89</b>	<b>149</b>	<b>2.954</b>

Fonte: CEARÁ. SECULT (2006).

#### **5.1.4. EIXO 4 - Promoção e Difusão Cultural**

O eixo “Promoção e Difusão Cultural” objetivou induzir uma formação de plateia para artistas locais de todas as linguagens artísticas (teatro, dança, música, literatura, artes visuais, audiovisual, além da cultura tradicional popular). Tal fenômeno aconteceria a partir da ampliação de possibilidades de consumo cultural pela população cearense.

O intuito deste eixo evidencia a vontade do Estado na indução da construção de um *habitus* cultural na população, visto o interesse em aproximar os sujeitos que vivem à margem do consumo cultural de práticas artísticas variadas legitimadas pelo Estado. Ao mesmo tempo, demonstra uma certa preocupação da secretaria em promover uma estruturação do campo artístico nos municípios do interior e em bairros de Fortaleza, localizados na periferia da produção cultural hegemônica do estado.

A visibilidade artística das localidades tomou palco no **Circo Cultura em Movimento**, carro-chefe entre os instrumentos de difusão cultural do Programa “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”. O circo viajou cerca de 38 cidades do Ceará e 25 bairros de Fortaleza, permanecendo nas cidades e bairros por um período de 3 dias e abrindo espaço para atrações culturais locais<sup>153</sup>, como também de artistas e grupos convidados pela pasta estadual de cultura (SECULT, 2006).

<sup>153</sup> Os artistas interessados em participar do Circo Cultura em Movimento precisavam realizar sua inscrição e participar de uma seleção feita pela SECULT.

Na impossibilidade de o Circo visitar todos municípios do estado, o **Ônibus Cultura em Movimento**, originalmente idealizado para funcionar como “escritório itinerante” para cadastro de profissionais da cultura, funcionou também como agitador da programação do órgão nas cidades em que o Circo não visitou. Ao final, o veículo visitou 182 municípios, 3 bairros de Fortaleza, e cadastrou cerca de 20 mil profissionais (SECULT, 2006).

O caso do Circo é um exemplo emblemático para pensarmos as críticas realizadas ao caráter itinerante das práticas de descentralização da SECULT. Na perspectiva de alguns agentes, a itinerância não garantia uma prática de manifestação e fruição artística duradoura às localidades pelas quais passava. Tal crítica buscava desconstruir, portanto, a noção encampada pela gestão de que o fomento de um *habitus* da prática e do consumo cultural nos espaços ocupados garantiria perenidade. Tais apontamentos foram textualizados pelo Jocélio Leal, em sua coluna no jornal O Povo, acerca da presença do Programa “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante” que, em março de 2006, chegava à capital do Ceará. Nessa perspectiva, o colunista questionava: “Importante que as atividades consigam ir além do caráter próprio dos formatos itinerantes. Quando o circo for embora o que vai ficar nos bairros?”<sup>154</sup>.

Figura 2 – Circo e Ônibus do Projeto “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”



Fonte: Vídeo Institucional “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”.

A SECULT também levou **Exposições de Artes Visuais** para os municípios do interior e para os bairros da periferia de Fortaleza. O projeto circulou em 25 cidades e apresentou três exposições: “Pedras que Cantam”, exposição realizada em conjunto por 25

---

<sup>154</sup> AVENIDA paulista na Dom Manuel. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 20 de março de 2006. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/colunas/verticals/a/2006/03/20/noticiasverticalsa,577616/avenidapaulistanadomm anuel.shtml>>, acesso em 10 Jun 2016.

fotógrafos cearenses<sup>155</sup>; “Trajetórias”, exposição das xilogravuras do artista cearense Aldemir Martins e do polonês, radicado no Ceará, Maciej Babinski<sup>156</sup>; e “Ceará, Terra da Luz”, exposição que contou com 50 imagens de fotógrafos cearenses contemporâneos<sup>157</sup>. Além destas três exposições, mais três montagens foram expostas apenas na região do Cariri: “Mar infinito”, exposição montada em Juazeiro do Norte com os registros fotográficos de Gentil Barreira e as xilogravuras de Francisco de Almeida; “95 anos do Theatro José de Alencar”, montada no Crato, a exposição contou com fotografias e objetos que narravam a memória do Theatro; e “Infinito Cariri”, instalada em Juazeiro do Norte, a exposição realizou a mostra de 21 artistas da região cearense (SECULT, 2006; LEITÃO, 2014).

A montagem das exposições nos municípios é um exemplo da tentativa da secretaria em estruturar nos cidadãos das localidades visitadas um *habitus* cultural específico, aqui, no caso, a prática de visitar e assistir exposições. Tal reflexão pode ser exemplificada na fala de Dodora Guimarães, Coordenadora do Núcleo de Artes Visuais do programa “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”: “[...] em muitos destes lugares, eu estou certa de que foi nós que inauguramos esse hábito de se ver exposição<sup>158</sup>”.

Na capital, o projeto montou 16 exposições em 12 bairros, fruto de obras de artistas cearenses contemplados no “Edital de Incentivo às Artes”, passando pelo acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS) e também a partir de trabalhos das oficinas de fotografia e artes plásticas promovidos pela secretaria.

Outro segmento de ação do eixo de “Promoção e Difusão Cultural”, preocupado com o reconhecimento e fortalecimento dos bens imateriais e a preservação da memória cultural do povo cearense, regulamentou, em 27 de agosto de 2003, a Lei nº 13.351 que garante o registro dos **Mestres da Cultura Tradicional Popular**. Este mecanismo legal compreende a seleção via edital de 12 mestres, pessoas com conhecimento e técnicas necessárias para garantir a produção e preservação das manifestações culturais tradicionais. Uma vez selecionados, os mestres são congratulados com um diploma de “Tesouro Vivo” e são inscritos em livro específico, além de um auxílio financeiro que pode ser temporário ou permanente.

---

<sup>155</sup> Os municípios que receberam a exposição foram: Limoeiro do Norte, Quixeramobim, Eusébio, Icó, Maranguape, Tauá e Irauçuba.

<sup>156</sup> Os municípios que receberam a exposição foram: Aurora, Ipueiras, Guaiúba, Jijoca, Várzea Alegre, Viçosa do Ceará.

<sup>157</sup> Os municípios que receberam a exposição foram: Acaraú, Baturité, Beberibe, Canindé, Iguatu, Pacajus, Ipu, Independência.

<sup>158</sup> Depoimento retirado do vídeo institucional que narra as experiências e ações desenvolvidas no bojo do Programa “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”.

Além do reconhecimento, a ação encampada pela pasta estadual de cultura objetivou uma interlocução dos “tesouros vivos” com segmentos da população mais jovem. Nesse sentido, as solenidades, como é o caso do I Encontro dos Mestres dos Mundos, ocorrido no Vale do Jaguaribe, aconteciam em escolas, com a promoção de conversas entre alunos, professores, mestres e convidados.

Como já sinalizado, muitas das atividades aconteceram em bairros de Fortaleza de forma concomitante às ações executadas nos municípios do interior do estado. Entre o período de fevereiro a setembro de 2006, a SECULT propôs o projeto “SECULT nos Bairros”, uma espécie de Projeto SECULT Itinerante na capital. O intuito da pasta era percorrer com uma programação 50 bairros da cidade. As atividades foram desde encontros e oficinas que buscavam resgatar a memória dos bairros, passando pelas visitas guiadas que tinham como intuito levar os bolsistas do Projeto Talentos da Cultura, residentes em locais de certa vulnerabilidade, aos equipamentos culturais de referência existentes na cidade, até a realização de Cinema nos Bairros, visando suprir a ausência de salas de cinema nas periferias (LEITÃO, 2014).

É interessante, nessa perspectiva, pensar que as práticas descentralizadoras evidenciavam não simplesmente a desigualdade de acesso aos bens culturais entre capital e demais cidades, mas também a desigualdade que permeia a geografia da própria cidade de Fortaleza.

#### **5.1.5. Eventos Estruturantes**

Visando estabelecer ações integradas no formato de expedição, a SECULT, ao passo que realizava as ações de estruturação que se davam através das relações com as Prefeituras, Câmaras dos Vereadores e segmentos artísticos, também realizou Festivais, Encontros e Festejos visando o desenvolvimento sociocultural das 10 macrorregiões cearenses. Sobre este propósito, relata Claudia Leitão:

[...] quando nós construímos um calendário de eventos estruturantes em todo o estado, aquilo era só a ponta de uma política muito mais ampla de realmente requalificação, dos territórios no sentido de criar uma estrutura humana, recursos, sustentabilidade para esses grandes eventos, um potencial da música da Serra da Ibiapaba era imenso, como é que aquele lugar não ia ter uma grande escola de música? Essa é a ideia. [...] e aí fomos avançando em cada região, ouvindo cada região, e catalisando aquelas vocações, nessas ações estruturantes, que foram muito importantes, porque, de repente, o Ceará tinha uma agenda.<sup>159</sup>

---

<sup>159</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação em 21 de novembro de 2017.

A fala de Leitão toma endosso no depoimento de Pedro Domingues, à época Coordenador de Ação Cultural da gestão:

O que a gente pensou é que os eventos não tivessem um fim em si mesmo. Promover eventos para que eles pudessem estruturar um meio cultural em cada região. Por exemplo, tanto potencializar o calendário turístico-cultural, como potencializar as linguagens artísticas e as organizações culturais de cada região onde aquele evento atuava. Então, assim, cada linguagem em uma região envolvendo mais de uma cidade, promovendo a integração das cidades, debatendo esses eventos nos Fóruns de Cultura e Turismo regional e no “SECULT Itinerante” a gente foi em cada região, a partir de cada evento desse. Enquanto nas cidades-sedes o evento estruturante acontecia, o Circo estava em outras cidades promovendo o encontro dos artistas com o seu público<sup>160</sup>.

O depoimento, além de confirmar a fala institucionalizada dada por Leitão em entrevista, também consegue expressar uma síntese privilegiada do processo que permeou as intenções por trás do desenvolvimento do Programa “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”. Podemos perceber que a fala de Domingues expressa algumas preocupações que buscaram ser tomadas pela gestão de forma concatenada para que as ações do programa não tomassem um efeito desarticulado. Uma das maiores preocupações dos eventos estruturantes era fomentar um campo de produção de eventos que fortalecesse um polo de produção e expressão artística nas regiões visitadas, fenômeno que coaduna a preocupação de estruturar um campo artístico, anteriormente ressaltado neste texto.

A este propósito, Suzete Nunes destaca que os eventos estruturantes também buscavam despertar o interesse por parte dos poderes locais e da sociedade nas suas continuidades, garantindo às festividades sua perenidade.

Se pensava em cada região que ali tivesse um evento âncora, né? Que tivesse a cara, uma relação com a identidade daquela região. Alguns deram certo, tanto que a sociedade se apropriou e não deixaram morrer: Mestres do Mundo, Festival da Ibiapaba... foram criados e apropriados pela sociedade civil [...]. O caso do Festival dos Inhamuns não virou um evento do Estado, nem do município, mas ele, de certa forma, foi apropriado ali na parceria município, região e sociedade civil. Outros, infelizmente, a descontinuidade ocorreu por conta das mudanças de gestão<sup>161</sup>.

Como vê-se, os eventos estruturantes foram pensados de acordo com um calendário estadual de eventos culturais que ocorria de forma simultânea à visita da SECULT às 10 macrorregiões que compunham o estado na época. O início dessa jornada começou, portanto, no dia 20 de agosto de 2005, data na qual a SECULT iniciou a sua itinerância, saindo de Fortaleza e indo em direção a Limoeiro do Norte, devido ao “I Encontro dos Mestres do

---

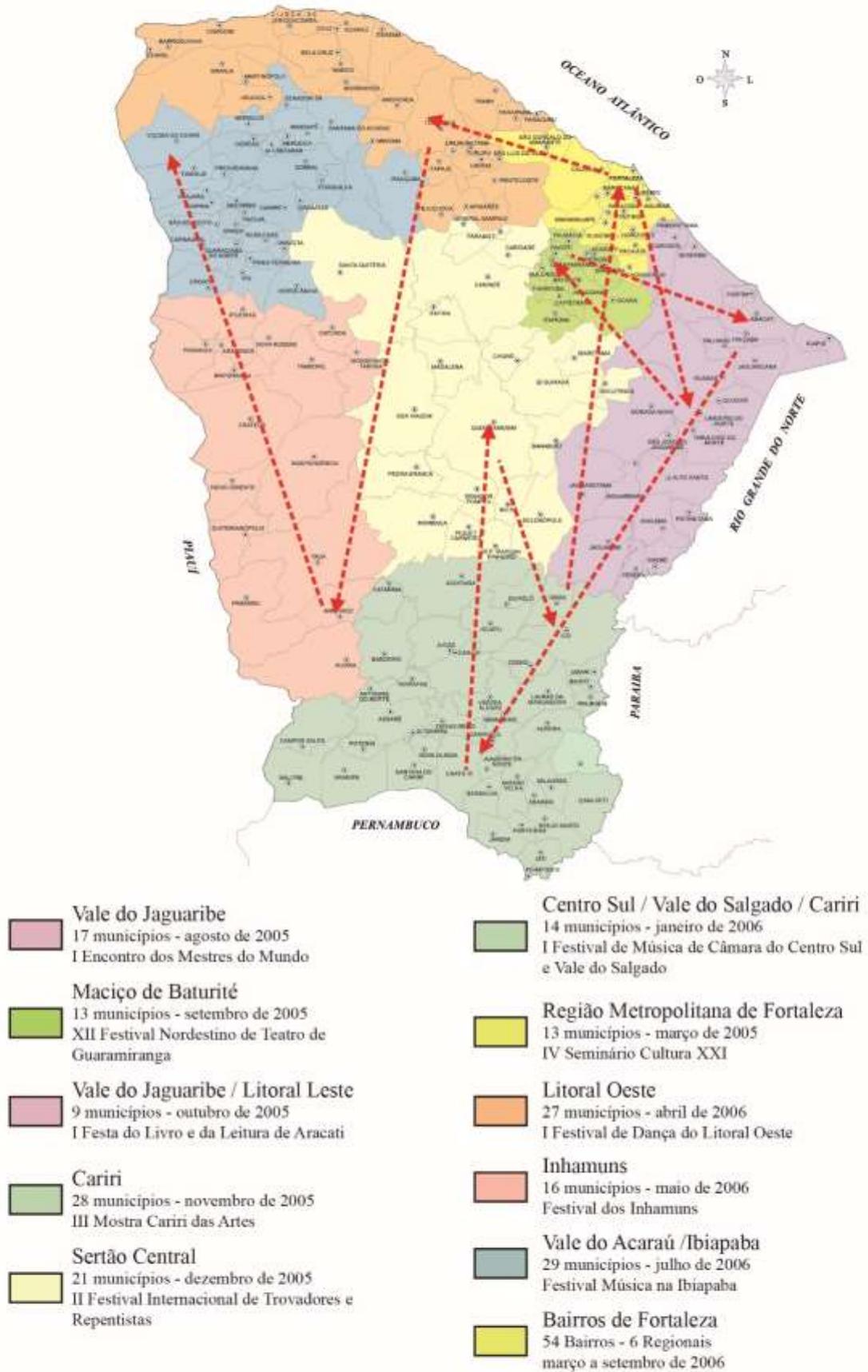
<sup>160</sup> Depoimento retirado do vídeo institucional que narra as experiências e ações desenvolvidas no bojo do Programa “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”.

<sup>161</sup> Entrevista concedida ao autor desta dissertação em 04 de janeiro de 2017

Mundo”. Após um ano a pasta estadual retornava à capital fazendo uma última parada no “III Festival de Música na Ibiapaba”.

A seguir, apresento um mapa indicativo de todas as localidades visitadas e os eventos estruturantes realizados simultaneamente:

Figura 3 – Macrorregiões Visitadas e Eventos Estruturantes realizados.



Fonte: CEARÁ. SECULT (2006)

## 5.2. Políticas Culturais no Ceará e os caminhos pós-Gestão Lúcia Alcântara: alguns esboços

A derrota de Lúcio Alcântara, em 2006, para o candidato do PSB, Cid Ferreira Gomes, indicou o fim da gestão de Cláudia Leitão à frente da SECULT. Como sinalizado por Novaes (2008), a derrota indicava que a moeda da modernização, agora encampada por Cid Gomes, derrotou no campo político das batalhas discursivas a simbólica da cearensidade, imagem-marca da gestão de Lúcio Alcântara.

No lugar de Leitão, foi nomeado o professor e filósofo Auto Filho. Indicação da prefeita de Fortaleza Luizianne Lins (2004-2012), como resultado da aliança política realizada para a eleição de Cid Gomes ao governo do Estado<sup>162</sup>, o secretário, em sua posse, demonstrou a importância do Governo do Estado alinhar-se às políticas públicas desenvolvidas em nível federal: “O Ceará está precisando dar um salto, seja na sua economia, na sua cultura, mas também na sua política. Precisamos ter unidade política para fazer do Estado um dos mais destacados na relação com o Governo Federal”.<sup>163</sup> Tal postura do secretário é razoável, visto sua pertença ao Partido dos Trabalhadores que compunha a base aliada de Cid Gomes no Ceará e partido no poder no executivo federal.

Com a mudança de gestão, viu-se uma certa alteração na rota das ações do órgão. Como aponta Barbalho e Holanda (2013), o compromisso com o pacto federalista na seara cultural permaneceu, no entanto, sobre outros parâmetros, tendo a gestão de Auto Filho focado no empenho em aderir à estadualização dos pontos de cultura. De acordo com os números divulgados pelo Perfil dos Estados e Municípios, pode-se afirmar que este vetor da gestão de Auto Filho logrou êxito, pois entre todos os estados do País, o Ceará ocupava, no ano de 2014, a segunda posição entre os estados com maior percentual de municípios com Pontos de Cultura, um total de 59,8%. O primeiro colocado era o Rio de Janeiro com o índice de 64,1% (PERFIL, 2015).

---

<sup>162</sup> O anúncio do novo secretário de cultura, sucessor de Cláudia Leitão, foi feito às vésperas da posse de Cid Gomes. Tal indicação, mesmo sendo fruto de arranjo político, contou com alguns entraves, pois o governador tentou trazer para o cargo outro petista, o deputado estadual Artur Bruno. (AUTO Filho na Secult. *Jornal Diário do Nordeste*, Fortaleza, 03 de janeiro 2007. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/auto-filho-na-secult-1.356146>>. Acesso em: 05 Out. 2015.)

<sup>163</sup> AUTO Filho na Secult. *Jornal Diário do Nordeste*, Fortaleza, 03 de janeiro 2007. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/auto-filho-na-secult-1.356146>>. Acesso em: 05 Out. 2015.

Mesmo diante das discontinuidades das gestões<sup>164</sup>, algumas medidas estruturantes encampadas na gestão de Leitão também conseguiram estabelecer uma curva ascendente. Em um comparativo dos dados de 2006 e 2014 do Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros, percebe-se um crescimento no número de Conselhos Municipais de Cultura de 43 para 113. Outro exemplo é o número de secretarias exclusivas para o setor da cultura, em 2006, o número era de 10 secretarias; em 2014, este número subiu para 60. Fenômeno que imprime um caráter de fortalecimento à institucionalidade da cultura em diversos municípios do estado (PERFIL, 2007; 2015).

Por outro lado, o número de Planos Municipais retrocedeu, em 2006 eram 71, em 2014 o número havia caído para 38. Outro fenômeno que também parece não ter conseguido se estabelecer com satisfatória continuidade foram os cursos de capacitação, sobretudo os que formavam profissionais para a captação de recursos. Este tipo de formação tinha sido uma das preocupações frequentes na gestão de Leitão, mas no ano de 2014 não constava como modalidade de cursos ofertada pela SECULT (PERFIL, 2015).

Os dados aqui brevemente apresentados são indicativos que nos permitem visualizar um processo mais geral das continuidades e inflexões características da gestão pública de cultura no Ceará. Além disso, eles evidenciam como a interiorização foi uma marca da gestão de Leitão à frente da SECULT. Com a sua saída o projeto tomou outros contornos e as ações de interiorização sofreram um certo recuo.

A valorização das culturas regionais, assim como a forte presença estadual da SECULT foi atestada como a insígnia da gestão de Leitão. Este fenômeno pode ser indicado a partir da fala de Oswald Barroso, em matéria do Jornal O Povo, já no ano de 2007 que buscava estabelecer um balanço da gestão de Leitão e das expectativas para a gestão seguinte: “Penso que o maior mérito da ex-secretária Cláudia Leitão foi o de ter levado a ação da Secult ao conjunto do Estado, entendendo cultura como algo que diz respeito a toda a população”<sup>165</sup>.

---

<sup>164</sup> Na segunda gestão de Cid Gomes, sai Auto Filho e entra o político Professor Pinheiro (PT). A passagem de Pinheiro pela SECULT foi cercada de tensões com o campo artístico. Um momento importante dessa movimentação teve como espaço a Praça do Ferreira, uma vez que a SECULT se localizava no Cine São Luiz. O intuito dos artistas e gestores, participantes dessa manifestação, era recepcionar o Secretário de Cultura do Estado e protocolar um documento com mais de 1.200 assinaturas criticando a forma de gestão vigente. Com o desgaste das relações entre o secretário e os artistas, Pinheiro é substituído por Paulo Mamede. Após Mamede, assumiu a pasta o político Guilherme Sampaio que, em 2016, foi substituído por Fabiano dos Santos que ainda permanece à frente da pasta.

<sup>165</sup> TRANSVERSALIDADE da Cultura. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 09 de janeiro de 2007. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2007/01/09/noticiasjornalopiniao,660878/transversalidadedacultura.shtml>>, acesso em 10 Jun 2016.

Por outro lado, pode-se afirmar que o projeto de “descentralização” e “interiorização”, proposto na gestão de 2003-2006, se estabeleceu como um dos projetos possíveis no espectro das gestões públicas de cultura no Ceará. Exemplo disso é que, em 2016, Fabiano dos Santos Piúba<sup>166</sup> foi nomeado Secretário de Cultura do Estado do Ceará. Fabiano fora Coordenador de Política do Livro e Acervo na gestão de Leitão. Isso indica que a presença desses sujeitos ganhou certo reconhecimento no que tange suas relações com as políticas públicas de cultura no Estado, o que faz com que seus nomes e “serviços” sejam acessados pelos governos estaduais.

Além da presença, arrisca-se sinalizar que muitos dos agentes que compuseram a equipe de gestão da SECULT, entre 2003 e 2006, alinham-se com a linha operante proposta naquele momento. Um exemplo disso pode ser tomado a partir da experiência recente do secretário Fabiano dos Santos, por meio da qual se percebe a preocupação com a presença da SECULT no interior do estado.

Em matéria ao Jornal O Povo, intitulada “A política cultural mais forte no interior<sup>167</sup>”, a SECULT, através do programa "Os 7 Cearás", estaria fortalecendo suas ações no interior do estado. O projeto de gestão, de acordo com o Plano Estadual de Cultura, tinha como intuito implantar novos centros culturais nos municípios interioranos, além da construção de salas de cinema e a destinação de 50% dos recursos de todos os editais da cultura para o interior.

Tais informações, ainda que elementares, buscam lançar redes sobre o tempo que se passou desde o fim da gestão analisada no presente texto. Para sínteses analíticas mais acuradas e detalhadas seria preciso mais tempo e espaço, dos quais a pesquisa não dispõe. Por outro lado, elas se tornam relevantes para sedimentar as conclusões que serão apresentadas no próximo capítulo acerca das perguntas de partida e das hipóteses estabelecidas como fios condutores desta produção.

---

<sup>166</sup> FABIANO dos Santos é o novo secretário da Cultura do Ceará. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 25 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://www2.opovo.com.br/app/politica/2016/02/25/noticiaspoliticas,3579816/fabiano-santos-e-o-novo-secretario-de-cultura-do-ceara.shtml>>, acesso em 10 dez 2017.

<sup>167</sup> A POLÍTICA cultura mais forte no interior. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 20 de março de 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2017/03/fabiano-dos-santos-piuba-a-politica-cultural-mais-forte-no-interior.html>, acesso em 10 Dez 2017.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto objetivou analisar a gestão pública de cultura no Ceará, dos anos de 2003 a 2006, pelo prisma das práticas de interiorização da mesma. Tal fenômeno, tanto no ato de sua execução, quanto nas análises posteriores, se coloca como uma forte insígnia da SECULT naquele momento. Frisa-se que, àquela época, vigorava o florescimento de novas práticas no bojo das ações políticas do Estado, fossem elas de expansão do lugar das políticas culturais ou da interseção entre Estado e sociedade. Hoje, a literatura já se debruçou intensamente sobre os anos que se passaram e tem sinalizado, de forma sistemática, os avanços e entraves das gestões públicas de cultura<sup>168</sup>.

Sem o intuito de tornar o empreendimento ambicioso, mas encampando uma perspectiva de que a análise da política pública da cultura deve ser atravessada pelas dinâmicas que a norteiam em sua interface com o Estado, campo político e campo cultural, o presente trabalho enseja neste último momento elaborar reflexões e respostas às perguntas que surgiram como base para o desenvolvimento da pesquisa e no decorrer de sua construção.

No âmbito da relação da política cultural e do Estado, vê-se que o “curto-circuito” gerado pela escolha de Lúcio Alcântara como representante de um ciclo em desgaste imprimiu, desde a campanha, mudanças de rotas nas estratégias de comunicação eleitoral. Tais remodelações se aprofundaram com a eleição do candidato tucano e início de seu governo. Este novo momento indicou o interesse de Alcântara em forjar uma marca de gestão própria diante da moeda modernizadora característica dos governos anteriores. Tais distinções se deram, em certa medida, também na composição do secretariado e a nomeação de Cláudia Leitão à secretária de cultura foi um exemplo disso.

A simbólica forjada em discursos e documentos da gestão ganhou síntese no termo cearensidade, eixo estruturante do Plano de Governo “Ceará Cidadania: crescimento com inclusão social”. Uma suposta identidade cearense foi a moeda discursiva usada como marca de gestão pelo Governo de Lúcio Alcântara, que buscou consolidá-la no jogo político como uma simbólica hegemônica na política cearense.

---

<sup>168</sup> A exemplo disso, destaco duas obras da Coleção Cult da EdUFBA. A primeira é a obra “Políticas culturais no governo Lula”, organizada por Albino Rubim, na qual encontra-se uma série de artigos que buscou mostrar o *status* das políticas culturais no ano de 2010, além dos desafios ainda impostos à seara da gestão pública de cultura, ao fim dos dois governos Lula. A segunda obra é “Políticas culturais no governo Dilma”, de organização de Albino Rubim e Alexandre Barbalho. Lançada cinco anos depois da primeira, o livro, além de realizar um balanço das experiências com as mudanças de lideranças à frente do MinC e de analisar resultados e novos desenhos de políticas culturais, traçou de forma mais extensa a trajetória histórica que compreende as políticas culturais nas experiências petistas à frente da Presidência.

No entanto, a retórica da cearensidade não foi suficiente para a consolidação de uma hegemonia política de Alcântara nos embates eleitorais, visto que na tentativa de reeleição, em 2006, o candidato tucano foi derrotado pelo candidato Cid Ferreira Gomes, à época do PSB. Cid encarnou em sua campanha a moeda modernizadora, marcante dos governos de Ciro Gomes e Tasso Jereissati.

Na construção da imagem-marca de gestão, foi vislumbrado o potencial da SECULT em fortalecer narrativas. Neste sentido, a cearensidade compôs relevante espaço na elaboração do Plano Estadual de Cultura que, seguindo os preceitos do Plano de Governo, tinha como objetivo principal promover a cidadania cultural com inclusão social. Cabe salientar que o destaque da secretaria na gestão lucista também se deu, em certa medida, pela aproximação que o governador tinha com a produção e fruição artística, vê-se pela sua trajetória como intelectual e escritor, ocupando uma cadeira na Academia Cearense de Letras, além de suas participações no Conselho do Iphan e no núcleo de produção editorial do Senado Federal.

Por outro lado, o momento era de modificação no que tange o conceito de “cultura” trabalhado pelo Estado. A partir de 2002, com a gestão de Gilberto Gil, o Ministério da Cultura do Brasil ganha nova envergadura e, com isso, há a “transformação” do conceito de cultura pautado, a partir de então, na noção da “diversidade cultural”.

A “diversidade” é uma moeda que caracteriza o espírito do nosso tempo, sobretudo no que tange as ações culturais. Seguindo o raciocínio de Ortiz (2015), seria a diversidade um emblema da modernidade-mundo, ou seja, um fenômeno que atravessaria as problemáticas levantadas por todos os pensadores da época. No caso das políticas culturais ela tem funcionado como um guarda-chuva das diferenças.

Nessa perspectiva, a compreensão de uma diferença que também é diversa possibilitou a absorção de identidades que se pautam não apenas em dimensões étnicas e/ou religiosas, mas também em outros reconhecimentos, localizados no âmbito do gênero e da orientação sexual. Este feito faz com que a diversidade abarque tipos de “minorias sociais”, como movimentos feministas e LGBTTQ.

Cláudia Leitão já vinha ensaiando proposições próximas à do ministério, em suas incursões discursivas. Muito da compreensão de uma política cultural plural e transversal proposta por Leitão tem raízes na sua própria experiência acadêmica, visto seu doutorado em Sociologia na Universidade Paris Descartes, na França, estudando a ética e a estética Armorial, a partir da Festa dos Caretas do Sul do Cariri, na cidade de Jardim. Além disso, a secretária fez faculdade de música e na adolescência participou de grupos artísticos, como o coral da UFC e

a orquestra Eleazar de Carvalho, o que indicia certa proximidade da secretária com o mundo cultural.

Conclui-se, portanto, que na gestão de Cláudia Leitão, a moeda da cearensidade, marcante nas ações do Governo de Lúcio Alcântara, abre-se como um leque, assumindo a sua diversidade a partir das “culturas e vocações regionais”. Foi pautada nesta compreensão que a secretaria buscou desenvolver um eixo no Plano de Ação intitulado “Valorização das Culturas Regionais”, por meio do qual o órgão desenvolveu uma série de práticas com o intuito de descentralizar as ações e ampliar a presença da pasta por todo o estado.

Cabe ainda salientar que a moeda da diversidade é caracterizada também pela sua “maleabilidade”. Exemplo disso é como o aspecto econômico é aceito em transversalidade com as práticas culturais. O uso da “cultura como elemento fundamental para o desenvolvimento do Ceará” foi utilizado recorrentemente nos discursos de Cláudia Leitão. Foi também o “desenvolvimento econômico”, contido no âmago do “turismo cultural”, que possibilitou à SECULT abrir espaço nas suas incursões às Prefeituras e Câmaras de Vereadores.

Nessa perspectiva, pode-se sinalizar que a sinergia entre SECULT e MinC fomentou, dentro do bojo das práticas de interiorização, a busca pela estruturação e fortalecimento de uma das grandes bandeiras da gestão ministerial, um pacto federalista na área da cultura.

O Federalismo Cultural pautava-se na construção de uma série de sistemas e subsistemas, a fim de garantir organicidade e evitar o sombreamento nas ações estatais para a cultura de cada ente federado. Isso me leva à primeira hipótese levantada na pesquisa. Segundo os achados iniciais, foi proposto que “a busca pela implementação de um Sistema Nacional de Cultura influenciou diretamente na realização de uma política de espraiamento das ações culturais da SECULT por todo o estado”.

Ao fim do trabalho, conclui-se que essa hipótese merece ressalvas. A conclusão acerca dos motivos que levaram a secretaria a uma ação descentralizadora e com a finalidade de interiorizar sua presença e recursos pelo estado se justifica por uma confluência de elementos de ordem das relações institucionais; das ligações estabelecidas entre a SECULT e o MinC; e das experiências profissionais e pessoais dos gestores que estiveram à frente da pasta estadual, naquele momento.

Primeiro, é necessário compreender que existe sim uma dinâmica de forte centralização das atribuições à União e que a sua ação na seara da política cultural exerce influência nas formas de gestão dos demais entes federados. No Ceará, por exemplo, destaca-

se a assimilação das políticas de editais, propostas pelo Governo Lula com o objetivo de descentralizar os recursos e equilibrar as assimetrias resultante das políticas de incentivos fiscais, como uma forma de alavancar um número maior de produções artísticas com o recurso público.

Todavia, a política de interiorização da SECULT (2003-2006) não foi estruturada apenas a partir da ideia do constructo de um pacto federalista. As próprias experiências de gestão de Cláudia Leitão, à frente do SENAC, já sinalizavam um interesse na presença de ações no interior do Estado. Além disso, o Plano de Ação de Lúcio Alcântara já tinha como intuito o fortalecimento das vocações regionais. Por isso, defende-se aqui que todas essas variáveis, de forma concomitante, possibilitaram a estruturação de uma política com caráter descentralizador por parte da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.

A busca pela descentralização e fortalecimento de um Sistema da Cultura ganhou efetiva forma no programa “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”. Como visto neste texto, uma das condicionantes para a estruturação do SNC era a criação de Sistemas Municipais de Cultura, o que exigia do Governo do Estado uma interlocução com os municípios, a fim de criar condições necessárias para a implementação dos SMCs. Foi sobre esta dinâmica que se forjou outra preocupação deste trabalho: “compreender como se estabeleceu a relação da SECULT com os campos políticos do interior”.

A preocupação partia de uma compreensão inicial acerca da pouca valorização que a pasta da cultura ocupa dentro do contexto das gestões públicas. Indicativos disso são as instabilidades que rondam a institucionalidade de órgãos para o fomento cultural ou até mesmo a completa inexistência de um aparato específico para o setor, além do gargalo frequente na trajetória dos órgãos que é o baixo orçamento.

Diante do material coletado, principalmente através das entrevistas, os interlocutores afirmavam não ter havido problemas ao traçarem uma reflexão acerca dos resultados obtidos na interface com as prefeituras e câmaras de vereadores. No entanto, em outros momentos, os mesmos diziam que havia pouco interesse dos grupos políticos em ouvir o que a pasta da cultura tinha a dizer. Uma das medidas tomadas para contornar o desinteresse foi aliar a dinâmica cultural à turística, no sentido de garantir um “turismo cultural”. A combinação dessas duas áreas parecia para os políticos algo mais palpável e que traria benefícios para suas cidades, além de retornos políticos.

Outro aspecto que indicia alguns contrastes da imagem de “facilidade” que permeou a relação do campo político com o Governo do Estado, via SECULT, foi a disputa dos grupos

políticos interioranos pela visibilidade das ações promovidas nos interiores pela Secretaria de Cultura. Conclui-se que houve um esforço dos aliados do Governo em tomar para si os créditos dos eventos estruturantes e demais atividades promovidas nos municípios. O que indica, entre outros motivos, que os aliados da gestão de Lúcio Alcântara viram nas ações uma possibilidade de capitalizar votos em pleitos eleitorais futuros.

Outro ponto que norteou a pesquisa aqui desenvolvida foi: como se estabeleceu a relação da SECULT com o campo artístico? A reconstrução dos humores dos grupos artísticos e intelectuais foi estabelecida nesse trabalho a partir de matérias de jornais e levantamentos de pesquisas bibliográficas que se debruçaram sobre a dinâmica da produção cultural no estado. A primeira conclusão que se teve foi a presença de um campo cultural concentrado na capital cearense, o que foi percebido pela própria visibilidade midiática adquirida pelos agentes que se situavam em Fortaleza. Um dos indicativos desta realidade é o capital social desse grupo que tinha a possibilidade de pautar suas insatisfações em relação as práticas da SECULT nos jornais de maior veiculação, O Povo e Diário do Nordeste.

Historicamente, tem havido uma concentração de investimentos na capital. Isso estruturou a dinâmica centro (capital) e periferia (interior). Se em áreas com maior investimento (Saúde e Educação) sente-se essa defasagem, o que dizer de uma área de orçamento incipiente como a cultura? Tal situação imputou a uma série de artistas a migração para Fortaleza, a fim de procurar outras oportunidades (WEYNE, 2013). Além disso, a permanência da SECULT na capital simbolizava a hegemonia geográfica sobre as demais regiões. A regularidade de práticas focadas na capital da secretaria fez com que se conformasse uma relação entre a pasta estadual de cultura e o campo artístico cearense concentrado na capital.

Com a tomada de decisão de descentralizar os recursos e ações do órgão pelo estado, houve um estremecimento nas relações com o campo artístico, o que fez com que as zonas de tensão com a SECULT fossem um embate frequente, via arena midiática. Outro ponto que evidencia a conformação de um campo cultural com forte adensamento na capital é a própria necessidade de Claudia Leitão em dar respostas às insatisfações dos artistas e intelectuais também em artigos e entrevistas.

A dinâmica instável que marcou a relação do órgão com o campo artístico em Fortaleza apresenta, inclusive, uma certa dificuldade da gestão de Leitão de se firmar como uma proposta hegemônica dentro do espectro de relações entre os modelos de gestão. Sobre este propósito, levantei no início desta pesquisa a hipótese de que a ascensão de Cláudia Leitão à gestão da SECULT sinalizava a emergência de uma segunda linha operante no bojo das práticas

mudancistas. Em verdade, a hipótese não se sustenta completamente, ela precisa, portanto, de relativizações e de qualificações.

O momento de qualificação desta dissertação com as professoras Danyelle Nilin e Irllys Barreira e o professor Alexandre Barbalho mais a análise dos dados coletados no decorrer da pesquisa me levaram a tensionar e apresentar ressalvas a esta proposição. O discurso de modernização, característico do grupo mudancista e que durante algum tempo imperou nas práticas da SECULT, foi arrefecido, dando lugar a uma narrativa de valorização da diversidade cultural cearense. Para compreender esta nova simbólica, no entanto, foi preciso sinalizar a presença de uma terminologia que acabou por se tornar a imagem-marca da Gestão de Lúcio Alcântara e que impactou diretamente na formulação do Plano Estadual de Cultura (2003-2006): a cearensidade, já explicado anteriormente.

Sobre esta hipótese, concluo que a gestão de Cláudia Leitão não pode ser evidenciada como uma segunda linha operante do projeto mudancista, visto que seu alinhamento programático se fez perante outra simbólica discursiva. O que me levou a crer nessa hipótese, a princípio, foi a presença de condutas características do universo jurídico-administrativo que tiveram lugar por excelência no projeto modernizador professado pelo mudancismo.

De fato, houve uma continuidade e o fortalecimento de práticas pautadas na “racionalização da máquina” na gestão de Leitão, vide reestruturação da SECULT e Planejamento Estratégico. Muito pode ser explicado pela própria experiência da secretária em cargos de gestão no SENAC e das experiências de docência em cursos que tangenciam o universo jurídico-administrativo. Todavia, o alinhamento com a dimensão da diversidade cultural deu força ao discurso de valorização das culturas regionais. Nesse contexto, muito mais do que a preocupação com a construção de uma indústria cultural, a gestão alinou-se a uma dinâmica de fortalecimento de mercados regionais a partir da estruturação de campos de produção de bens culturais, com ênfase no fortalecimento das “identidades cearenses”.

O fomento de políticas de cultura e as pesquisas sobre as nuances que atravessam esta dinâmica estabelecem uma relação imbricada. Nesse sentido, esta pesquisa se insere no rol de estudos que, de alguma forma, buscam contribuir para o entendimento dos avanços e limites que se impõem às práticas elaboradas no bojo das ações estatais. Em momentos de forte instabilidade e de rupturas institucionais, como o que o Brasil tem vivido desde 2015, não tem afetado simplesmente a seguridade dos direitos culturais, como também a institucionalidade do lugar que a cultura tem na arquitetura constitucional, como direito fundamental, e dentro das

obrigações estatais como seguradoras das diferenças que se colocam nas expressões artístico-culturais.

O que se destaca nesse contexto é a intensa mobilização e resistência do campo artístico, com apoio de considerável parte da sociedade, diante dos retrocessos balizados pelo Estado, aqui falo da gestão de Michel Temer no executivo federal, e suas práticas de desmantelamento dos aparatos estatais para a cultura. A este propósito, por exemplo, é inevitável não tocar no paralelo que se faz entre a extinção do MinC em 1990 e 2016. Neste panorama, percebe-se que na segunda extinção do ministério o campo cultural mostrou-se mais articulado e fortalecido, o que expressa uma relativa autonomia do campo, sobretudo no que tange sua própria organização interna e projeção de discurso para agentes exteriores.

Este fortalecimento se deu graças, entre outros fatores, ao desenvolvimento sistemático das políticas culturais no ciclo petista, fato que possibilitou ao campo cultural ter em seu arcabouço uma série de respostas aos diversos problemas no que contempla a gestão pública de cultura. Elucidado também que, a partir do crescimento institucional das ações do Ministério da Cultura, a tese sobre a sua existência como fiel da balança para uma política cultural foi aventada e ganhou fôlego nas falas do campo cultural.

O discurso, enquanto prática (BOURDIEU, 1989), elucida a importância de compreendermos os atos de comunicação como recursos eficazes na construção simbólica do mundo social. Neste sentido, a disputa que se deu com a dissolução do MinC nesse novo contexto trouxe, em seu conjunto de falas, palavras de ordem como “Cultura não é mercadoria” que revelam, além da compreensão de uma relativa autonomização da produção artística, os receios do campo em torno da concepção de um projeto político aonde as instâncias mercadológicas voltassem a ter papel central.

Os grandes desafios que se colocam à política pública sob a alçada no Ministério da Cultura, hoje, são inúmeros. Uma rápida olhada nos anos recentes nos mostra que a preocupação colocada em relação ao fomento cultural não pode ser focada apenas na existência de ministério para a área. Com a dissolução do MinC, em maio de 2016, houve a mobilização do campo cultural em favor de sua recriação. Diante de recuos sucessivos, o governo de Michel Temer decidiu pela recriação da pasta. Por outro lado, tal prática não garantiu o pleno exercício dos direitos culturais por si só. A partir desta recriação, o que se vê é outro tipo de prática, talvez mais perversa, ser operada: o esvaziamento e encolhimento do MinC.

Com corte de orçamento, com perda de autonomia de entidades históricas, como o Iphan, e com embates de ordem política resvalando na gestão do ministério, vide conflito entre

Geddel Vieira Lima (ex-Secretário do Governo) e Marcelo Calero (ex-ministro da cultura) no final de 2016, o MinC tem se equilibrado em uma corta bamba e vivido uma troca sucessiva de gestores à sua frente. Se em períodos de relativa estabilidade institucional, vê-se uma série de discontinuidades nas práticas e ações de um órgão público de cultura com a mudança de gestores, o que dizer de um período de interrupções contínuas e sem um projeto específico para a cultura como o do contexto atual? Esta dinâmica turva desperta o interesse para o papel da cultura e dos segmentos artísticos nas eleições presidenciais de 2018.

Tais contextualizações e considerações finais tiveram como intuito, portanto, responder às perguntas e hipóteses estabelecidas como pontapé inicial para a empreitada desta pesquisa. As sínteses analíticas apresentadas aqui e no decorrer de todo o texto buscaram contribuir para o enriquecimento dos estudos debruçados sobre a dinâmica que atravessa a relação entre campo cultural, Estado, mercado e sociedade.

Compreendendo, nessa perspectiva, as limitações específicas de um trabalho, seja de recursos materiais, tempo, etc., esta pesquisa esboça, por fim, o anseio de que outras pesquisas possam acumular-se a ela e contribuir para o enriquecimento de estudos na área. O esforço por pensar uma composição do campo cultural no Ceará buscou instigar que outros pesquisadores façam trabalhos voltados com maior ênfase à conformação do campo artístico e seus diversos segmentos espalhados pelo Ceará.

O esforço aqui empreendido objetivou contribuir com novas informações sobre a realidade da elaboração das políticas culturais no Ceará, compreendendo suas especificidades, mas sem esquecer das dimensões mais amplas que também exercem, em alguma medida, influência sobre as conformações nas quais são desenvolvidas as ações públicas para a seara cultural.

## REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Lúcio. **Lúcio Alcântara em depoimento a Claudia Albuquerque e Edilene Dantas**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2005. 96p. (Coleção Gente).
- ABU-EL-HAJ, Jawdat. Classe, poder e administração pública no Ceará. *In*: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José M. (Org.). **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 83-106.
- ADORNO & HOCKHEIMER. Dialética do Esclarecimento. *In*: \_\_\_\_\_. **A Indústria Cultural: O Esclarecimento Como Mistificação das Massas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1985. p. 57-72.
- BARBALHO, Alexandre. **Relações entre estado e cultura no Brasil**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998. 224p.
- \_\_\_\_\_. **A modernização da cultura: políticas para o audiovisual nos governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes (Ceará/1987 – 1998)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2005.
- \_\_\_\_\_. Apresentação. **O público e o privado**, Fortaleza, n. 9, semestral, 2007.
- \_\_\_\_\_. A Política para o Audiovisual no Ceará: continuidades e rupturas. **O público e o privado**, Fortaleza, n. 9, semestral, p. 9-22, 2007.
- \_\_\_\_\_. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. *In*: RUBIM, A. A. C (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p.37-60.
- \_\_\_\_\_. **Política Cultural e Desentendimento**. Fortaleza: IBDCult, 2016, 107p.
- \_\_\_\_\_. O Vale-Cultura e o mundo do trabalho cultural. *In*: BARBALHO, Alexandre; MAIA, Elder P.; VIEIRA, Mariela P. (Org.). **Os trabalhadores da cultura no Brasil: criação, práticas e reconhecimento**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 201-222.
- BARBALHO, Alexandre; HOLANDA, Jocastra. O "partido da cultura": política cultural no Ceará na Era Lua. *In*: BARBALHO, Alexandre; BARROS, José M.; CALABRE, Lia (Org.). **Federalismo e políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 115-129.
- BARBALHO, Alexandre; BARROS, José M.; CALABRE, Lia. **Federalismo e políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013. 316 p. (Coleção cult)
- BARREIRA, Irllys. Pensamento, palavras e obras. *In*: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José M. (Org.). **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 63-82.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura./ Sérgio Paulo Rouanet (tradução); prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 8ª ed. revista. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas v. 1).

BOITO Jr., Armando. O Lulismo é um tipo de Bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. **Revista Crítica Marxista**. p.171-181, 2013.

BOITO Jr., Armando; BERRINGER, Tatiana. Classes Sociais, Neodesenvolvimentismo e Política Externa nos Governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, v.21, nº 47, p.31-38, set. 2013.

BONFIM, Washington. De Távora a Jereissati: duas décadas de políticas no Ceará. *In*: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José M. (Org.). **A era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 35-62.

BOTELHO, Isaura. Ministério da Cultura: um olhar sobre o processo. *In*: RUBIM, Linda; MIRANDA, Nadja (Org.). **Transversalidades da Cultura**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 115-121.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o Poder Simbólico. *In*: \_\_\_. **O Poder Simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989, p.7-16.

\_\_\_\_\_. O mercado dos bens simbólicos. *In*: \_\_\_. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Distinção**: crítica social do julgamento. / tradução de Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. – 2ª ed. rev.- Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.15-79.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nº 1/1992 a 95/2016, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas constitucionais de revisão nº 1 a 6/1994 – 51ª. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. 116 p. – (Série textos básicos; n. 139 papel).

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA (BRASIL). **Estruturação, Institucionalização e Implementação do SNC**: Sistema Nacional de Cultura. Brasília/DF, 2011, 108p.

CEARÁ. **CEARÁ Cidadania**: Crescimento com Inclusão Social. Plano do Governo 2003-2006. Administração Lúcio Alcântara. Agosto 2003, 171p.

CEARÁ. SECULT-CE. **Plano Estadual de Cultura (2003-2006)**: Valorizando a diversidade e promovendo a cidadania cultural. 2003.

CEARÁ. SECULT. **Relatório de Gestão (2005-2006)**: Caminhos trilhados. Henrique Barbosa Silva, Suzete Nunes, Selma Santiago, Lia Parente (Org.). Fortaleza: SECULT, 2006, 280p. (Coleção Nossa Cultura – Série Documenta).

CEARÁ. **RELATÓRIO de desempenho**: Fundo Estadual de Combate a Pobreza. Governo do Estado do Ceará, 2006. Disponível em: <[www3.ceara.gov.br/fecop/arquivos/desempenho2006.pdf](http://www3.ceara.gov.br/fecop/arquivos/desempenho2006.pdf)>, acesso em 20 de janeiro de 2017.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. *In*: RUBIM, A.A.C. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 87-107.

CANCLINI, Nestor Garcia. Contradições latino-americanas: modernismo sem modernização. *In*: \_\_. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. **Transição democrática brasileira e padrão midiático da política**. Campinas, SP: Pontes, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999.

\_\_\_\_\_. Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte da chefia. *In*: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José M (Org.). **A era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 9-34.

\_\_\_\_\_. O retorno da competitividade na disputa pelo governo do Ceará em 2002. **Revista de Ciências Sociais**, v.35, n.1, p. 73-99, 2004.

\_\_\_\_\_. Ciclos Políticos: Reflexões Teóricas e Apontamentos Empíricos sobre as Condições de Longevidade Política em Esferas Públicas Midiatizadas. *In*: \_\_. **Campanhas Eleitorais e Comunicação Midiática**: Ciclos de Mudanças e Continuidade. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Federalismo Cultural e Sistema Nacional de Cultura**: contribuição ao debate. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto; RIBEIRO, S. F. Federalismo brasileiro: significados para cultura. *In*: BARBALHO, Alexandre; BARROS, José M.; CALABRE, Lia (Org.). **Federalismo e políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013, p.13-39.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto; FERREIRA NETO, José Olímpio. Tesouros Humanos Vivos: os mestres da cultura cearense. *In*: SOARES, Igor M.; SILVA, Ítala B. M. da (Org.). **Cultura, Política e Identidades**: Ceará em perspectiva. Fortaleza: Iphan, 2014, p. 157-179.

DIÓGENES, Glória. Ciro Gomes: percursos de uma imagem. *In*: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José M. (Org.). **A era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 107-124.

DUPIN, Giselle. Cronologia de Documentos Internacionais sobre a Diversidade Cultural. *In*: BARROS, José M. Cultura e diversidade: noções iniciais. **Apostila do Curso de Extensão em Administração Pública de Cultura**, Porto Alegre: Ministério da Cultura/UFRGS/EA, 2014, v.3., p.33-63.

FARIAS, José Airton de. A Geração Cambéba. *In*: \_\_\_. **História da Sociedade Cearense**. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2004.

FREITAS, Emanuel; LIMA, Ana P. Rompimentos eleitorais e ciclos políticos: o que nos dizem as eleições estaduais do Ceará? *In*: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORDESTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS, XV, 2012, Teresina. **Anais...** Teresina: UFPI, 2012.

Disponível em: < <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT26-09.pdf>>. Acesso em: 09 Fev 2018.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. Os “Governos das Mudanças” no Ceará: um populismo no weberiano. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), XIX, 1995, Caxambu, **Anais...** Caxambu/MG, 1995. Disponível em:

<<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/19-encontro-anual-da-anpocs/gt-18/gt16-15/7654-lindagondim-modelo/file>>. Acesso em: 09 Fev 2018.

\_\_\_\_\_. **Clientelismo e modernidade nas políticas culturais: Os “governos das mudanças” no Ceará (1987-1994)**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1998, 80p. – (Coleção outros diálogos).

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes, pp. 103-133, [1996] 2000.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros: 2006** / IBGE: Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 268p.

IBGE. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais (2003-2005)**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: <[www.cultura.gov.br/documents/10877/35301/indic\\_culturais2005.pdf/3d92dea3-3dcb-4083-92c4-59c8dd86a43a](http://www.cultura.gov.br/documents/10877/35301/indic_culturais2005.pdf/3d92dea3-3dcb-4083-92c4-59c8dd86a43a)>. Acesso em: 16 Jan 2017.

IBGE. **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: 2014** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 126p.

LECHNER, Norbert. **A Modernidade e a Modernização são compatíveis?** Os desafios das democracias latino-americanas. São Paulo: Lua Nova, 1990, p.73-86.

LEITÃO, Cláudia de Sousa. **Seminário Cultura XXI: Seleção de Textos**. / Cláudia de Sousa Leitão / Fabiano dos Santos (Org.)\_Fortaleza: Secult, 2006. 306p (Coleção Nossa Cultura: Sério Documenta).

\_\_\_\_\_. Entrevista. *In*: LUZ, Afonso; FERRON, Fabio M.; SAVAZONI, Rodrigo (Org.). **Produção cultural**, volume 1, Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2010. p. 97 – 105.

\_\_\_\_\_. **Cultura em movimento: memórias e reflexões sobre políticas e práticas de gestão.** / Cláudia Sousa Leitão e Luciana Lima Guilherme. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2014.

LEMENHE, Maria A. **Família, tradição e poder: o(caso) dos coronéis.** São Paulo: Annablume/Edições UFC, 1995.

MARTIN, Isabela. **Os Empresários no poder: o projeto político do CIC (1978/1986).** Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1993.

MENDONÇA, Maria L. M. O olhar da mídia sobre as diversidades. *In*: KAUARK; Giuliana; BARROS, José M.; MIGUEZ, Paulo (Org.). **Diversidade Cultural: políticas, visibilidades midiáticas e redes.** Salvador: EDUFBA, 2015, p. 197-212.

MICELI, Sergio. Teoria e Prática da Política Cultural Oficial no Brasil: *In*: \_\_\_\_\_. **Estado e Cultura no Brasil.** São Paulo: DIFEL, 1984, p. 97-111.

\_\_\_\_\_. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. **Tempo Social.** São Paulo: USP, 2003, p. 63-79.

MORAES, Filomeno. Ceará – Continuidades, Dificuldades e Perplexidades de um Primeiro Ano de Governo. **Fundação Joaquim Nabuco**, Fortaleza. Disponível em: <[www.fundaj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2062%3Aceara-continuidades-dificuldades-e-perplexidades-de-um-primeiro-ano-de-governo&catid=58&Itemid=414](http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2062%3Aceara-continuidades-dificuldades-e-perplexidades-de-um-primeiro-ano-de-governo&catid=58&Itemid=414)>. Acesso em: 02 Jun 2017.

LIMA, Mariana Mont'Alverne Barreto. **TV Ceará: Processo de modernização da cultura local.** Campinas, SP: UNICAMP, 2003. 191 p. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Sociologia\Universidade de Campinas. Disponível em: <[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281863/1/Lima\\_MarianaMont%27AlverneBarreto\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281863/1/Lima_MarianaMont%27AlverneBarreto_M.pdf)>. Acesso em: 11 Dez 2017.

LOPES, Monalisa S. **Narrativas Simbólicas do Lulismo: uma análise das campanhas eleitorais de Dilma Rousseff (2010 e 2014).** 2016. 306 p. Tese – Programa de Pós-Graduação em Sociologia\Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 2016. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22408/1/2016\\_tese\\_mslopes.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22408/1/2016_tese_mslopes.pdf)>. Acesso em: 20 Abr 2017.

LOPES, Paulo Rodrigo Soares; LOPES, Monalisa Soares; OLIVEIRA, Erich Soares de. A recriação do MinC: os desafios das políticas culturais no Governo Temer. *In*: ENECULT - ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, XII, 2017, Salvador, **Anais...** Salvador: ENECULT, 2017. Disponível em: <[http://www.enecult.ufba.br/modulos/consulta&relatorio/rel\\_download.asp?nome=87480.pdf](http://www.enecult.ufba.br/modulos/consulta&relatorio/rel_download.asp?nome=87480.pdf)>. Acesso em: 09 Fev 2018.

NOBRE, M.C.Q. **Modernização do Atraso: A hegemonia burguesa do CIC e as alianças eleitorais da “Era Tasso”**. 2008, Tese – Programa de Pós-Graduação em Sociologia\Universidade Federal do Ceará (UFC). Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1530>>. Acesso em: 24 Jun 2017.

NOVAES, Antonio M. C. **O Livro em Busca do Leitor – As políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas da secretaria de cultura do estado do Ceará (2003-2006)**. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade (UECE). Fortaleza, 2008.

\_\_\_\_\_. A politização da Cearensidade: uma análise da coleção Nossa Cultura. **Revista Políticas Públicas e Sociedade**, 2008, p. 59-65.

NUNES, Suzete. Cultura em Movimento - SECULT Itinerante: O desafio da descentralização – relato e uma experiência. *In: III ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA*, III, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: ENECULT, 2007. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/SuzeteNunes.pdf>>. Acesso em: 09 Fev 2018.

OLIVIERI, Cristiane G. Introdução. *In: \_\_. Cultura Neoliberal: Leis de incentivo como política pública de cultura*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004, p.21-24.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2006.

\_\_\_\_\_. **Universalismo e Diversidade**. São Paulo: Boitempo, 2015

PARENTE, Josênio C. O Ceará e a modernidade. *In: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José M. (Org.). A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, v.1, p. 125-144.

PEIXOTO, Edlisa B. Formação para gestores de cultura – uma experiência compartilhada. *In: III ENCONTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT)*, III, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: ENECULT, 2007. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/EdlisaBarbosaPeixoto.pdf>>. Acesso em: 09 Fev 2018.

POCHMANN, Marcio. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. **Revista ser social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 12-40, jan./jun. 2011

\_\_\_\_\_. **Nova Classe Média: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

REGO, Walquiria Leão. **As vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**. /Walquiria Rego e Alessandro Pinzani. – 2ª ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014

RUBIM, A.A.C. Políticas Culturais: entre o possível & o impossível. *In: NUSSBAUMER, Gisele (Org.). Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007, 139-160p. (Coleção CULT)

\_\_\_\_\_. Políticas culturais no governo Lula. *In: RUBIM, A.A.C. (Org.). Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010.

RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A.; CALABRE, L. (Org.). **Políticas culturais no governo Dilma**. – Salvador: EDUFBA, 2005, 281p. – (Coleção Cult).

SALGADO, Gabriel M.; PEDRA, Layno S.; CALDAS, Rebeca dos S. **As políticas de financiamento à cultura: a urgência de uma reforma**. In: RUBIM, A.A.C. (Org.). Políticas culturais no governo Lula. Salvador: EDFBA, 2010, p. 87-110.

SANTOS, Fabiano dos. **40 anos da Secretaria da Cultura**: a história da Secult por seus secretários. Fabiano dos Santos, Mardonio e Silva Guedes. Fortaleza: Secult, 2006, 88p. (Coleção Nossa Cultura, Série Documenta)

SILVA NETA, M. E.; BANDEIRA, R. T.. Virgílio x Tasso: O Mudancismo no Ceará. 2008. In: ENCONTRO - ECONOMIA DO CEARÁ EM DEBATE, IV, 2008, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: IPECE, 2008. Disponível em: <[http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/artigos\\_2008/33.pdf](http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/artigos_2008/33.pdf)>. Acesso em: 01 Jan 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Org.). **As contradições do Lulismo**: a que ponto chegamos. São Paulo: Boitempo, 2016.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. / tradução de Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer. 13 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **O universalismo europeu**: a retórica do poder./ Beatriz Medina (trad.). São Paulo: Boitempo, 2007

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. / tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveiras da Morta. São Paulo: Cultrix, 1993.

WEYNE, Rachel G. **O campo da produção cultural no Ceará**: conformações, configurações e paradoxos. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade (UECE). Fortaleza, 2013

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.